



PROFHISTÓRIA

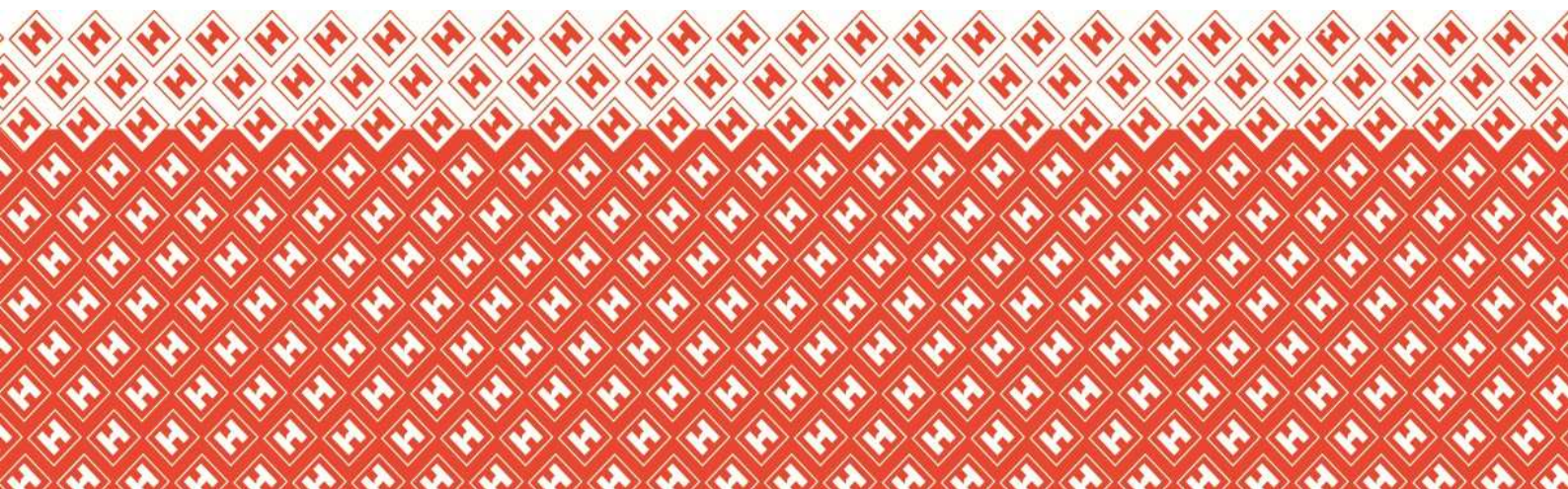
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Gustavo Kelly Silva de Mattos

“QUEM TÁ FALANDO QUE NÃO EXISTEM TESOUIROS NA FAVELA?”:

Memórias e identidades de uma escola na Cidade de Deus

**Rio de Janeiro
2023**



Gustavo Kelly Silva de Mattos

“QUEM TÁ FALANDO QUE NÃO EXISTEM TESOUROS NA FAVELA?”: Memórias e
identidades de uma escola na Cidade de Deus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ensino de História - ProfHistória,
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre
em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marieta de Moraes Ferreira.

Rio de Janeiro

2023

Gustavo Kelly Silva de Mattos

“QUEM TÁ FALANDO QUE NÃO EXISTEM TESOUROS NA FAVELA?”:

Memórias e identidades de uma escola na Cidade de Deus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ensino de História - ProfHistória, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em:_____.

Prof.^a Dr.^a Marieta de Moraes Ferreira – UFRJ – Orientadora

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães – UNIRIO

Prof. Dr. Jocelito Zalla – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado aos meus pais Mariza Silva de Mattos e José Carlos Kelly de Mattos que ao seguir o ensinamento de seus progenitores agregaram um capital cultural e econômico maior. Seus esforços extenuantes impossibilitaram-me de gastar forças física, espiritual e proteica que durante minha doce infância e juventude não conhecesse o árduo trabalho que eles foram arremessados sem qualquer opção para complementar a renda familiar.

Aos meus avós paternos (in memoriam), Clélia Kelly e José Dias de Mattos e aos maternos (in memoriam) Leonor Valentim da Silva e Agostinho Pereira da Silva que suaram e sangraram para que seus filhos e netos alcançassem degraus sociais superiores aos deles. Suas mãos calejadas e suas rugas estão presentes em todas as palavras deste trabalho.

Às minhas tias Mary (in memoriam), Mera (in memoriam), Malvina, Laura (in memoriam), Marly e Míriam que no fundo me adotaram como um filho e, assim, são pessoas impreteríveis na constituição moral e pedagógica da minha pessoa.

Ao meu irmão-pai Rodrigo Kelly Silva de Mattos, mestre, amigo, ídolo que sempre zelou de forma casular pelo meu progresso.

Ao amigo querido João Batista, mais conhecido como “Porró” (in memoriam), que adotou a minha família como a dele e ensinou a preciosa lição do valor da humanidade e suas representações foram as maiores riquezas que podemos ter.

Aos amigos de adolescência e atuais: Bruno “Bob”, Bruno “Manteiga”, Thiago “Naco”, Marcus “Cocoon”, Leonardo Remanowski e Thiago “Gerald”.

Aos professores, funcionários e alunos da escola municipal José Clemente Pereira, em especial aos amigos Marcus Frade e Paulo Sanchez que fizeram parte da minha prática pedagógica ao longo dos últimos 7 (sete) anos e que possibilitaram pisar e sentir a Cidade de Deus.

Aos amigos do canal *Opinião Fogo Play*, Winter Correa, Gilmar Machado e André Silva que através dos programas construímos laços benignos com milhares de pessoas.

Aos amigos Leon Guimarães e Fábio di Vattimo que desde a graduação e as arquibancadas gloriosas uniram os nossos espíritos. A Leon, meu compadre, vai um agradecimento em especial que sem a sua ajuda persistente possibilitou a entrega

deste trabalho, com revisão do texto e discussões acerca da pesquisa teve uma contribuição fundamental.

Não poderia esquecer de Iara e Flávio que foram muito generosos em compartilhar e confiar em mim, para poder escutá-los. Suas histórias, seus dramas pessoais, em síntese, momentos tão íntimos que somente pessoas dos seus círculos mais fechados teriam acesso. Está confiança foi motivo de muito orgulho, de alguma maneira, eu penso que além de quererem ajudar o historiador, também compreenderam que os seus relatos é uma contribuição e homenagem a Cidade de Deus que para eles é uma localidade muito especial.

Aos meus sogros, Luiz Carlos Ferreira e a Mariele Nonato Canevello Ferreira que sem qualquer busca de recompensa constroem em conluio à minha pessoa uma nova família.

A minha orientadora Prof.^a Marieta Ferreira que a sua sensibilidade, experiência e pragmatismo serviram como bússola para o presente trabalho. Figura ímpar no programa, ProfHístory, como fundadora e militante para vencer preconceitos e desconfianças tem enriquecido está pós-graduação que (re-)conecta professores de história à academia.

Não poderia deixar de mencionar a CAPES que junto a outras instituições de pesquisa sofreram tanto com ataques do último governo federal, mas o seu incentivo com a bolsa do mestrado foi de grande relevo para este trabalho, bem como, ao programa ProfHístory que além da qualificação ao meu cabedal cultural, com os professores de fácil acesso e que não diferenciam o mestrado profissional do acadêmico, com aulas e práticas educacionais similares, em especial agradecimento aos professores Marcelo Magalhães e Vera Borges. Tão importante mencionar aos meus colegas de turma de 2019, com as suas interações e observações em sala também enriqueceram em essência a minha prática em sala de aula.

Por fim, a minha nova família: Monique Canevello Ferreira de Mattos, minha companheira que sem ela este trabalho não teria sido concluído, a minha principal incentivadora e amor da minha vida. Aos Benjamin e Levi(cito), meus amados filhos(-tes), pessoas que me transformam diariamente que com seus indecifráveis atributos e de suas alegrias ensinam-me o que é viver, o carinho e companheirismo deles, me cativa para seguir todos os passos que vierem em nossas vidas.

RESUMO

MATTOS, Gustavo Kelly Silva de. **“Quem tá falando que não existem tesouros na favela?”**: Memórias e identidades de uma escola na Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

A presente dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) tem como o objetivo a criação de uma atividade pedagógica junto aos discentes da escola municipal José Clemente Pereira, localizada na Cidade de Deus, favela da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esta atividade visa a construção de uma narrativa da história da Cidade de Deus através de relatos dos (as) alunos(as) e de suas entrevistas com moradores mais antigos.

Palavras-chave: Ensino de História. História Oral. Memória. Cidade de Deus.

ABSTRACT

MATTOS, Gustavo Kelly Silva de. **“Quem tá falando que não existem tesouros na favela?”**: Memórias e identidades de uma escola na Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

This dissertation of professional master's degree in History Teaching aims to create a pedagogical activity with the students of the municipal school José Clemente Pereira, located in Cidade de Deus, a slum in the west zone of the city of Rio de Janeiro. This activity aims at building a narrative of the history of Cidade de Deus through the students' reports and their interviews with older residents.

Keywords: Teaching History. Oral History. Memory. Cidade de Deus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Baixada de Jacarepaguá	27
Figura 2 - Bairros que pertenciam a Jacarepaguá.....	28
Figura 3 - A Redenção de Can, de Modesto Brocos (1895).....	35
Figura 4 - Cotidiano de conjunto habitacional na Cidade de Deus em 1966	47
Tabela 1 - Remoções de favelas entre os anos de 1962 e 1974.....	56
Figura 5 - Localidades da cidade de Deus com divisões geográficas, simbólicas e históricas.....	59
Quadro 1 - Plano da proposta pedagógica	101

LEGENDA DE SIGLAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOPE	Batalhão de Operações Especiais/PMRJ
CDD	Cidade de Deus
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
Codesco	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
Cohab-GB	Companhia de Habitação Popular da Guanabara
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DRF	Departamento de Recuperação de Favelas
Ecisa	Engenharia Comércio e Indústria
Edi	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
Fafeg	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
Ipeme	Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional
Jpa	Jacarepaguá
ONGs	Organizações não governamentais
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
Sagmacs	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
Serfha	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SFH	Sistema Financeiro Habitacional
SRM	Serviço de Repressão a Mendicância
SSS	Secretaria de Serviços Sociais
UDN	União Democrática Nacional
UPP	Unidade de Política Pacificadora
Usaid	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CIDADE DE DEUS: FORMAÇÃO HISTÓRICA (JACAREPAGUÁ)	25
2.1	Origens	25
2.2	A tradição das remoções e a criação da CDD	32
2.3	Governo Lacerda: Uma Nova Política de Remoções	41
3	CIDADE DE DEUS NA CONTEMPORANEIDADE	46
3.1	Os governos guanabarininos e a Cidade de Deus	47
<i>3.1.1</i>	<i>Quem era Lacerda?</i>	<i>47</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Quem era Negrão de Lima</i>	<i>49</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Junção de poderes nas remoções</i>	<i>50</i>
3.2	Da zona sul para a distante Jacarepaguá	57
3.3	Cidade de Deus: Bairro, Conjunto, Comunidade ou Favela?	60
3.4	Raio-x da Cidade de Deus	66
4	CIDADE DE DEUS: MEMÓRIAS E DEPOIMENTOS	70
5	ENSINANDO HISTÓRIA NA CIDADE DE DEUS	91
	PLANO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	101
	CONCLUSÃO	103
	BIBLIOGRAFIA	106

1 INTRODUÇÃO

*“E quem te disse que miséria é só aqui?
 Quem foi que disse que a miséria não ri?
 Quem tá pensando
 que não se chora miséria no Japão?
 Quem tá falando que não existem tesouros na favela?
 A vida é bela
 Tá tudo estranho
 É tudo caro
 Mundo é tamanho”*
 Pedro Luís

A presente pesquisa tem como objetivo propor uma atividade pedagógica a ser executada por qualquer professor(a) que trabalhe na Cidade de Deus (CDD). A proposta é que este estudo dê um cabedal prévio sobre a favela, que na realização da atividade estimule os discentes na busca de suas próprias memórias e histórias junto a de moradores mais antigos.

É preciso lembrar que a atividade pedagógica não foi realizada por fatores como a pandemia da Covid-19 e o afastamento do docente no último ano.

No percurso do presente estudo compreendemos que a recuperação histórica do bairro de Jacarepaguá é relevante. Porque é preciso conectar o nascimento da Cidade de Deus numa localidade tão distante das favelas que foram removidas para a sua formação, bem como do Centro da cidade. Este passado nos traz ainda outra importância: pensar que a CDD e Jacarepaguá estão presentes desde os primórdios da cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo propomos estudar as políticas públicas de habitação que se tornaram de remoção, em sua maioria ou o seu sentido central.

O terceiro capítulo trabalhamos com 2 relatos de dois moradores da Cidade de Deus. Este recurso de história oral tem duas funções: orientar o estudo para os(as) professores(as) que pretendem usar a nossa proposta de atividade, como servir de base de comparação entre eles e os relatos que os (as) alunos (as) irão coletar na atividade.

O último será uma proposta de atividade pedagógica na qual os discentes serão estimulados a entrevistar antigos moradores da favela. A proposta buscará que nos conflitos das memórias, as suas identidades possam tornar-se mais robusta a partir deste choque.

No ano de 2018, eu presenciei uma cena que marcou muito a minha experiência profissional. Um aluno do 6º ano foi pego a quebrar algumas janelas de uma sala de aula. Conduzido para uma conversa com a direção e o tom da mesma foi muito mais de compreensão do que julgamento ou condenação moral. E após inúmeras falas do diretor e alguns professores para entender o porquê da ação do jovem, em algum momento o diretor perguntou: “Poxa, por que você fez isto?” Você faz isto na sua casa? E o aluno respondeu: “Eu não tenho janela em casa!” Este caso levou-me a inúmeras perguntas: que tipo de residência mora esta criança? Para ele viver numa casa sem janela, será que ele tem condições básicas de subsistência econômica e até afetiva? Como é a interação deste aluno com os outros colegas, especialmente no momento que eles têm ciência desta informação? A ausência de janela física faz falta para ver o horizonte da sua vida? O sonho dele também estaria enclausurado num cômodo à espera de uma janela?

O exemplo narrado acima se soma a outro caso, desta vez ocorrida durante a minha aula. Concisamente, perguntei, de forma reservada dentro da sala, o porquê de uma aluna faltou por mais de duas semanas a minha aula. A mesma me respondeu num tom sereno e natural: “Professor, sabe o que é? Fui visitar o meu pai na cadeia e precisei viajar, por isto faltei”. Imediatamente, aquela informação bateu-me como um “soco na cara”, um choque de realidade no meu *ethos* social pequeno burguês. No entanto, quando ainda estava pasmo com a resposta, outra aluna, logo após a conversa, me disse: “Ih! Professor, não fique assim não, aqui na escola metade dos alunos tem um parente na cadeia!” A fala da última aluna foi um realce deste cenário. A situação na sequência foi ainda mais impactante. Ao escutar que todos tinham parentes no sistema prisional, muitos abaixaram a cabeça, em uma clara mensagem corporal de assentimento.

Um terceiro exemplo demonstra como é complexa a realidade na qual um professor trabalha em uma escola da Cidade de Deus. Ao ingressar na unidade escolar, um fato me causou estranheza: não havia recreios. A justificativa de diretores e alguns profissionais da escola é a de que no recreio ocorriam muitas brigas e algumas delas muito violentas. No entanto, a situação causou um grande espanto, porque o recreio escolar é uma atividade regulamentada nacionalmente pela portaria do Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação, CEB 2/2002. Por outro lado, o assombro se multiplicou quando a maioria dos profissionais da escola aprovava tal medida.

A minha experiência me levou a uma série de questionamentos tais como: Qual a importância da disciplina História? Ou melhor, qual o valor das aulas de História? Essas

podem ter sentido para os (as) alunos (as), que vivenciam tantas mazelas sociais? As aulas de História teriam a capacidade de criar significado para alunos e alunas negros, gays, transgênero, transexuais e favelados? É possível que as aulas de História criem identidade para os alunos, sob o axioma identitário (quem sou eu? Qual a minha procedência? Por quais caminhos trilharei?). As aulas de História teriam a capacidade de criar “janelas” para dar um horizonte, um futuro, que rompa com os presentes passados? A sala de aula ou escola pode romper o paradigma do tédio e transformar-se em gozo e prazer?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma atividade didática com alunos do ensino fundamental II partindo de entrevistas com moradores da Cidade de Deus e dos relatos pessoais dos próprios alunos. O meu intuito é que através dos relatos dos alunos possa ser encontradas fraturas de tempo na vida e na espacialidade dos educandos(as). Desta maneira, fazer com que eles e elas consigam se apropriar de uma aula e disciplina, que é por definição um território estrangeiro.

O presente estudo fará uso do debate sobre Memória, como também estará ancorado nas metodologias da História Oral e Local. Em nossa pesquisa temos como elemento central um debate acerca da memória e construção de identidade. Sendo assim teremos como nosso principal referencial teórico os trabalhos de Michael Pollak (1989,1992) e Pierre Nora (1993). Em especial os conceitos de “lugar de memória”, “enquadramento”, “silenciamento” e “identidade”.

Inicialmente, consideramos importante esclarecer o que entendemos por memória. Costumeiramente, tal conceito passa por uma concepção individual, onde se restringe a capacidade cognitiva de armazenamento. No entanto, sabemos que a memória também é um produto social e coletivo, como podemos observar em Pollak:

A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 5).

Desta maneira, pensamos que a memória guarda vestígios de experiências passadas, mas se for recortada por um determinado indivíduo, pode potencializar a pesquisa em torno de marcos temporais e cronológicos da localidade a ser estudada e sobressaltar datas ou eventos com divergências entre grupos de moradores. No texto de Pollak, o autor destaca a disputa de memória entre grupos de militantes que fizeram parte

da *Resistência*¹, gaullistas e comunistas, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o intuito de constituir um enquadramento de memória, na valorização, por um lado do clamor do general *De Gaulle*, em junho de 1940 e, por outro lado, da valorização da figura de *Jean Moulin*, como o cérebro da unificação de várias frações de grupos da *Resistência*.

No caso da Cidade de Deus, podemos encontrar também alguns eventos que são considerados marcantes dentro de uma memória coletiva ou até mesmo de uma memória oficial. Começando pelo o ano de 1965, quando ocorre uma ocupação desordenada do bairro devido a enchentes na cidade do Rio de Janeiro; já em 1966, ocorre a inauguração do conjunto habitacional; no final dos anos 70, surgem os primeiros grupos criminosos da favela; em 1981, através do decreto Nº 3.158/81, a CDD é transformada em bairro; em 1996, ocorre uma grande enchente na Cidade de Deus; em 1997, ocorreu a inauguração da Linha Amarela, que além de remover moradores cortou uma parte da comunidade; em 2002, é exibido o filme *Cidade de Deus*; em 2008, a CDD recebe o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); em 2011, houve a visita do então presidente estadunidense Barack Obama e; em 2018 houve a desmobilização das bases do projeto da UPP naquele local.

Nora (1993) nos apresenta “memória” como um conceito diferente de história, isto porque para o autor a “memória” é um elemento vivo das experiências passadas que carrega no presente, que pode sofrer várias ações, como: deformidades, esquecimentos, manipulações e revitalizações. Contudo, apesar dessas influências que a memória pode sofrer, esta carrega sempre uma percepção de completude.

Por outro lado, Nora pensa história sempre como uma representação incompleta do passado, como fatos sociais a serem estudados. Isto devido à esta ter um sentido universalizante. Assim, a produção da história estaria acessível a todos. A “memória”, por sua vez carrega um traço afetivo, que se conecta com a realidade concreta imediata.

Outro elemento na análise de Nora (1993) é o “lugar de memória”. Por este conceito ele trabalha a existência de três sentidos: material, simbólico e funcional. Em síntese, os três sentidos precisam estar presentes no “lugar de memória”. A coexistência dos três sentidos é facilmente perceptível no caso de um arquivo, pois precisa existir materialmente, ter um sentido simbólico, quer dizer um sentido especial e, por fim,

¹ Resistência foi o movimento civil armado francês que conspirou contra a dominação nazista, baseada no governo de Vichy.

funcionalidade objetiva do material arquivado. Através deste conceito, a pesquisa vai se debruçar em identificar, junto aos moradores e discentes, lugares de memória da favela que se apoiam em identidades.

Por “lugar de memória”, podemos, por exemplo, utilizar imagens da formação da favela, localidades especiais para os entrevistados e o filme *Cidade de Deus*. Em síntese, buscar vestígios ou fontes documentais que tenham a capacidade de sedimentar a memória e, por conseguinte, colocar o tempo em suspensão.

Para a nossa pesquisa, os relatos ocuparão um destaque como “lugar de memória”, principalmente, por entendermos que os moradores de favela sofrem um silenciamento de suas narrativas e histórias. Para Pollak, as memórias que não fazem parte do discurso oficial, que reivindicam outras nacionalidades, grupos minoritários, memórias que passaram por proibições, clandestinidade e, fundamentalmente, dominadas e de sofrimento aprisionado são consideradas “subterrâneas”. Segundo o autor:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem a ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Este conceito tem sentido na nossa pesquisa por compreendemos que os moradores da favela não fazem parte do discurso oficial da comunidade que residem e até da cidade. Este silenciamento é patente ao observamos o filme *Cidade de Deus*, haja vista, que a narrativa da película quase exclusivamente apresenta a violência como elemento central da experiência do viver na favela. A pesquisa também quer saber dos moradores perguntas, como: *o que eles pensam sobre o filme? Como é morar na Cidade de Deus? A favela é só violência? Qual é a história da Cidade de Deus?*

Além do silenciamento, os moradores da *Cidade de Deus* passam por um fenômeno social que lhes é exteriorizado. Foi criada uma narrativa sobre a favela que praticamente desprezou as memórias e experiências dos próprios moradores e, além, construiu uma visão única do bairro em perspectiva nacional e até internacional. Nesse sentido, Pollak adverte que “a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações”. Para caracterizar esta disputa o autor introduz o conceito de enquadramento de memória (POLLAK, 1922, p. 206).

Há de se lembrar de que para Pollak (1989) o “trabalho de enquadramento de memória”, inicialmente, tem o sentido de construir uma memória de um grupo político, como sindicatos, partidos e outros como uma construção do seu passado forjado por si

mesmas. Desta maneira, o trabalho de enquadramento ganha um sentido da identidade individual e de grupo. O autor nos lembra que estas organizações contam com profissionais para o enquadramento, mas também afirma que nem todas as organizações que não gozam de prestígio ou recursos, como os de sobreviventes do campo de concentração de *Auschwitz-Birkenau* também podem fazer o enquadramento. Para nossa pesquisa, queremos trazer outra forma de “enquadramento de memória”, o filme:

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e, portanto, no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções (POLLAK, 1989, p. 11).

Neste sentido, é muito difícil falar de memória e identidade na favela sem mencionar o filme homônimo, *Cidade de Deus* de 2002 dirigido por Fernando Meirelles e Katia Lund. O mesmo alcançou um “trabalho de enquadramento de memória”, pois construiu uma narrativa e uma identidade para o bairro.

No estudo, queremos encontrar múltiplas vozes, pois cada pessoa, tem uma memória acerca da história e da localidade em que vive. Neste pensamento, entendemos que a identidade também segue este norte, junto à memória que pode ser herdada, mas que constitui uma representação própria com referencial na percepção dos outros. Em síntese, a memória é uma potência na construção referencial das identidades.

Podemos, portanto, dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante de sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda em memória, é importante destacarmos que a literatura sobre a Cidade de Deus está permeada de estudos em várias áreas das ciências humanas, como a geografia, a etnografia e a sociologia, assim como em romances, no famoso livro de Paulo Lins (1997), *Cidade de Deus*. No entanto, a produção historiográfica sobre a Cidade de Deus é muito parca, sem uma obra de relevo no meio acadêmico. Não obstante, tivemos uma preocupação de encontrarmos ao menos duas produções etnográficas que nos serviram a traçar melhor o nosso projeto, os trabalhos de Valladares (1978) e Mello (2010), bem como a entrevista com moradores da favela.

Sobre a metodologia de história oral, iremos mobilizar os trabalhos de Amado e Ferreira (2006) e de Portelli (2006), que além de nos auxiliar a compreender melhor o método, também fazem a conexão com o conceito de memória.

Embora a história oral tenha surgido no Brasil nos anos 1970, somente 20 anos após a sua chegada ela conseguiu se consolidar no meio acadêmico, seja pela criação da ABHO (Associação Brasileira de História Oral), seja pela formação de encontros regionais e nacionais, esta área de pesquisa tomou um vulto.

Tal método nos abre uma porta entre registros e as memórias dominantes, como no caso da Cidade de Deus, bairro que carrega suas memórias através dos costumeiros noticiários violência urbana e outros tipos de tragédias. O que pretendemos neste trabalho é escutar as vozes de moradores e alunos:

o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos (AMADO e FERREIRA 2006, p. xiv).

Mesmo assim, o campo da história oral, ao longo de sua consolidação, sofreu ataques ora provocativos, ora baseados em preconceitos, que nunca buscaram colocá-la como metodologia, mas antes como, teoria, técnica ou disciplina. Como a história oral pretende levantar debates e não os solucionar, não se deve compreendê-la como teoria. Tampouco como técnica de forma isolada, haja vista que, ela ficaria restrita a organização de acervos, realizações de entrevistas, entre outros. Muito menos uma disciplina, por dois motivos: ficaria restrita a trabalhos simplórios de resposta óbvias e subverteríamos o axioma da produção científica, na qual a teoria busca as respostas. Desta maneira, a metodologia além de não conseguir responder problemas, cumpre a função de organizar e estabelecer procedimentos de trabalho.

A divergência entre os que pensam como nós e os postulantes da história oral como disciplina reside em um ponto: estes reconhecem na história oral uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como o fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática – no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso etc (AMADO e FERREIRA 2006, p. xvi).

Desta maneira, Amado e Ferreira nos explicam não somente a clivagem da história oral como metodologia, como também demonstram a potência da mesma, que pode abordar diferentes questões. Na sequência as autoras organizam o objetivo do método:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática (AMADO e FERREIRA 2006. Pg. xvi).

Como a história oral é uma metodologia com capacidade de diálogo com teorias e com possibilidades várias de abordar questões, esta pode facilitar a compreensão de relatos ou representações sobre um mesmo fato. Um dos objetivos do trabalho, inclusive, é este escutar diferentes vozes de uma mesma localidade acerca de eventos vividos diretamente ou não por elas. Portelli (2006) recupera um conceito, “memória dividida”, do antropólogo italiano Giovanni Contini, para compreender a discrepância entre os relatos de moradores da cidade de *Civitella Val Di Chiana*, nos arredores de *Arezzo*, coletados em 1994, no evento de uma conferência² que recordava o Cinquentenário do massacre nazista.

Deste modo, através de nossas entrevistas e dos discentes, assim como os dos moradores sobreviventes ou não³ do massacre de *Civitella*, precisamos nos deparar com contrastes nestas memórias. Novamente, a história oral está a possibilitar o levantamento de questionamentos e, através do trabalho do historiador, compreender melhor um evento. Amiúde, Portelli aborda este choque:

Essas duas memórias – a das instituições e celebrações inspiradas na Resistência e a da comunidade - entraram em choque muitas vezes no passado, até mesmo em choque corporal, uma vez que a população local entendia as celebrações oficiais em nome da Resistência como uma violação de suas memórias e perdas (PORTELLI, 2006, p. 106).

Neste trecho, o historiador italiano nos lembra como um mesmo fato histórico pode ter diferentes representações e, como estas podem ser extremamente díspares. Aqui não nos interessa buscar algum tipo de similaridade entre o evento da cidade italiana de

² Conferência internacional In Memoriam: por uma Memória Europeia dos Crimes Nazistas após o Fim da Guerra Fria (Arezzo, 22 a 24 de junho de 1994).

³ No texto de PORTELLI, o conceito de memória dividida, além de ter incongruências nos relatos há o fato de que muitas pessoas não vivenciaram aquele episódio, mas carregam consigo uma memória acerca do massacre.

79 anos atrás e a realidade atual da favela da CDD, mas antes, nos preparar para possíveis choques interpretativos.

A distinção de Clemente entre os ‘fatos’ do historiador e as ‘representações’ do antropólogo está totalmente correta. Porém, só considerando as juntas é que se pode distingui-las. Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações” (PORTELLI, 2006, p. 111).

A história é construída pela inter-relação dos fatos em movimento dialético à ação dos sujeitos coletivos e individuais transforma a condição de vida ou se empenha na sua manutenção.

A identidade é discutida em três concepções distintas, sendo estas: a concepção de identidade do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. Para o iluminismo a identidade era o centro essencial do sujeito, que estava baseado em uma pessoa centrada, dotada de razão, ação e consciência que não modificava sua essência ao longo da vida. Já pela concepção sociológica o núcleo não era autossuficiente e autônomo, mas influenciados pela cultura, sendo, então a identidade o preenchimento da lacuna entre o mundo interior e o mundo externo. Por sua vez, o sujeito pós-moderno retira da identidade seu caráter fixo e afirma que a identidade sofre transformações a partir da representação do eu pelo sistema cultural que o rodeia (HALL, 2018).

A representação da realidade obtida por meio dos fragmentos de experiências que, muitas vezes, demonstram tensões entre si, mostra-se a forma mais coerente de recuperar fatos do passo na compreensão histórica dos acontecimentos. A história oral move-se em campo interdisciplinar, pois utiliza-se das diversas fontes da oralidade para interpretar a variedade de dimensões históricas. É no intercâmbio das relações temporais entre o passado narrado e o presente vivido que é feita a produção da história pela oralidade.

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo da recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente (DELGADO, 2017, p. 21).

Nota-se, dessa forma, que a história contada por meio da oralidade mostra-se em possibilidades infinitas, pois envolve questões pessoais, coletivas, particularidades

biográficas e envolve-se em variáveis temporais, espaciais etc., recontando explicita por sentimentos, ou omitidas como forma de proteção de traumas e da dor. A memória na tradição oral tem uma força exponencial, capaz de produzir sentimentos saudosos até mesmo naqueles que não compartilharam das experiências da época narrada, isso se dá pela esperança e registros de “bons tempos”, passado de geração em geração e até mesmo na história oficial que podem produzir a saudade coletiva ou particular nas perspectivas da história reproduzida pela memória (NÓBREGA; SOLDERA, 2009).

Quanto a memória para a história oral, ainda é complexo afirmar uma definição clara, quando a própria matéria se mostra, ainda, complexa na definição do processamento da memória no sistema cognitivo do homem, sendo definida, por ora, com base nos estudos de Lutz Niethammer que divide a memória entre ativa e latente.

A memória ativa é a que temos acesso em constante frequência, é a que precisamos para exercer as funções básicas do dia a dia. A memória ativa é a ideia de que se tem da vida em si, da complexidade das relações e o relato das histórias que são vivenciadas ou não, porém indicam uma certa elaboração de experiência do locutor.

A memória latente é aquela que reflete em uma situação de aprendizado, quando o sujeito entrou em contato com algo novo e plastificou aquelas imagens, sendo esse tipo de memória mais comum na juventude ou em crises existenciais:

As histórias plásticas que apontam para situações de aprendizado, por exemplo, podem também situar-se na memória ativa quem sabe, como parte do conjunto de histórias estandarizadas, contadas toda vez que se torna necessário significar determinadas situações de aprendizado. Além disso, por que as rotinas não fariam parte do sortimento bruto, isto é, da memória ativa, já que esta compreende tarefas profissionais e condições de trabalho, que são facilmente recordadas mediante solicitações? (ALBERTI, 2004, p. 4).

Com a citação, percebe-se que a autora não defende o uso rigoroso das divisões de memória mencionados anteriormente dos estudos de Niethammer. A história oral tem funcionalidade democrática para a documentação do passado vivido em certa região e população. Para contestar a história apenas contada e forjada por elites dominantes, é que a oralidade busca na memória das vivências das pessoas que foram atingidas diretamente pelos processos e dinâmicas da historicidade para que seja possível a reconstrução da memória dos eventos passados e seus efeitos.

A metodologia da história contada permite acesso a versão de todas as camadas sociais, o que expõe vários ângulos de visões sobre o mesmo acontecimento.

Na medida em que se entende esse pluralismo como democracia, pode-se

seguramente afirmar que a instituição do campo da história oral foi um passo importante no sentido da democratização do registro e do acesso a narrativas de experiência pessoal (ALBERTI, 1996, p. 4).

Todavia, além das possibilidades amplas de resultados exploratórios para a história, o método da oralidade histórica contém algumas limitações, dentre elas: a subjetividade com que a história é relatada e a interpretações de resultados, que depende exclusivamente da visão de mundo tanto do relator quanto do historiador. A subjetividade é o grande desafio desse método, desafio o qual se apresenta desde o colhimento do depoimento até a sua interpretação (DELGADO, 2017).

Outra limitação é que a pesquisa se aplica somente com a visão contemporânea, assim, diferentemente da análise documental e relatos da época do objeto estudado, os depoimentos da memória são feitos com referências no tempo presente. Esse fato implica em um discurso que pode sofrer influência nos registros escritos sobre o tempo vivido. Logo, deve-se atentar para a divagação por entre escritos produzidos pela história documental. A influência no discurso construído pode sofrer alterações ao passo em que o tempo o vai remodelando, pois, sendo a história um processo dinâmico, conforme avança as relações do presente remodela-se o conceito do passado. Os sentimentos, as expressões, as emoções não são registradas com a história oral e nem com a documental e sim apenas com a interpretação que representa o maior desafio do pesquisador que trabalhará com essa metodologia:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história nas suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, uma partilha da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO, 2017, p.16).

Nos dias atuais a história oral é um recurso utilizado para a elaboração de documentos, arquivos e estudos referentes à vida social das pessoas. Também conhecida por história viva, é sempre uma história retratada no tempo presente (MEIHY; HOLANDA, 2005). As pesquisas e os estudos sinalizam que “a contribuição da história oral será cada vez maior na sociedade do futuro, na qual as fontes não-escritas tendem a perder terreno e as fontes orais vão tornar-se cada vez mais confiáveis e fidedignas” (ALBERTI, 2004, p. 60). Isto dá-se em função do que:

a memória não sendo um simples ato de recordar, revela os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência de vida se integre ao presente, oferecendo-lhe significado e evitando, desta forma, que a humanidade se perca

no presente contínuo, caracterizado por não possuir raízes e lastros. Presente muitas vezes caracterizado pela ausência de conteúdo identitário (DELGADO, 2017, p. 60).

Enquanto processo metodológico a história oral procura captar o passado, constituindo-se como um espaço vivificador da relação entre a história, as memórias e as identidades, uma vez que, “o testemunho oral constitui a base da pesquisa, traduzida pelo diálogo entre entrevistado e entrevistador. Nesse sentido, acaba por, inevitavelmente, registrar informações pertinentes às preocupações de no mínimo dois sujeitos diferentes” (DELGADO, 2017, p. 52). Independente de qual seja o tempo em que vivam, o entrevistado e entrevistador também se identificam inseridos num determinado contexto histórico atual que interage com o vivenciado anteriormente.

As fontes orais, são fundamentais para traçar linhas de discussão e para estabelecer o diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. É interessante pensar nessa proximidade em que ambas as partes possam narrar sentimentos e surpresas, ao lembrar-se das experiências vividas e dificuldades passadas e relembradas das suas vidas, colaborando para estas recordações (BOSI, 1994). Além das questões metodológicas (realizar a entrevista, transcrever, digitar, analisar e interpretar), é preciso ter atenção ao uso das entrevistas, já que se está a lidar com experiências de seres humanos e isso exige sensibilidade, respeito e postura ética.

Um outro campo do debate historiográfico com contribuições interessantes para nossa pesquisa é da assim chamada “história local”. Encontramos em Barros (2013) e Cavalcanti (2018) alguns apontamentos e questões fundamentais acerca da ideia de “local” e de como no ensino de história esse tema pode ser importante.

Erinaldo Cavalcanti inicia seu texto justamente discutindo quais elementos são importantes na definição de “local”. O que iria diferenciar uma pesquisa que se apresenta como de “história local” e por exemplo uma que fala de história do Brasil ou de história da África. O autor destaca que a palavra “local” remete a ideia de “espaço” (2018, p. 275). Porém toda a pesquisa histórica está circunscrita ao “lugar” ou “espaço”. A ideia de Brasil está conectada ao espaço/lugar assim como o bairro da Cidade de Deus também.

Nossa pesquisa poderia ser mecanicamente identificada com a ideia de “local” por se conectar à uma comunidade específica da cidade do Rio de Janeiro. Mas as ações fundamentais para o surgimento e identificação daquela localidade especificamente como a Cidade de Deus não partiram de uma política do governo do estado Rio de Janeiro? E por sua vez, essas políticas não poderiam ser colocadas dentro de um contexto de disputas

nacionais?

Nesse sentido, de apresentar as armadilhas que a ideia de história local pode trazer, Cavalcanti nos apresenta uma série de desafios e problemáticas na definição dessa ideia de “local” dentro da pesquisa histórica. Entre as conclusões importantes do autor destacamos a ideia de “configuração local da história”. Para o autor:

A configuração local da história mantém relações de proximidade com a chamada história nacional, mas, também, de distanciamento. Ela é construída por práticas e relações da chamada história local, nacional e global; essas são relações de força, cuja composição não é de fácil distinção. [...] Em outras palavras, a dimensão local da História não é um simples e diminuto pedaço de uma história maior. Não é a consequência daquilo que teria ocorrido na história nacional. [...]. Entretanto, não podemos tampouco esperar que a dimensão local se constitua como uma história independente ou alheia ao que se passa em dada dimensão macro das relações de poder que constroem, historicamente, as experiências, como se não existissem, entre as dimensões local e nacional, pressões, abalos e ressonâncias (CAVALCANTI, p. 287).

Nesse sentido, essa dimensão local da história pode ser um instrumento potente que mostra aos alunos como as ações coletivas, dos sujeitos mais próximos espacialmente a eles, são fundamentais na compreensão das experiências e processos vividos no seu cotidiano. Em outras palavras: a história da Cidade de Deus não pode ser reduzida à uma história das políticas públicas do Rio de Janeiro, muito menos às figuras políticas diretamente envolvidos na sua criação e que posteriormente assumiram o poder. As ações das mulheres e homens do bairro tornam essa experiência “local” única e singular.

Tendo como base todo essa complexidade que é pensar uma “história local”, se faz necessário avançar na sua relevância para o ensino história. O historiador Carlos Henrique Barros (2013) nos apresenta alguns elementos fundamentais para considerar o ensino de história local como importante na formação humana dos alunos.

Para o autor a disciplina história é importante no processo de construção de identidades. E tendo em vista essa importância, ter a história local como ponto de partida para o ensino poderia ser uma boa estratégia. Diz o autor:

O ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentado as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima. [...].

Com a abordagem da História Local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem

respeito (BARROS, p. 303).

O nosso trabalho estará dividido em 4 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo abordará a formação histórica da Cidade de Deus, com o desenvolvimento do bairro de Jacarepaguá. O segundo trata da realidade atual da favela e de suas características. O terceiro tem como foco a entrevista de moradores que nos ajuda a resgatar informações através de suas memórias da formação e do cotidiano da Cidade de Deus. O quarto apresenta a elaboração de uma atividade didática desenvolvida para alunos(as) do 8º ano do segundo segmento do ensino fundamental por meio de relatos deles próprios e a posteriori eles serão os entrevistadores.

2 CIDADE DE DEUS: FORMAÇÃO HISTÓRICA (JACAREPAGUÁ)

2.1 Origens

Este capítulo se destina a apresentar as origens do bairro Jacarepaguá⁴. A favela da Cidade de Deus que esteve dentro de Jacarepaguá (Jpa) se tornou bairro através do decreto de Nº 3.158, de 23 de julho de 1981⁵, mas a sua formação foi anterior, em 1966. As duas datas importantes somam-se a outras datas de grande importância para a região. É de grande valia esta recuperação histórica para nossa pesquisa, devido à compreensão de que ter sido parte do bairro de Jacarepaguá é uma das características marcantes da Cidade de Deus, tendo em vista que o primeiro era muito afastado do Centro do Rio de Janeiro, fato que substanciou a política de remoções de favelas para espaços distante e de difícil mobilidade. Além da história de Jacarepaguá também se faz necessário entendê-la dentro da cidade do Rio de Janeiro.

A história da ocupação do espaço que formará Jacarepaguá pode ser construída desde o Período Colonial (1500-1822) no qual a região pertencia à Grande Sesmaria de Martin de Sá, que se estendia do Arroio Pavuna até o Maciço da Tijuca, cuja principal construção era o Engenho D'Água. Nas suas imediações, se encontravam as estradas do Gabinal, do Capão (atual Ten.- Cel. Muniz de Aragão) e da Banca da Velha (atual Edgar Werneck). Posteriormente, a área foi ocupada por sítios e fazendas onde se cultivou cana-de-açúcar, café e lavouras diversas.

Antes da invasão portuguesa e as tentativas frustradas de franceses, holandeses e ingleses que apossaram diversas vezes o litoral fluminense, a baixada de Jacarepaguá tinha uma ocupação com povos originários, como nos mostra Peixoto:

Dois foram os grupos culturais que passaram, desde centenas e milhares de anos atrás, pelo que hoje corresponde ao território que engloba Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes: os pescadores-coletores denominados sambaquieiros; e, posteriormente, os ceramistas falantes do tronco linguístico Tupi. Os primeiros deixaram suas existências e idiosincrasias manifestas materialmente nos sítios arqueológicos denominados sambaquis, e os segundos ainda chegaram a figurar nos relatos de cronistas, em função da permanência de suas aldeias na área, à época do contato com os europeus (PEIXOTO, 2019, p. 122).

Esta passagem faz-se necessária, haja vista, que a pesquisa em curso pretende dar

⁴ “Jacarepaguá deriva-se de três palavras do tupi-guarani: yakare (jacaré), upá (lagoa) e guá (baixa) – a baixa lagoa de jacarés.” Ver: COSTA, Waldemar S. O Vale do Marangá. Rio de Janeiro, 1986. 64 f.

⁵ <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/urbanistas-explicam-processo-de-formacao-de-jacarepagua-20013450>.

visibilidade a narrativas e histórias que foram silenciadas pelo discurso oficial seja de órgãos públicos, seja da sociedade. A Baixada de Jacarepaguá era ocupada pelos Tupinambá ou Tamoios. Os indígenas possuíam duas grandes tabas na região: Guará-Guassú-Mirim (da Lagoa do Camorim) e Takûarusutyba (no atual bairro da Taquara).

Aqui vale a memória do evento do século XVI, *Confederação Tamoio* em que na disputa entre franceses e portugueses pela colonização do Recôncavo da Guanabara⁶ que entre os anos de 1555 até 1567 duas disputas se perfileram e se juntaram temporariamente, de um lado, portugueses e tupiniquins, do outro, franceses e tupinambás ou tamoio (PERRONE-MOISÉS; SZTUTMAN, 2010; BELCHIOR, 2008; MENDONÇA, 1991)⁷. O evento nos vale, porque a derrota dos tupinambás causou uma dispersão ao interior da capitania de São Tomé.

Inicialmente, as terras da região, posteriormente chamada de Jacarepaguá, pertenciam ao Jerônimo Fernandes e ao Julião Rangel. Em 1567, no entanto eles deixaram de ser os sesmeiros, na medida em que não tomaram posse das terras em mais de 30 anos, fato que gerou a reivindicação de Gonçalo Correia de Sá e Martim Correia de Sá, em 1594. O governador Salvador Correa de Sá distribuiu as terras em duas sesmarias compreendidas em regiões: a de Martim Correia de Sá compreendia a área do Camorim até o Recreio dos Bandeirantes e; a de Gonçalo Correia de Sá eram as terras que iam do Campinho, Taquara, Freguesia até a Barra da Tijuca. A sesmaria de Gonçalo será ocupada e desenvolvida, em especial com a atividade açucareira, enquanto a do irmão ficará abandonada. Peixoto nos dá uma maior precisão sobre a sesmaria de Jacarepaguá:

Geograficamente, o que hoje se denomina Jacarepaguá, correspondia no período colonial a um território de aproximadamente 140 quilômetros, que foi desmembrado, no século XX, em três bairros distintos: Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca. Localizada na Zona Oeste da cidade, a

⁶ Do tupi *guaná-pará*, o que significa seio-mar.

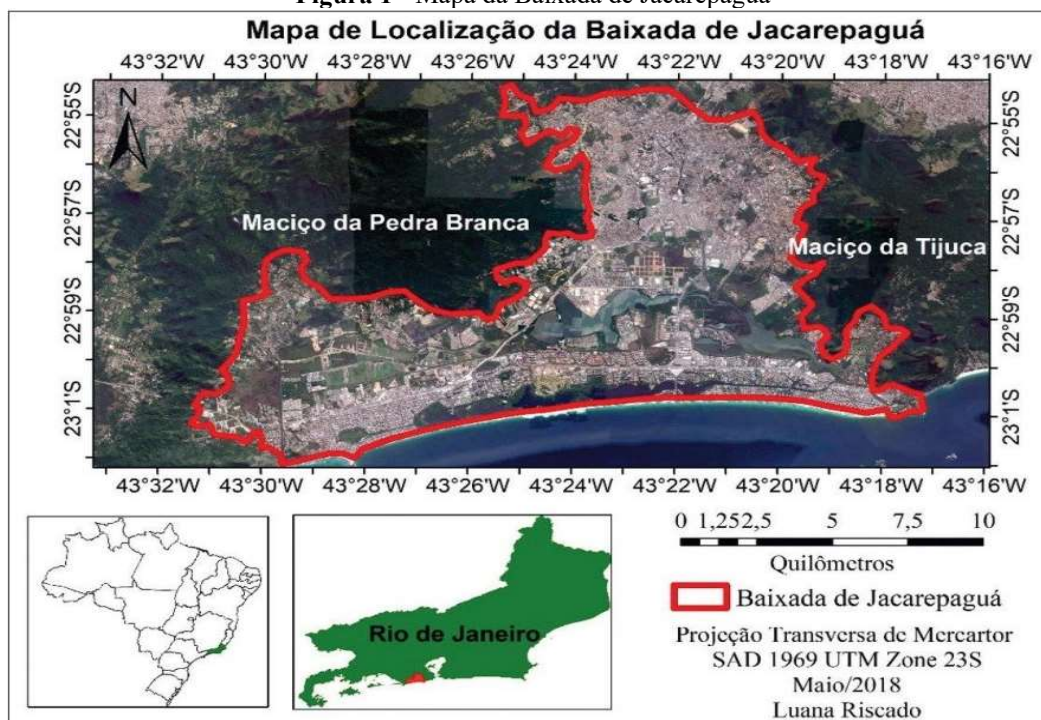
⁷ Para não dispersar a proposta central do capítulo, queremos dissertar rapidamente sobre a Confederação Tamoio na tela de Rodolfo Amoedo (1883) e na obra de Magalhães Correa (1856), em que a primeira é uma releitura da segunda. Na pintura, estão representados Aimberê e o padre Anchieta. A cena é o episódio final da Confederação dos Tamoios (CORREA, 1856) em que o sacerdote encontra o indígena já falecido após o suicídio (1567), por afogamento. Na perspectiva artística, Amoedo deixa bem nítida a cena, ao analisar, por exemplo, as unhas roxas da mão esquerda e da perna direita, como o rosto desfigurado pelo inchaço, resultado do corpo ter ficado à deriva no mar. Anchieta tem uma coerência com a Confederação dos Tamoios (1856), pois está visivelmente comovido com a morte do líder indígena, não somente pelo triste episódio em que somaram-se muitas mortes de brancos e indígenas, como pela própria vida de Aimberê, pois após a Paz de Iperoig (1563), o padre viveu por 3 (três) meses juntos aos tupinambás. O evento que destacamos serve para ajudar a compreender a formação da cidade do Rio de Janeiro, bem como a dispersão dos povos tamoios na região do futuro bairro de Jacarepaguá. Por outro lado, a obra e a tela são divergentes, como Costa (2013) demonstrou no seu estudo. Por fim, enquanto Correa vê na figura de Aimberê um herói romântico, Amoedo busca tornar o líder Tamoio como um indígena qualquer.

região está compreendida entre o Maciço da Tijuca, o Maciço da Pedra Branca e o Oceano Atlântico.” (PEIXOTO, 2019, p. 121).

Da sesmaria de Gonçalo Correia de Sá, a Freguesia (Porta D’Água) será a localidade de primeiro fluxo migratório e urbano, região que esteve os primeiros engenhos de açúcar devido a sua proximidade com as lagoas de Jacarepaguá e da Tijuca. A região conhecerá maior desenvolvimento quando ganhará desmembramentos no século XVII, desta maneira novos arrendamentos de terra surgirão e com estes dois novos engenhos: Engenho D’Água e o Engenho do Camorim, com a Capela de São Gonçalo do Amarante e a Igreja de Nossa Senhora da Pena.

O atual Largo da Freguesia (Porta D’Água) foi o centro da sesmaria de Gonçalo Correia de Sá que terá na atual Estrada dos Três Rios, próximo à Pedra do Galo, uma importante edificação colonial: Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá. Em 1661, assim tornar-se-á a quarta⁸ freguesia da cidade. Para nos ajudar visualmente, abaixo temos um mapa da Baixada de Jacarepaguá⁹ ou o que já um dia foi o bairro por inteiro, vejamos:

Figura 1 - Mapa da Baixada de Jacarepaguá



Fonte: < <https://rioonwatch.org.br/?p=62328> >.

⁸ A primeira foi a de São Sebastião em 1569; a segunda em 1634, Candelária e; a terceira em 1644, a de Irajá.

⁹ OLIVEIRA, J. R.; CAMARA, A. D.; BARBOSA, L. H. U.; SANTOS, G. L. Rio das Pedras: Seis Décadas de Histórias e superação. In: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. Seminário nacional sobre Urbanização de Favelas: Anais do III Urbfavelas. Salvador: UCSAL-PPGPTDS, 2018. v. 1, p. 0-3220.

No mapa acima, podemos observar a baixada de Jacarepaguá que fica entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca. No mapa abaixo, está exposto o bairro de Jacarepaguá antes do decreto de 1981, que instituiu o bairro da Cidade de Deus, desde a sua classificação colonial da Freguesia de Nossa Senhora do Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá:

Figura 2 - Bairros que pertenciam a Jacarepaguá



Fonte: <https://ihja.wordpress.com/2010/06/25/jacarepagua-a-importancia-de-se-resgatar-a-sua-origem/>.

Atualmente, Jacarepaguá não é mais um grande bairro e sofreu uma divisão de três partes¹⁰.

Após o hiato de contemporaneidade, voltemos ao século XVII. O bairro de Jacarepaguá foi classificado como o *Sertão Carioca* na expressão cunhada pelo cronista Magalhães Correa (1936). A região só contava com três formas de comunicação com o restante da capitania, bem como Rudge (1983) descreve: via marítima; pelo caminho real para Jacarepaguá, atualmente conhecida como Estrada Grajaú-Jacarepaguá, findada somente em 1950; e a última, a passagem da estrada que vai de Jacarepaguá para o campo de Irajá - antigamente conhecida como Estrada de Jacarepaguá e, nos dias atuais, Rua Cândido Benício.

¹⁰ Nos dias atuais a antiga sesmaria está representada na subprefeitura da Barra e Jacarepaguá. A subprefeitura está dividida em três regiões administrativas: Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Jacarepaguá. A região administrativa da Barra contém os bairros: Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. A região administrativa da Cidade de Deus representa somente a favela. A região administrativa de Jacarepaguá contém os bairros: Anil, Curicica, Freguesia de Jacarepaguá, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire.

Os anos de 1634 e 1636 tiveram uma importância para a região, pois foi neste momento em que Salvador Correia de Sá e Benevides era o único proprietário das duas sesmarias de Jacarepaguá. Em 1634, o seu tio Gonçalo falece e, assim, ele adquire as terras, bem como em 1636, o seu pai, Martim Correia de Sá, também perece. Salvador Correia torna a casa grande do Engenho D'água sua residência e, por consequência, uma localidade de relevo na política da sesmaria¹¹.

Ao longo dos anos, a sesmaria de Jacarepaguá terá uma urbanização mais capilarizada com a formação de pequenos centros, haja vista que se formavam novos foros. Um deles foi a Fazenda do Engenho da Serra de propriedade de Jorge Souza Coutinho, que atualmente seriam as terras nas quais se localiza o Hospital Federal Cardoso Fontes, a Serra dos Pretos Forros (divisor natural de Jacarepaguá e o Grande Méier) e até a atual Avenida Geremário Dantas (Avenida da Freguesia, no passado). Dentro da Fazenda do Engenho da Serra abriu-se a estrada do Pau-ferro¹² que ao cruzar a Geremário Dantas deu origem ao Largo do Pechincha¹³.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a Baixada de Jacarepaguá passa a ser dominada não mais da família Correia de Sá e Benevides, mas pela família Teles de Menezes Barreto, a mesma do futuro Barão da Taquara¹⁴. O General Salvador morre em 1688 o que passará as terras da região por direito de herança ao filho Martim Correia de Sá e Benevides, este nomeado Visconde de Asseca¹⁵ e alcaide-mor¹⁶ do Rio de Janeiro pelo rei português D. Afonso VI em 1666, devido à libertação da colônia de Angola sob o domínio dos holandeses. O quarto Visconde de Asseca, Martim Correia de Sá e Benevides será o responsável por ampliar a ocupação das sesmarias de Jacarepaguá, em especial no Vale do Marangá, com a formação de duas fazendas: Engenho de Fora e do Macaco. Em 1777, o quarto Visconde de Asseca falece e as terras das sesmarias de Jacarepaguá são compradas pela família Teles Barreto de Menezes, que já tinha começado a aquisição desde o século XVII com a compra da Fazenda da Taquara pelo juiz de

¹¹ Atualmente o local é tombado pelo IPHAN e é divisa entre os bairros Gardênia Azul e Cidade de Deus.

¹² Devido à concentração de árvores do mesmo nome.

¹³ Homenagem a José Pechincha, dono de um estabelecimento do tipo secos e molhados nos primeiros anos do século XVII.

¹⁴ Título concedido pelo imperador D. Pedro II em 1882.

¹⁵ A praça e o bairro da Praça Seca são originários do Visconde de Asseca, em tempo não do primeiro, mas do 4º com o mesmo nome de seu antecessor. O 4º Visconde de Asseca foi morador da região de Jacarepaguá e concedeu um terreno no Vale do Marangá para que ali fosse disposto um jardim. O largo do Visconde de Asseca aos poucos sofreu a corruptela de Asseca para Seca.

¹⁶ Título honorífico que remonta a Idade Média concedida a líderes militares com a incumbência de proteção de algum território.

órfãos¹⁷ Francisco Teles Barreto de Menezes. Na obra de Silva (2015) há uma mensuração de recenseamento da região no século XVIII, vejamos:

Em 1797, documento emitido pelo sargento-mor Sebastião José Guerreiro França contabilizava na Freguesia de Jacarepaguá 252 residências e população de 1.905 habitantes (437 homens, 562 mulheres e 906 escravos), e o comércio caracterizado por 3 lojas de fazenda (armarinhos), 5 açougues e 70 vendas e mercearias (SILVA, p.22).

Desta maneira, a Baixada de Jacarepaguá ficou conhecida como a planície dos onze engenhos¹⁸, termo cunhado pelo geógrafo Afonso Várzea. Sem contar que, na leitura do fragmento do texto, era perceptível a presença massiva de escravizados para colonizar e mover a economia da região. No demais, a região da Baixada passou por inúmeras vendas, arrendamentos e outras divisões que demonstra uma heterogeneidade do espaço ao longo dos anos, como destaca Peixoto:

Essa heterogeneidade de nomenclaturas e atividades econômicas no Oitocentos torna árdua a tarefa de contabilizar os engenhos, no caso, as propriedades que, ainda que se dedicassem a outras atividades, tinham dentre elas a produção de açúcar e seus derivados. Sabemos que algumas dessas unidades produtivas eram propriedades mais recentes, e que se dedicavam eminentemente ao cultivo do café, como é o caso da Fazenda do Quitite; porém, outras, que passaram a ser chamadas de Fazendas, foram inegavelmente engenhos nos séculos anteriores (PEIXOTO, 2019, p. 138).

A família Teles Menezes de Barreto teve uma presença marcante do século XVIII até os dias atuais, com nomes de ruas e praças. No entanto, a manutenção desta potência econômica estava para além da Baixada, como Carneiro nos demonstra:

Na história de Jacarepaguá devemos sempre citar a família dos Teles de Menezes, que tiveram terras em outras localidades do Rio de Janeiro como no Centro da cidade (Arcos dos Teles) e em São João de Meriti (Vilar dos Teles), ao adquirir a Fazenda do Engenho da Taquara em 1658 os negócios da família expandiram-se com a compra de novas fazendas e engenhos e, ao final do século, os Teles de Menezes eram os maiores proprietários de Jacarepaguá (CARNEIRO, 2015, p. 9).

Durante a primeira metade do século XIX, Jacarepaguá passou por uma

¹⁷ A ocupação nos chama a atenção, pois o juiz de órfãos tinha dupla função: as crianças e jovens órfãos com posses, o juiz cuidava da manutenção dos menores, bem como da herança; a outra função era para com os infantes pobres que o prelado continha um poder de controlar um excedente de força de trabalho. Extraído em 20/06/2022: < http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344%20%3E >

¹⁸ D'Água, Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Taquara, Novo, de Fora, Velho da Taquara, Rio Grande, Restinga e Serra. Ver: PEIXOTO, S.A. JACAREPAGUÁ, A "PLANÍCIE DOS MUITOS ENGENHOS": uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2019.

transformação econômica, os engenhos e fazendas produtoras de cana-de-açúcar e congêneres foram transformadas em unidades produtoras de café. Segundo Carneiro, “a partir da metade do século XIX, a região já totalizava mais de 7.000 habitantes e quase 5.000 escravos, o maior contingente da cidade” (CARNEIRO, 2015. p.9). Em 1862, Francisco Pinto da Fonseca Telles assume o controle das terras de Jacarepaguá e em 1882 o mesmo é elevado ao título Barão da Taquara pelo imperador D. Pedro II.

Ao final do século XIX, na década de 1890¹⁹, o Barão da Taquara iniciou o arreamento e loteamento de suas terras, com o especial destaque às propriedades do Engenho de Fora (Praça Seca) e da antiga Fazenda do Macaco (caminho para a atual Viva Valqueire). Não é por acaso que muitas das ruas do antigo Vale do Marangá (Praça Seca) carregam nomes de familiares do Barão, como: Rua Comendador Pinto (Comendador Francisco Pinto da Fonseca, pai do Barão), Rua Ana Teles (Ana Teles Rudge, sua filha) e Rua Pinto Teles (Dr. Francisco Pinto da Fonseca Teles, seu filho). *A posteriori*, aparecerão a Rua Barão, Baronesa, Albano (Albano Raimundo da Fonseca Marques, seu genro e esposo de D. Emília) e Emília (Emília Joana, sua filha, porém atualmente chama-se Rua Florianópolis em tributo ao Senador Lauro Severiano Muller, homenagem *in memoriam*, pois o último residia na região, mas especificamente, onde hoje se encontra a Casa de Repouso Beneficência Portuguesa²⁰).

Já no período da Primeira República (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1945), a região de Jacarepaguá ganhou bondes puxados por burros e após a venda desta companhia para a Light, em 1911²¹, as linhas foram eletrificadas. Um importante marco de urbanização para esta área foi a construção, em 1956, do conjunto habitacional IPASE²², no caminho da Garganta do Mato Alto²³, localidade na Rua Cândido de Benício, nas terras da Villa Albano.

Somente na gestão do governador Carlos Lacerda (1960-1965) do estado da Guanabara que a região de Jacarepaguá, junto com outros rincões do antigo Distrito Federal - como Bangu e Campo Grande - ganhará um plano de ocupação com objetivo de

¹⁹ Embora não tenhamos provas factuais, mas não é difícil cruzar a coincidência de datas entre o grande loteamento de terras no início dos anos 1890, com a Lei Áurea (1888) e as fazendas da região de Jacarepaguá que empregavam uma quantidade grande de escravizados.

²⁰ <https://oglobo.globo.com/rio/incendio-atinge-mata-ao-lado-de-casa-de-reposo-na-praca-seca-23210082>.

²¹ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGHT.pdf>

²² <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>

²³ Garganta, porque estas terras ficam numa região onde os dois maciços quase que se encontram, o da Pedra Branca e o da Tijuca, mais especificamente entre as serras, pelo lado do Tijuca a dos Pretos Forros e pela da Pedra Branca a do Vaqueire.

construir áreas industriais. Por outro lado, há vertentes historiográficas, como a proposta por Valladares (1978), que sustentam que este projeto estava ancorado numa visão elitista de higienização social, em especial em áreas valorizadas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Desta maneira, em 1965, na região do antigo Engenho D'Água, próximo à Casa Grande da família do Barão da Taquara e do Rio Grande (atualmente Arroio Fundo), foi iniciada as obras da construção de casa e apartamentos, que mais tardiamente será conhecido como *Cidade de Deus*.

Em síntese, a Baixada de Jacarepaguá que na época do Brasil Colônia (1500-1808) destacou-se como um dinâmico polo da indústria sucroalcooleira e, por conseguinte, uma presença massiva da força de trabalho escravizada. Mesmo assim, Jacarepaguá seja como uma sesmária, freguesia e até como bairro sofria com a dificuldade de vias e a distância para o centro da freguesia de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo. O *Sertão Carioca* descrito por Armando Magalhães Correa ou a *Planície Dos Onze Engenhos* de Adolfo Várzea será uma realidade de urbanização intensa somente no 3º quartel do século XX, com a formação de conjuntos habitacionais e o incentivo de implantação de um polo industrial²⁴, o qual será projetado no governo de Negrão de Lima sob o decreto-lei nº 42, de 1969, que constituía um Plano Piloto de urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, região compreendida entre os Maciços da Pedra Branca e da Tijuca. Desta maneira, o Plano Piloto não foi *per si* um limitador do mercado imobiliário ou da especulação imobiliária. Porque, diferentemente de Brasília, a Barra da Tijuca e Jacarepaguá são bairros - como vimos em um percurso histórico desde a ocupação com os irmãos Correia de Sá no final do século XVI até o grande loteamento feito pelo Barão da Taquara - de uma região que sempre teve uma trajetória de propriedade privada fundiária.

2.2 A tradição das remoções e a criação da CDD

O pequeno percurso histórico de Jacarepaguá nos ajudou a entender que a região, além de afastada, foi pouco ocupada até os anos de 1960, o que lhe conferia a categoria de zona rural. Com uma configuração rural e com o passado de enorme população escravizada, o bairro não era uma opção para moradores removidos.

Por outro lado, a formação da Cidade de Deus tem outro aspecto: o histórico de remoções e intervenções estatais junto a favelas ou comunidades pobres que foram

²⁴ <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c7f746b7939ba6db>.

marcadas por processos de violências de vários tipos. Para não tornar a pesquisa prolixa, teremos o recorte dos anos de 1930 até a formação do conjunto habitacional, considerando que o trabalho tem como foco a Cidade de Deus e não as favelas em geral.

As políticas de urbanização ou de remoção implementadas a partir da década de 30 por órgãos estatais tiveram vacilações. Por vezes era uma política de cordão sanitário, outras visavam evitar que as favelas crescessem. O fato é que o Estado tinha o objetivo de dar uma solução final ao problema. Nesta lógica, Valladares destaca quanto ao fracasso (?) das políticas de remoção, vejamos:

Todos esses comportamentos e atitudes dos moradores frente à operação de remoção mostram o quanto esta, ao ser colocada em prática, gerou efeitos totalmente imprevistos pelos planos governamentais. Realimentou o crescimento do próprio elemento que pretendia eliminar do espaço: a favela. Gerou também uma série de mecanismos informais, verdadeiras práticas de distorção do sistema habitacional, que por si só colocam em questão seu planejamento racional e técnico. Provocou mobilidade geográfica de parte da população atingida pelo programa, que não conseguiu fixar. Ocasionalmente, ainda, uma nova distorção, verificada na alteração da clientela dos conjuntos habitacionais, que passaram a abrigar uma população bastante heterogênea e não mais marcada pela origem favelada (VALLADARES, 1978, p. 17-18).

Valladares (1978, p.22) destaca que na década de 1950-1960, a taxa de crescimento anual das favelas era de 7%, enquanto a não favelada a menos da metade, 3,3%²⁵ e no censo populacional da Sigmacs (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) de 1960 o número de favelas era de 186²⁶.

Ainda sobre as remoções como uma das soluções para o problema social das favelas, é mister recuperar a percepção da sociedade e seus representantes sobre estas localidades e seus moradores. As intervenções, embora diferentes, carregavam o mesmo conjunto ideológico.

O programa dos Parques proletários (Gávea, Caju e Praia do Pinto) construídos em 1941, pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945)²⁷, pode ser considerado como

²⁵ Ver em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v4_gb_favelas.pdf. Para efeito de comparação quanto ao fenômeno da favelização o Rio de Janeiro da atualidade sustenta números interessantes como dos 6.323.037 moradores da cidade em 2010, 22,03% ou 1.393.314 de pessoas residem em 763 favelas. Este número carrega ainda uma característica, não contabiliza regiões dos antigos conjuntos habitacionais, assim regiões da Vila do João, Cidade de Deus e Via Kennedy. Ver em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272#:~:text=S%C3%A3o%201.393.314%20pessoas%20nas,a%20fluminense%2C%201.020%20ao%20todo.>

²⁶ <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,aspectos-humanos-da-favela-carioca,8706,0.htm> ou https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v4_gb_favelas.pdf.

²⁷ Interventor do distrito federal durante a Ditadura do Estado Novo de Vargas.

a primeira tentativa do poder público sobre a questão das favelas, no que tange à intervenção. No entanto, a medida ficou somente no espectro de remoção, ou seja, a higienização de uma população pobre e negra. Há de se lembrar de que os parques proletários da Zona Sul (Gávea e Praia do Pinto) começam a incomodar interesses de especulação imobiliária, haja vista que antes de serem criados já existia um plano em marcha: uma ocupação de alto padrão de investimentos nas regiões da Lagoa, Gávea e Leblon, como prosseguimento dos bairros já ocupados, como: Glória, Catete, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo. O primeiro fluxo de expansão urbanística em direção à Lagoa Rodrigo de Freitas começou com o prefeito Carlos Sampaio (1920-1922)²⁸, motivado pelas comemorações do centenário da Independência, inaugurou uma política de remoções no Rio de Janeiro, em especial, como foi o caso, do Morro do Castelo e a construção da Avenida Epitácio Pessoa e, a *posteriori*, o plano Agache de 1930 (MENDES, 2012).

As duas intervenções citadas demonstram o edifício ideológico elitista e excludente, no qual o higienismo é a marca. E de onde vem o higienismo?

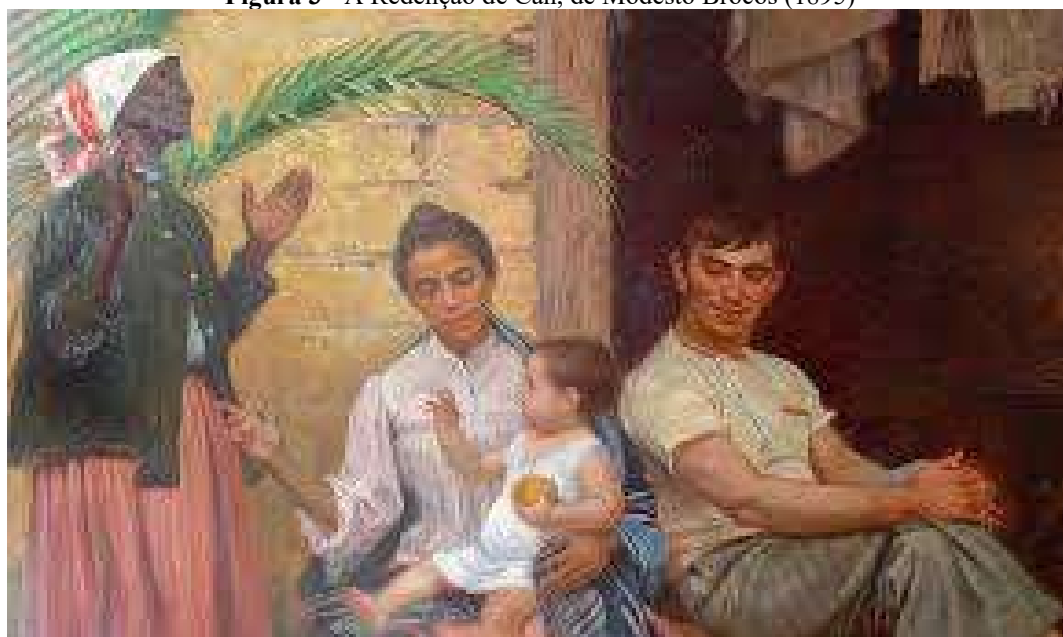
Vêm da poderosa corrente de pensamento eugenista que alcançou relevo no Brasil, da virada do século XIX até a primeira metade do século XX (ALMEIDA, 2016; PEREIRA, 2010; HOCHMAN; ARMUS, 2004). Este pensamento tinha uma presença entre grandes expoentes da intelectualidade do país, nomes como Monteiro Lobato, Renato Kehl, Raimundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Vital Brazil, Belisário Pena, Edgar Roquette-Pinto, Francisco de Oliveira Vianna, João Batista de Lacerda entre outros. Cada um a seu tempo, tinham a preocupação de como a nação teria progresso com a grande presença da população negra. A influência de algumas destas personalidades, primeiramente foi com Arthur de Gobineau²⁹ e depois Francis Galton³⁰. Entre propostas de eliminação da população negra ou miscigenação (assimilação) de raças com predominância da branca, a teoria do embranquecimento será a vitoriosa, na qual se buscava o caminho para a civilização europeia. Para maior ilustração da teoria do embranquecimento, vejamos a tela de Modesto Brocos.

²⁸ Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Carlos.pdf>

²⁹ Foi um aristocrata e diplomata francês e um dos principais pensadores eugenistas foi autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines* ou Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1853-1855). A sua influência nos pensadores brasileiros terá grande presença a começar pelas correspondências com o imperador D. Pedro II.

³⁰ Antropólogo inglês que terá na sua obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development de 1883* (Investigações sobre a faculdade humana e seu desenvolvimento) a influência no pensamento do médico Renato Ferraz Kehl.

Figura 3 - A Redenção de Can, de Modesto Brocos (1895)



Fonte: <https://www.edusp.com.br/wp-content/uploads/2018/08/%E2%80%98A-Reden%C3%A7%C3%A3o-de-Cam%E2%80%99.jpg>.

Para uma melhor análise sobre a tela *A redenção de Can*, faremos uso do robusto e refinado estudo de Lotierzo (2013 a, 2013 b). O quadro de Modesto está ancorado no pensamento cristão de uma maldição de Noé a seu filho e a seu neto, Cam e Canaã, respectivamente³¹, mas também no pensamento eugenista da virada do século XIX para o XX e no processo de embranquecimento da população brasileira. Lotierzo, chama a atenção que *Redenção de Cam* é uma obra de cunho eugênico³². Ao analisar a tela, podemos observar quatro personagens, vejamos: da esquerda para a direita está uma senhora negra de pele retinta, como a avó; a mulher negra miscigenada sentada ao centro,

³¹ Na passagem bíblica *Gênesis 9* após uma festividade da família de Noé, Can que era um vinicultor viu o seu pai atirado ao chão totalmente nu após alta ingestão de vinhos. Por sua vez, o seu filho Cam torna a situação de seu pai, Noé, pública entre os irmãos: Sem e Jafé. Ao se dar conta do ato de Cam, Noé roga-lhe uma praga e também a seu filho Canaã. Estudiosos bíblicos acreditam que após este expurgo Cam, e a sua linhagem que estaria presente em populações africanas carregaria, por sua vez, a maldição que Noé rogou-lhes, desta maneira a escravidão seria e as mazelas sociais da população do continente africano seria justificada por esta passagem bíblica. Para se ter uma leitura mais específica sobre a maldição e Cam, ver em: IVO, Isnara P.; JESUS, Robson Gomes de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. *Dimensões - Revista de História da UFES*, v. 43, p. 28-62, 2019.

³² A antropóloga recorda a participação do Brasil, através de seu delegado, João Batista Lacerda, no Congresso Universal das Raças, em Londres, 1911. Com a participação e financiamento governamental de mais de 14 países, inclusive o Brasil, Lacerda teve papel de destaque ao defender a tese do embranquecimento através da mestiçagem, pois, as teses de maior aceitação no Congresso era a da branquitude. No seu artigo *Sur les métis au Brésil* estima que em 3 gerações ou 1 (um) século seriam os suficientes para que a mestiçagem se alcança o seu propósito tornar a população brasileira branca, para buscar o progresso, bem como as nações europeias, linha de pensamento ancorada na evolução das espécies, um determinismo racial. O ponto de contato entre a tela e o artigo é a de que Lacerda utiliza a primeira como argumento de seu estudo.

Embora 16 anos separem a tela de Brocos e o artigo de Lacerda, Lotierzo entende que o pensamento eugênico tinha ampla entrada no pensamento das elites da época.

inclusive porta na sua mão esquerda uma aliança matrimonial, é a filha da idosa; a criança, ao colo da mãe, nitidamente branca, representa o neto e; o homem branco, na extrema direita, sentado, como o genro, pai e marido da mulher jovem. Ao mergulharmos na análise do quadro, são perceptíveis duas características: a paternidade branca e a iconografia cristã.

A paternidade branca está presente no papel ativo da prole branca que advém do homem, o pai, ou seja, a figura masculina carrega a superioridade racial e sexual, um projeto da sociedade da virada dos séculos XIX para o XX, calcado na hierarquia do desejo (LOTIERZO, 2013, p. 8). As mulheres, por outro lado, na *Redenção de Cam* carregam uma conotação da iconografia cristã, a começar pela senhora negra que sustenta uma pose que mistura o alívio e o agradecimento para o alto pela prole branca, mas ela pode também representar alguma santa defensora dos escravizados. Já a sua filha pode ser entendida como a Madonna e o seu filho, o bebê Jesus. Uma representação, de alguma forma, da tela *Sagrada Família*³³ em que os corpos das figuras femininas estão completamente cobertos, vestidos, o que afasta qualquer interpretação de sensualidade.

Desta maneira, a tela nos possibilita compreender o pensamento eugênico na realidade do Brasil nas primeiras décadas após a abolição da escravatura. E como Lotierzo nos lembra, apresenta uma imagem racista que tem como síntese as ideias de mestiçagem, pecado e civilização.

O fato de a população escravizada não ter sido absorvida com direitos (acesso a trabalho digno, educação, saúde, lazer³⁴ e participação política³⁵) pode ser compreendido também pela área da habitação. As favelas na sua formação e nos períodos a seguir tem uma forte presença negra, o que nos possibilita compreender que a mentalidade eugenista tem relação com as favelas. A duração do movimento é um dos fatores que permeiam o pensamento das elites brasileiras e de autoridades, por sua temporalidade, como vimos, do final do século XIX com prolongamento até os anos 40 do século XX. Por conseguinte, o pensamento das elites da cidade tinha uma forte influência do eugenismo, o que coincide

³³ Tela do artista Rafael Sanzio de 1508 de dimensões 131x107. Encontra-se na Antiga Pinacoteca da cidade alemã de Munique.

³⁴ Para uma melhor compreensão desta temática sugestionamos o trabalho de referência do historiador Sidney Chalhoub, *Lar, Trabalho e Botequim*.

³⁵ É preciso ter uma precisão histórica, de fato, termos como *direitos sociais* surgem formalmente somente com a Constituição federal de 1988. As ideias de democracia e cidadania também não estavam ancoradas na Constituição de 1891, no qual a cidadania estava restrita somente pela eleição não mais censitária. Desta maneira, a Constituição e a sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX não tinham esta preocupação, mas o que não impede de reconhecer que o processo de fim da escravidão foi excludente.

em um período (primeira metade do século XX) de crescimento e espraiamento das favelas pela cidade. Os planos urbanísticos da cidade não somente viam as favelas como espaço de proliferações de doenças e criminalidade, bem como a sua forte visão ideológica a seus moradores, como elementos perniciosos e indesejados da urbe. Neste sentido, Almeida (2016) nos ajuda na conexão de como o pensamento eugenista brasileiro está entremeado de como a favela era vista pela sociedade das primeiras décadas do século XX, vejamos:

As favelas são, portanto, ‘cidades que já nascem velhas’, como dizia Euclides da Cunha (citado pelo prefeito Henrique Dodsworth em artigo no CORREIO DA MANHÃ, 28/03/1956). Deslocada no tempo, só por ele seria extinta na medida em que apenas o branqueamento seria capaz de eliminar os genes mal ajustados às exigências sociais da modernidade. O indivíduo disgênico, morador de favelas e cortiços, estaria fadado a um estado permanente de inferioridade e barbárie (ALMEIDA, 2016, p. 110).

O interventor do Distrito Federal Henrique Dodsworth³⁶ (1937-1945) deixa claro mesmo onze anos após a sua gestão qual era o seu pensamento sobre as favelas: somente a anulação do sangue negro, com o embranquecimento dos moradores da favela ter-se-ia a solução de tal contenda.

A percepção do interventor de Vargas estava ancorada neste pensamento eugenista que tem semelhança ao higienismo, com dois axiomas: médica e social. Médica, porque de fato moradias ou aglomerados subnormais³⁷ podem ser vetores de algumas doenças, mas também social, neste caso racista, por encarar a população negra como uma doença para o caminho de uma sociedade civilizada, do tipo europeia.

Mesmo antes da bacteriologia, antes de Pasteur e Oswaldo Cruz, a medicina social já compreendia que a doença era um dos elos principais da sociedade, constituindo um problema essencialmente coletivo. A formação de um cordão sanitário separando pobres e ricos, apesar de insuficiente, ajudava a proteger as classes mais ricas dos riscos à saúde decorrentes da miséria, mas era preciso, também, evitar o surgimento de epidemias. Assim, desde meados do século XIX, bem antes da ascensão da bacteriologia, higienistas e jornalistas vinham alertando as autoridades públicas sobre o problema habitacional no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2016, p. 114).

Outra marca do movimento eugenista brasileiro era a concentração de profissionais da área da saúde. Assim, novamente, a palavra doença ganha um campo semântico para além desta área. Tal fato chama atenção pelo caráter elitista, haja vista

³⁶ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/henrique_dodsworth

³⁷ Definição do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>

que a questão da favela se inicia com os seus moradores de maioria negra e termina nos próprios. No entanto, pobres, negros e pardos, ao menos em períodos da história do país, como a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945), não estiveram nos principais cargos do executivo das três esferas da república.

Foi certamente partilhando desses princípios que a medicina e a engenharia problematizaram a favela. Tão logo se passou da Favella às favelas, foi feito o diagnóstico. Os médicos higienistas, com seus estudos sobre os agentes causadores das epidemias, em suas suposições sobre a contaminação do meio urbano pelos miasmas, viam a cidade do Rio de Janeiro como um “corpo urbano” que apresentava deficiências e necessitava de certas intervenções. Seguiu-se, naturalmente, a leitura da favela como doença, moléstia contagiosa, uma patologia social que precisava ser combatida. As habitações — células do corpo urbano — deveriam ser saudáveis, sujeitando-se rigorosamente às regras da higiene, recebendo o ar e a luz indispensáveis à sua salubridade, do mesmo modo que as células do corpo humano tiram oxigênio pelo contato dos vasos do sistema arterial (Agache 1930) (VALLADARES, 2000, p. 14).

A socióloga demonstra que o pensamento higienista estará presente desde o famoso Plano Agache, projeto de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira, os engenheiros e arquitetos compartilharão a ótica de que as favelas eram como doenças. Por conseguinte, todas as moléstias, pela perspectiva clínica, deveriam ser erradicadas. Embora o Plano Agache não fosse uma política remocionista, entende-se que este se insere neste contexto devido a ser um Plano Diretor Urbanístico, que além de conter um forte teor higienista e eugenista, teve, de forma inacabada, a valorização da Zona Sul a ser embelezada e tornar a Baixada fluminense em bairros operários, um pensamento distante somente em anos cronológicos para as autoridades públicas.

Em 1937, o Código de Obras da cidade (Lei 6.000/1937) foi a primeira política de reconhecimento da existência das favelas. Porém, com uma perspectiva de congelamento das obras de urbanização ou demolição, sob a ideia de que as favelas, sem qualquer tipo de favorecimento urbano, passariam por um processo de *fagocitose social*, ou seja, elas seriam absorvidas pela urbe (MELLO, 2014).

Após o Plano Agache, o Código de Obras e os Parques Proletários, outro capítulo da política remocionista terá forte impacto na cidade: trata-se da construção da atual Avenida Presidente Vargas, que removeu mais de 500 construções, como ruas inteiras (General Câmara, São Pedro, Visconde de Itaúna e Senador Eusébio), trechos do Campo de Santana e da Praça Onze³⁸, até o antigo Palácio da Cidade. As igrejas do Bom Jesus

³⁸ Mais conhecido como o bairro judeu, localidade que desperta uma atenção pela miscelânea cultural, pois segundo LIMA, E. F. W. Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1990. O bairro judeu tinha importantes presenças de

do Calvário, de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de São Domingos e a Igreja de São Pedro (construída por Mestre Valentim em meados dos anos 1700) também foram colocadas abaixo.

As obras tinham como justificativa favorecer a circulação de veículos automotivos pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, como a lógica higienista do começo do século XX de remoção dos “indesejados” ou “doentes” era um princípio norteador, haja vista que a Praça Onze e os morros demolidos eram concentrações de residências populares, como também de especulação imobiliária, a fim de que se ampliassem regiões planas. Desta maneira, a região do antigo Rocio Pequeno³⁹ era um local de antigas reclamações de inundações e foco de miasmas⁴⁰. As obras da Presidente Vargas foram iniciadas em 1941 e findadas após três anos. Com esta, também foram construídas a sede da Central do Brasil e do Palácio Duque de Caxias. Da mesma forma, como uma guerra que destrói edificações e sociabilidades, a construção da Avenida Presidente Vargas também teve um papel de demolição de afetividades, como podemos observar no relato do jornalista Francisco Duarte:

Em 1890, o comércio se definia ainda como de atendimento de bairro, mas já surgiam novos bares, mercearias, restaurantes, comércio de consumo e na Rua de Santana e Praça Onze, particularmente, havia muitos *chaps* (em voga, na época) e boliches, “grandes centros de reunião de malandros e desordeiros da cidade”, no dizer de João do Rio, mas também de riso e alegrias das famílias, aos domingos.

A chegada das primeiras famílias de imigrantes italianos e judeus deu nova vida ao bairro, na primeira década deste século. Saneada e arruada, começava a Cidade Nova a atrair a classe média para trabalhar nas lojas e fazendas, ateliês fotográficos e serrarias. Pelo menos seis cervejarias e uma fábrica de cerveja se contavam na área (três na Visconde de Itaúna, duas na Senador Eusébio e uma na Rua Santana, na primeira década deste século). Na mesma Rua de Santana, o Ateliê dos Irmãos Latino, fotógrafos e carnavalescos. Na Praça Onze os “Basbasques” paravam à porta da Cervejaria Victoria (que ficou lá 60 anos) para ver os filmes que lá eram exibidos (LIMA, 1990, p. 52).

A descrição de Francisco Duarte da região da Praça Onze é tão vívida que

imigrantes portugueses, italianos, da Rússia, Lituânia e da Bessarábia (região próxima ao Mar Negro e presente em três países Moldávia, Romênia e Ucrânia) fora os moradores negros e pardos brasileiros.

³⁹ O outro largo do Rocio atualmente é a Praça Tiradentes, que também já foi a Praça da Constituição, ao norte do demolido morre de Santo Antônio, além dele os morros do Senado e do Castelo.

⁴⁰ Por miasmas ou teoria miasmática entende-se por uma conjunção de higienismo com moralismo, onde o crescimento das cidades ou a concentração populacional despertaria a sensação de novos odores. Desta maneira, a contração das grandes cidades sobre o espaço rural: multidões, excrementos humanos e animais, solos úmidos, água suja, pântanos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, entre outros odores representaria um foco de doenças e deveriam ser dissipados com bastante ventilação de ar, em síntese, também era uma teoria da circulação de pessoas, de controle de corpos. A teoria miasmática tornou-se obsoleta, quando a teoria microbiana foi aceita plenamente na comunidade acadêmica na virada do século XIX para o XX.

consegue estabelecer um cenário e, com este, várias identidades: em cada rua ou quarteirão carregam sentidos e sentimentos. Estes referenciais sociais, marcados no espaço, desaparecem automaticamente com a remoção de moradores e a demolição ou arrasamentos destes recintos. Vejamos, a seguir, mais um trecho do relato do jornalista:

Um pouco mais acima, na Visconde de Itaúna, no vazio do antigo Campo de Marte, Praça de Touros, da Empresa Tauromania Brasileira, dava espetáculos sempre atraentes. E as oficinas Guinle, instaladas na Sapucaí. O cinema Onze de Junho era nos altos da Cervejaria Victoria. Casa de pianos no outro lado da rua. A Praça Onze era cheia de oitis balançantes, pontos de táxis que se diziam então “carros de aluguel”.

Um progresso desenhado e prometido levou para as ruas finais da Cidade Nova a Forjas Brasil (em 1909), pequena siderúrgica, estabelecida na Visconde Duprat. E, um ano mais tarde, a freguesia seleta aconselhava à direção da Cervejaria Victoria colocar lá uma orquestra, a do mestre Filomeno. Em 1910, o velho Aguiar, dono do Cine Onze de Junho ainda tinha um armário, na Rua General Pedra, próximo à garagem de bondes de burros. E logo depois, mais um cinema, o universal, era aberto na Praça (LIMA, 1990, p. 52).

Novamente, a política remocionista deixa um legado. No caso específico das obras da Avenida Presidente Vargas foi a eliminação de memórias, histórias e afetividades. Por outro lado, não podemos afirmar exatamente que esta remoção seguiu a mesma concepção das décadas seguintes de desfavelizar, ainda que possuam algumas características comuns como a especulação imobiliária e o desrespeito aos moradores originais, por serem removidos sem serem consultados⁴¹.

Valladares fará um percurso de como agências estatais e órgãos da sociedade civil começam a operar com uma rede de assistência nas favelas, entre as décadas de 1940 e 1950. A primeira foi com a fundação Leão XIII que criou, em comum acordo entre a autoridade eclesiástica católica (Arquidiocese) e a Prefeitura carioca⁴², Centros de Ação Social. As principais intervenções foram os Centros de Ação Social (1947-1954) em ambulatórios e escolas, como a garantia de serviços básicos (saneamento, energia elétrica e arruamentos). Em 1955, novamente a Arquidiocese do Rio de Janeiro lança um novo programa de urbanização de favelas - de 1955 a 1960 - que além de construir a Cruzada São Sebastião (situava-se na favela da Praia do Pinto) executou serviços básicos em 12 favelas e outros projetos de eletrificação.

⁴¹ Veremos a seguir que esta temática não pode ser tomada de maneira absoluta, isto porque existem vários interesses em jogo e, que contraditoriamente, alguns moradores encontram pontos positivos na remoção.

⁴² Existem ao menos 3 (três) versões para a origem do termo *carioca*. A primeira, do tupi, *kari* (“homem branco”) + *oka* (“casa”). A segunda, referente, a uma tribo tupinambá *Karióg* ou *Kariok*, assim a junção de dois termos *karió* (“índio carijó”) + *oka* (“casa”). Por fim, devido as armaduras dos colonizadores portugueses os tupinambás os chamavam de *akari* + *oka* o que significaria “casa de homem branco”.

Em 1956, desta vez foi a autoridade pública a criar uma autarquia especial para atuar nas favelas, a SERFHA⁴³ (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) onde a principal marca foi a criação, em 1961, das Associações de Moradores.

2.3 Governo Lacerda: Uma Nova Política de Remoções

O governo de Carlos Frederico Lacerda (1960-1965) lançou um programa de remoção de favelas com direito a transferir as populações faveladas para regiões distantes e rurais como Vila Kennedy (Senador Camará), Vila Aliança (Bangu) e Vila Esperança (Vigário Geral) da COHAB. Em um primeiro momento, o programa ganhará um suporte financeiro da agência estadunidense United States Agency for International Development (USAID)⁴⁴. No outro, o caso da Cidade de Deus, há uma diferença, pois o projeto pensado na gestão Lacerda, mas terminado na gestão de seu sucessor Negrão de Lima, em 1966, não receberá o suporte financeiro da agência estadunidense de desenvolvimento.

Queremos abrir uma digressão quanto à conjuntura nacional. Isto porque Lacerda foi um político de presença nacional com uma influência que esteve envolvido diretamente (ao menos) em dois momentos importantes na política brasileira: na oposição ao presidente Getúlio Vargas e no golpe militar de 1964.

Neste preâmbulo, para o cenário nacional podemos destacar também a relação maleável política de Lacerda, no sentido eufêmico, como no exemplo, do seu apoio à candidatura de Jânio Quadros para a presidência, mas sendo um dos aríetes na crise do próprio que o ajudara a eleger⁴⁵:

Lacerda teria afirmado, num segundo encontro com o ministro: ‘ou renuncio amanhã’ ou ‘vou denunciar ao país o que vocês estão fazendo’. Ficou com a segunda opção: durante uma semana, dedicou-se a contatar uma série de lideranças políticas e militares, repassando informações e procurando confirmações do pretense golpe em andamento. A tensão aumentou diante da condecoração, no dia 19 de agosto, do guerrilheiro argentinocubano Ernesto

⁴³ Para uma leitura crítica acerca do papel político que a SERFHA desempenhou durante a sua existência ver: PESTANA, Marco M. O populismo visto das favelas cariocas: o controle estatal das organizações de trabalhadores favelados, 1945-1964. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal.

⁴⁴ Há de se destacar que esta agência teve um papel de relevo de intervenção e apoio a políticas dos governos militares, ver em: MOTTA, Rodrigo P. S. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. Revista Brasileira de História. São Paulo/Anpuh, v. 30, p. 237- 266 2010.

⁴⁵ GASPARINI, Carlos Alberto. Carlos Lacerda e o golpe militar de 1964. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 619-623, dez. 2004. O autor nos lembra que os discursos de Lacerda nos dias 22 e 24 de agosto de que tinha sido convidado pelo ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, para um golpe contra o presidente. Está declaração sacudiu a política nacional, a ponto de deputados. líderes partidários exigirem do ministro da justiça e do governador da Guanabara uma explicação.

Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa do presidente (GASPARINI, 2004 p. 620).

Após a sua participação de relevo na crise de 1961, Lacerda, então governador do estado da Guanabara, também procurou intervir nos rumos do governo do presidente João Goulart, quando em outubro de 1963, o primeiro declarou ao jornal *Los Angeles Times* de que o então governo não duraria o restante do ano e que a sorte dele estaria em discussão dos militares. Tal declaração motivou *Jango* e seus ministros tentarem de forma fracassada um Estado de Sítio, situação que enfraqueceu o presidente.

Durante o governo de Lacerda (1960-1965), o presidente João Goulart (1961-1964) será deposto por um golpe, com a inauguração do regime da Ditadura Tecno-Empresarial Militar (1964-1985) (DREIFUSS, 1981). Com uma proposta de modernização do Estado Brasileiro, os primeiros anos do regime militar apresentarão medidas modernizantes, como a criação do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) de 1964, o BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1964 e o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) criado em 1966 (BASTIAN, 2013). Assim, a Ditadura foi um plano de desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista dos governos Juscelino Kubistchek (1955-1960) e o próprio João Goulart. Contudo, é preciso pontuar que a Ditadura foi dividida em cinco governos (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo), e que estes tiveram posicionamentos diferentes na área econômica, o que permite afirmar que não funcionaram como um bloco monolítico. Ao que nos interessa, nos últimos anos da década de 1960, o governo federal tinha um projeto de criação de centros de indústrias próximos a grandes vias urbanas, como: a Avenida Brasil, a Rodovia Presidente Dutra e a Washington Luís. Desta maneira, havia a necessidade de uma concentração popular em áreas específicas da cidade.

A criação do estado da Guanabara, com a transferência da capital federal para Brasília, levou à necessidade de pensar um plano para a cidade-estado, que ganha forma com o Plano Doxiadis, plano diretor para o Rio de Janeiro, feito pelo escritório do engenheiro grego homônimo que, entre outras coisas, previa o deslocamento da área industrial do Rio para a Zona Oeste, próxima ao porto de Sepetiba, ligando as áreas da cidade através de um sistema rodoviário, com vários túneis e as linhas policromáticas (Vermelha, Amarela etc.) sendo a Avenida Brasil um dos eixos principais, onde se instalariam os bairros proletários (BRUM, 2010, p. 104).

Na volta ao cenário local, o Corvo⁴⁶, com a sua política de remoção de favelas,

⁴⁶ O apelido pejorativo a Carlos Frederico Lacerda dado por Samuel Wainer, então chefe do jornal Última Hora.

escolhe o nome José Arthur Rios, advogado e seu companheiro de Resistência Democrática⁴⁷. No entanto, Rios tinha uma aproximação ao movimento Economia e Humanismo do padre dominicano francês Joseph Lebret, o que desagradava setores políticos, pois naquele momento o país e o estado da Guanabara estavam prestes a receber pesadas somas financeiras estadunidenses. Por conseguinte, Rios é demitido e a escolhida foi a então deputada estadual Sandra Cavalcanti UDN-GB (União Democrática Nacional) que além de pertencer a mesma legenda do governador era uma política de destaque no campo conservador, haja vista que foi favorável ao golpe de 64, bem como foi escolhida pelo presidente General Humberto Castelo Branco para chefiar o programa habitacional no primeiro ano do governo militar até 1965, quando pediu demissão por não aceitar ser assessorada pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Arnaldo Blank. O que nos chama a atenção, é que este pedido de demissão de Cavalcanti se dá numa constatação governamental de que a política do BNH se encontrava saturada.

A gestão do sucessor de Lacerda seguirá com outras políticas de intervenção nas favelas, como foi o caso da absorção de recursos do BNH (projeto de habitação estadual) pela COHAB, em 1967. Além disso, em 1968 foi criada a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) contando com a proposta de urbanizar as favelas. Ainda em 1967, aparecem outras duas políticas intervencionistas nas favelas: a Comissão Estadual de Energia⁴⁸ e o Decreto 870 que condicionava as Associações de Moradores ao

⁴⁷ Grupo de intelectuais que faziam oposição ao governo do Estado Novo (1937-1945) e, que contava com figuras como: Adauto Lúcio Cardoso, José Barreto Filho, Dario de Almeida Magalhães, Mario Pedrosa e Gustavo Corção.

⁴⁸ A Comissão Estadual de Energia terá sua fundação em 1962 e a sua extinção seria no ano de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, informação destoante a que encontramos na obra de VALLADARES, 1978, como podemos ver em : <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/portfolio-institucional/exibeconteudo?id=7644334>. É importante destacar que no mesmo ano existia uma grande preocupação quanto ao fornecimento de energia elétrica no estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. A solução da secretaria de serviços públicos da Guanabara, presidida pelo General Milton Mendes Gonçalves foi a de se ter racionamento de energia em distritos industriais e de financiamento de geradores feita pela COPEG. Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=79436&url=http://memoria.bn.br/docreader#. COPEG (Companhia Progresso do Estado da Guanabara) esta quer uma empresa do governo que funcionava como um condomínio associativo misto de capital público e privado para disponibilizar recursos para obras de infraestrutura, mas também para dinamizar setores empresariais da Guanabara e, novamente, a *USAID* também aportou uma frondosa quantia na companhia em como podemos ver em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/68622/66212> Por fim, nos chama a atenção que um general tenha tanta importância em um estado tão importante da federação durante o período da Ditadura Tecno-Empresarial Militar (1964-1985). Por outro lado, como será destacado por VALLADARES (1978), a Comissão Estadual de Energia foi uma das formas do governo de intervenção nas favelas para evitar qualquer agitação política. Para entendermos um pouco das relações da Light e da Brscan ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ, 2012.

controle direto da Secretaria de Serviços Sociais e das Administrações Regionais. Assim, as Associações de Moradores e a independência de captação de energia elétrica - antes da Comissão Estadual de Energia - tiveram um poderoso efeito de esvaziar as organizações políticas das favelas, mesmo porque as associações transformaram-se em Juntas Governamentais ligadas diretamente ao governo via a Secretaria de Serviços Sociais. Não obstante, a presença do general Milton Mendes Gonçalves⁴⁹, em 1967, na Secretaria de Serviços Públicos - que em termos atuais estaria posicionada na secretaria de Obras Públicas - será uma figura de relevo neste processo administrativo burocrático.

Em 1968, surgirá a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) através do Decreto Federal n.º 62. 654, em 03/05/1968 que estava inserida no Ministério do Interior, assim como o BNH também estavam na autarquia federal (BRUM, 2010). A CHISAM nasce com a proposta do governo federal de intervenção direta nas favelas, com um objetivo claro: remoção. É neste momento, após a operação favela das remoções do governo da Guanabara, que será instituída a carga negativa e depreciativa do termo “favelado” (BRUM, 2010). A fim de buscar uma solução final para as favelas COUFAL (1969) citado por Brum deixará evidente o caráter centralizado e conjunto de poderes, vejamos:

“Evitar que cada órgão tenha sua diretriz própria; evitar que cada pessoa ou administrador manifeste opiniões diferentes a respeito do problema específico de cada favela. (...) é uma necessidade imperiosa de fixação de diretrizes e de uma política única do governo federal e dos dois Estados” (COUFAL, 1969, p. 20 *Apud* BRUM, 2010).

Para Valladares (1978, p. 26-27),

a omissão da Administração Estadual, que durante anos criou e suprimiu organismos, a descontinuidade mesma dos projetos relacionados às favelas e a desarticulação flagrante entre as várias entidades voltadas para suas populações abriram caminho para a atuação direta de políticos.

Com isso, fica claro que as favelas nunca foram uma prioridade do Estado, a não ser quando os seus moradores ocupavam terrenos que estavam na rota da especulação imobiliária vista no caso do Plano Agache, por exemplo. Reforça também a ideia que discutiremos em outras linhas de que a gestão urbana e social das favelas, em especial

⁴⁹ O general Milton Mende Gonçalves terá papel de destaque em cargos do poder executivo além do cargo de secretário de serviços públicos, o mesmo também se perpetuou em 1969 como o presidente da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro e em 1974 presidente da Rede Ferroviária Federal. http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=104560&url=http://memoria.bn.br/docreader#

o nosso objeto, a Cidade de Deus, se dará por uma autogestão, onde o poder público faz intervenções pontuais.

3 CIDADE DE DEUS NA CONTEMPORANEIDADE

A Cidade de Deus foi construída, na sua origem, com 3.865 casas, 1600 apartamentos e 1193 unidades de triagem. Os primeiros removidos foram oriundos das enchentes do verão de 1966. Mas, posteriormente, o conjunto habitacional coadunou uma população de 63 comunidades, o que se constituiu em um caleidoscópio de diferenças culturais. Considerando uma divisão ideal, 70% daquela população foi oriunda de seis favelas⁵⁰, tendo os demais 30% vindo de 57 favelas. O que não torna inviável avançarmos para a ideia de que as políticas de remoção, embora tivesse um norte claro de dar vazão ao mercado imobiliário em direção a áreas nobres ocupadas por trabalhadores pobres, fizeram ocorrer um processo de gentrificação⁵¹. Como também podemos afirmar que a remoção gerou uma distribuição de moradores de várias favelas em conjuntos habitacionais desarraigados de seus vínculos sociais, culturais, afetivos e históricos, o que representou a quebra das organizações de moradores, como uma guerra total⁵² contra a uma população civil. A seguir, iremos explorar os governos de Lacerda e de Negrão de Lima, bem como de instituições federais no projeto de remoções.

⁵⁰ Eram elas: Praia do Pinto, Parque da Gávea, Ilha das Dragas, Parque do Leblon, Catacumba e Rocinha.

⁵¹ Por gentrificação entendemos a definição de Braga (2016), segundo a qual: “O vocábulo ‘gentrificação’ é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora descreveu e analisou determinadas mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural.

⁵² Assim, como a uma guerra que expulsa milhares de suas residências e desfigura as relações daquela localidade, também o é, no campo das quebras de vínculos, para os removidos. Estes se viram sem suas casas, deslocados para um lugar que não queriam, com custos adicionais e longes de amigos, vizinhos e do trabalho.

Figura 4 - Cotidiano de conjunto habitacional na Cidade de Deus em 1966



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/545428204862411741/>.

3.1 Os governos guanabarinos e a Cidade de Deus

3.1.1 *Quem era Lacerda?*

Carlos Frederico Werneck Lacerda (1914-1977) de origem na oligarquia cafeeira da cidade de Vassouras inicia a sua vida política sob influência comunista dos tios Fernando e Paulo de Lacerda e, sendo articulador de grupos dentro da ANL, rompe com o marxismo em 1939. Em apenas 2 anos de vida acadêmica, Lacerda desiste por completo da carreira de advogado para a qual havia ingressado na Faculdade Nacional de Direito em 1932. Perseguido duas vezes por Vargas em 1935 e 1937, Lacerda entenderá que as ditaduras sejam de qualquer matiz ideológico são um grande mal. Não é de se espantar que além de ter se tornado um grande orador, também se notabilizou por sua ferrenha oposição ao Getúlio Vargas.

Na sequência do trabalho iremos destacar a política de remoções e como o seu governo teve um papel central neste episódio. No entanto, queremos antes destacar dois momentos importantes da gestão de Lacerda no governo da Guanabara: os seus feitos e a sua fama de odiar os pobres, apregoada por seus detratores.

O estado, durante a gestão lacerdista, passou por transformações urbanas radicais: túneis⁵³, viadutos, a construção da segunda adutora do Guandu. Lacerda foi responsável

⁵³ São exemplos os túneis Santa Bárbara e Rebouças. Ambos os túneis são responsáveis por interligarem as zonas norte e sul. O Santa Bárbara liga os bairros do Catumbi ao de Laranjeiras e que pertencia a linha Lilás do plano Doxiadis. Já o Rebouças liga os bairros do Rio Comprido ao da Lagoa. Embora, a obra tenha sido iniciada e terminada na gestão de Lacerda, o túnel só foi inaugurado em 1967, já na gestão Negrão de Lima.

ainda pela construção do Parque do Flamengo, de escolas e avenidas, entre estas a Avenida das Américas, na Barra da Tijuca. Ele também bancou o Plano Doxiadis, que previa a construção das linhas Amarela e Vermelha.

Com isso, fica evidente que Lacerda buscou a modernização da antiga capital federal, visando seu desejo de se tornar presidente da república. Nesse sentido, remodelar a Guanabara parecia ser uma excelente propaganda política para sua candidatura.

Em 1962 surgem repetidas notícias sobre afogamentos de mendigos⁵⁴ nos rios Guandu e da Guarda. Tais assassinatos ganham um novo rumo a partir do relato da moradora de rua, Olindina Alves Jupiaçu, em janeiro de 1963, que escapou com vida⁵⁵ e denunciou o caso. A investigação chegou até nomes ligados ao Serviço de Repressão à Mendicância (SRM)⁵⁶, órgão subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), como demonstra a citação abaixo:

O livro de Adriano Barbosa e José Monteiro enfoca Ariosto Fontana, delegado responsável pela investigação do caso, além de apontar como responsáveis pelos crimes o inspetor Alcino Pinto Nunes (chefe do SRM), o ex-guarda civil José Mota, e os funcionários Nilton Gonçalves, Marino Teixeira (erroneamente grafado), Anísio Magalhães da Costa e Pedro Saturnino dos Santos, mais conhecido como ‘Tranca-Ruas’ (ANTONIO, 2020, p. 170).

O fato é que como demonstra o estudo minucioso de Antonio (2020)⁵⁷ a “Operação mata-mendigos” é muito pouco retratada na literatura sobre o período em que ocorreu. No entanto, o evento foi motivo de ampla repercussão pela imprensa da época, em especial o jornal *A Última Hora*⁵⁸, em que nomeou o extermínio de pessoas em situação de rua como “Operação mata-mendigo”. Entre disputas políticas e venda de jornais, o fato é que este extermínio foi organizado pelo SRM que tinha a prática de retirar estes indesejados em direção a cidades vizinhas a do Rio de Janeiro. Esta limpeza social perdurou até o ano de 1962.

⁵⁴ Atualmente, o termo mais correto para designá-los é pessoas ou população em situação de rua, pois não naturaliza e não discrimina indivíduos que sofrem várias desassistências do Estado. No entanto, a literatura acerca do evento, como as fontes primárias ainda fazem o uso do termo da época.

⁵⁵ Infelizmente, outras 6 pessoas não tiveram esta sorte, todas as vítimas foram encontradas às margens do rio da Guarda. Embora, a denúncia tenha ocorrido em 1963, as investigações apuraram que tal prática ocorreu também no ano anterior.

⁵⁶ Criado em 18 de julho de 1957, tal órgão embora tivesse como premissa de levar a população em situação de rua para as suas cidades natais, amiúde era na verdade uma política de higienista de limpeza social, em especial, em momentos como visitas de chefes de Estado estrangeiros. Outra questão é o próprio nome que destaca que pessoas em situação de rua deveriam ser reprimidas e não ajudadas, em síntese, não eram cidadãos, mas um problema.

⁵⁷ Mariana Antonio faz um levantamento de 16 obras entre literatura e biografias acerca do tema sobre a operação “mata-mendigos”.

⁵⁸ Do jornalista Samuel Wainer, um dos ferrenhos opositores de Lacerda.

O que nos interessa acerca deste evento é que, embora Lacerda não estivesse envolvido, como comprovou a CPI de 1963, o governador da Guanabara carregou por muitos anos a desconfiança popular de que seria um político com ojeriza a pobre. Como veremos adiante, a política de remoções do governo de Lacerda será precedida pelo extermínio e o descarte dos corpos das pessoas em situação de rua.

3.1.2 *Quem era Negrão de Lima*

Francisco Negrão de Lima (1901-1981) mineiro, do município de Lavras (MG), era advogado, mas se notabilizou na carreira de jornalista e político, tal qual o seu antecessor no governo guanabarino⁵⁹ (ABREU, 2010). Diferentemente, de Lacerda, Negrão esteve próximo em alguns momentos de Vargas como na Aliança Liberal, coligação eleitoral de 1929, durante os primeiros anos da Era Vargas e na articulação do Estado Novo⁶⁰. Embaixador⁶¹, ministro da Justiça e Relações Exteriores e prefeito do Distrito Federal (1956-1957) foram algumas das funções de Negrão de Lima antes de assumir o governo da Guanabara, fato perceptível do seu relevo na política nacional e de seu alinhamento político. Esta trajetória nos ajuda a compreender o seu papel de neutralidade política no governo guanabarino, pois durante sua gestão, a Ditadura Militar (1964-1985) tinha uma orientação política distinta da sua.

Um capítulo importante deste período foram as vitórias eleitorais de Negrão de Lima, na Guanabara e a de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, que proporcionou o decreto do Ato Institucional nº 2⁶². Negrão de Lima foi eleito com 582.026 votos (52,68% dos votos nominais), contra 442.363 votos (40,04%) dados a Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda, ex-secretário da educação e nome escolhido pelo regime militar em detrimento ao de Rafael Magalhães. Os três outros candidatos obtiveram um total de 80.384 votos (7,28%)⁶³.

⁵⁹ Em tese Negrão de Lima será sucessor de Raphael Hermeto de Almeida Magalhães, pois Carlos Lacerda irá renunciar em 4 de novembro de 1965.

⁶⁰ Negrão cumpriu um papel de destaque ao ser o articulador e de convencimento entre os governadores que eram favoráveis a manutenção de Getúlio ao poder, que já governava desde 1935 em estado de sítio e de guerra.

⁶¹ Foi embaixador na Venezuela, Paraguai, Bélgica e Portugal.

⁶² O AI-2 tinha trinta e três artigos que rezava: eleições indiretas para presidente, a dissolução de todos os partidos que atuavam na época e a ampliação do número de ministros do Superior Tribunal Federal.

⁶³ Embora eleito, Negrão de Lima sofreu uma tentativa de barrar a sua posse, seja pelo Lacerda, seja pela o IPM 709 chefiado pelo coronel Ferdinando Carvalho que o acusara de ter relações políticas com o PCB, partido colocado na ilegalidade após o golpe de 1964. Para entendermos o momento turbulento, após a vitória de Negrão, o ex-presidente Juscelino Kubitschek retornou ao Brasil após mais de um ano a viver na França. Nesta seara, a posse de Negrão (5 de dezembro de 1965) colocou para fora das instituições militares a rivalidade entre Castelo Branco e Costa e Silva, embora o primeiro fosse o presidente e tenha

Por fim, antes de entrarmos na centralidade de nosso estudo, é importante salientar que em sua gestão, ocorreram eventos nacionais nos quais ele teve pouca incidência política, pois as secretarias de segurança pública dos estados estavam subordinadas às autoridades militares. Os eventos em questão seriam as manifestações estudantis⁶⁴ e o início das ações revolucionárias dos sequestros⁶⁵. Este cenário causou um enfraquecimento político de Negrão de Lima e os seus últimos anos políticos serão de ostracismo.

3.1.3 *Junção de poderes nas remoções*

Após sua criação o estado da Guanabara (1960-1975) convivia com uma situação delicada: criar uma identidade própria. Isto porque o estado havia acabado de perder a sua condição de Distrito Federal. Dentre várias modificações do espaço urbano e do tecido social, a política de remoções foi uma das mais marcantes do período. Como já vimos no capítulo anterior, a retirada de pobres de regiões valorizadas, seja para a construção de moradias de alto padrão, seja para obras públicas, foi uma constante no Rio de Janeiro. No entanto, se no começo do século XX, a política era a de expulsão sem qualquer preocupação em que localidade esta população iria residir, nos anos 1960 houve uma política de remoção associada com a entrada do setor privado na construção de novos conjuntos habitacionais em regiões afastadas.

Para nos ajudar a compreender o tema, iniciaremos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (Ipeme). A importância desta instituição é devida à absorção de seus estudos sobre as favelas no seio do debate público, pois os seus organizadores além de possuírem bom trânsito entre políticos, disseminaram estas pesquisas nos principais jornais da época. Este instituto privado criado em 1957 por Jacques-Marie de Mahieu e

bancado a posse de Negrão, o último, então ministro da Guerra, era o cargo de estância superior a Justiça Militar, a mesma que julgava o Negrão e o coronel Ferdinando respondia. Como forma de buscar um arranjo político, o presidente Castelo Branco baixa o Ato Institucional nº 2, que além de tornar as eleições indiretas para presidente também previa fechar os partidos políticos, como intervenção de Brasília sem aviso prévio nos governos da federação, no fundo era a tentativa de evitar a eleição de governos não-alinhados ao regime na perspectiva de concentrar os poderes no executivo federal. Para se ter uma noção de como esta crise foi de relevo as eleições estaduais ocorreram em 3 de outubro e o AI-2 promulgado em 27 de outubro, fruto da pressão da “linha dura” das forças armadas. Para reforçar esta preocupação do regime militar é que no dia 5 de fevereiro de 1966 Castelo Branco baixa o AI-3 que pregava eleições indiretas para governos estaduais e cidades capitais.

⁶⁴ 28 de março, na morte do estudante Édson Luís; no dia posterior com 60 mil estudantes no cortejo do corpo de Édson; 31 de março; 4 de abril; 18 de junho; 20 do mesmo mês; dia 26, a dos Cem Mil e; a dos 50 mil, em 4 de julho. Por fim, as mesmas se estenderam até o dia 13 de dezembro ao decreto do AI-5.

⁶⁵ Sequestros dos embaixadores estadunidense, Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969, do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em 11 de junho de 1970 e do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em 7 de dezembro de 1970.

Walter Rocha tinha a função de promover estudos e pesquisas no país em temas, como: pesquisas de mercado, consultas de opinião pública, seleção profissional, assessoramentos econômicos e financeiros, entre outras.

A primeira contribuição do Ipeme será numa nova divisão dos setores do então Distrito Federal, por amostragem, que se diferenciava do Censo das Favelas de 1948⁶⁶ e do Censo Demográfico do IBGE de 1950, já que ambos seguiam um sentido totalizante. Vejamos a seguir:

Nas conclusões do estudo, esses setores foram agrupados em uma tipologia dual, que diferenciava as áreas dotadas de favelas “úteis”, daquelas onde tais agrupamentos seriam “parasitas”. Na categoria de ‘parasitas’, estavam incluídas as favelas daqueles setores da cidade numerados como 1 e 3 (respectivamente, a Zona Sul e a região da Grande Tijuca e São Cristóvão). Como justificativa para o rótulo a elas atribuído, as favelas do setor 1 eram caracterizadas pela maior presença de “marginais”, pela precariedade exacerbada de seus barracos e por um baixo percentual de trabalhadores regulares, ao passo que as do setor 3 seriam marcadas pelos mesmos traços, em proporção levemente atenuada. Já as favelas dos setores 2, 4 e 5 (correspondendo, pela ordem, a Centro da cidade, Caju e Ilha do Governador; Engenho Novo e Méier; Penha, Irajá, Madureira e Realengo), consideradas ‘úteis’, apresentariam índices significativamente mais elevados de regularidade laboral de seus moradores e de qualidade das construções, ao mesmo tempo em que comportavam uma reduzida criminalidade (PESTANA, 2022, p. 72-73).

Nos fica visível que o estudo do Ipeme está carregado de categorias morais, como: “parasitas” e “marginais”, estas são repletas de preconceitos sociais, pois nele, ao invés dos favelados serem vistos como cidadãos, eram tidos como fardo, perigo à sociedade ou inimigos.

Para tal, buscaram revestir antigas ideias com uma capa de cientificidade e recorreram a dois instrumentos ideológicos longamente manejados pelas classes dominantes brasileiras, o anticomunismo e o racismo. Em suma, seu propósito era, inegavelmente, gerar a sensação de um perigo iminente, a fim de vender uma solução supostamente técnica. Nesse sentido, a presença do cientista social Jacques-Marie de Mahieu como sócio e diretor do Ipeme desempenhava papel fundamental, por sua conjunção de formação acadêmica, militância fascista e teorização racista (PESTANA, 2022, p. 72-73).

Pestana nos lembra que um dos formuladores dos estudos do Ipeme (1957-1963), o cientista social francês Jacque-Marie de Mathieu foi colaboracionista das tropas alemãs em seu país e que produziu estudos que categorizavam raça, em perspectiva biológica, no âmbito de processos sociais.

É importante destacar que o Ipeme, embora tenha feito dois estudos de ampla

⁶⁶ Organizado pelo Distrito Federal.

aceitação perante a órgãos públicos, com um caráter técnico, periódicos e bem aceito na “alta roda social”, não teve suas análises absorvidas integralmente. Porque esta posição remocionista e racista não foi aceita em sua totalidade, como por exemplo, no caso de José Arthur Rios que entendia que negros e pardos estavam em condições de moradias irregulares, nas favelas, por questões históricas e sociais, não por elementos raciais. Dessa forma, vê-se que Rios era a favor das remoções como solução para as favelas, mas a motivação era o embate.

É importante lembrar que as remoções iniciadas com o governo Lacerda (1960-1965) tinham um caráter de atuação estatal/privado, como no caso do Ipeme, que era um instituto privado, mas que tinha trânsito e que fornecia conteúdo de pesquisa que alimentava ações junto ao governo. Outra característica deste modelo foi um corte com outras formas de intervenção junto às favelas como os parques proletários ou aos IAPs que não buscavam uma solução de financeirização como veremos adiante no modelo SFH e ao BNH.

Nos anos 1960, no caso específico do período lacerdista há uma clivagem na política de intervenção junto às favelas, pois até ali não havia uma pauta centralizada e organizada com um vetor de atuação. Até este momento, as atuações do poder público intercambiavam entre despejos, remoções⁶⁷ e urbanização. Podemos destacar que no período entre 1945 até 1962 havia uma visão no poder fluminense/guanabarrino de “tolerar sem consolidar”, como por exemplo, a atuação das Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII, instituições católicas, que buscavam uma atuação de mediação entre remoção e urbanização das favelas e que tinham um bom trânsito junto ao poder público (GONÇALVES, 2013).

Sobre a clivagem das políticas estatais das direções espasmódicas de intervenção⁶⁸, o governo Lacerda (1960-1965) marcou esta divisão. Segundo o pesquisador Mário Brum (2012) destaca foram quatro fatores conjugados que marcam este salto de qualidade na política de Carlos Lacerda, que são: grau de intervenção de remoção em detrimento de outras ações do poder público; sistematização, planejamento

⁶⁷ Os despejos e remoções do começo do século XX eram marcadas por um desrespeito aos moradores. Os despejados e removidos sofriam a ação do Estado sem qualquer aparato jurídico ou social, não é por acaso que o prefeito Pereira Passos tinha a alcunha de “Bota-Abaixo”, ou seja, as demolições eram feitas sem preocupação com os impactos sociais que iriam gerar.

⁶⁸ Embora a as atuações fossem erráticas, ou seja, as intervenções intercalaram entre despejos, urbanização, pequenas reformas, remoção, mas havia um consenso de que as moradias populares ou favelas precisavam ser erradicadas seja por um discurso sanitaria-eugenista ou por perspectiva preventiva ideológica de evitar cinturões comunistas.

e condução das remoções; um impulso de ampla escala e; a continuidade dos mecanismos empregados.

Aqui abre-se um diálogo, a política remocionista não terá somente uma pulsão, pois em 1968, o governo do general Costa e Silva criará a CHISAM (1968-1973) que será a maior política de remoção de favelas na história da cidade do Rio de Janeiro. Este debate faz-se necessário pois, como vimos, Lacerda constrói uma oposição ao regime militar, na medida em que percebe que a sucessão presidencial que deveria ocorrer em 1965 não havia sido convocada, o que criou um empecilho à sua aspiração em se tornar presidente da república.

Na esfera estadual Lacerda também esteve em oposição ao novo governo da Guanabara, pois o seu candidato havia sido derrotado nas eleições. Como os seus partidos, UDN e PSD, eram rivais nacionalmente⁶⁹ ganhou-se espaço no debate acerca das remoções. Podemos classificar este embate nas seguintes disputas: remocionistas estaduais x remocionistas federais e, remocionistas federais x urbanizadores estaduais.

Brum (2012) também destaca dois elementos presentes nas remoções pós-1962 tanto, no âmbito estadual como no âmbito federal. O primeiro eram os removidos, que deveriam pagar pelas novas unidades. O segundo, por sua vez, eram as remoções, que tinham como característica o fluxo da Zona Sul para a Zona Norte ou Oeste. Em síntese, esta nova política inaugura a financeirização de uma demanda social, favorecendo, através do SFH e do BNH, a oportunidade de lucros para as empreiteiras das obras. No caso, o déficit habitacional que até aquele momento tinha soluções distintas conectadas aos despejos, caminharam para pequenas melhorias ou para a realização de construções temporárias, como o caso dos parques proletários. Estes, entretanto, surgiam sempre como uma intervenção social em que o Estado provinha integralmente esta demanda social. O resultado do período, denominado por Brum como “era das remoções”, foram mais de 140 mil removidos.

Neste momento queremos abrir um novo debate que é o dos projetos de remoção e de urbanização. A questão merece algumas ponderações, pois a remoção terá dois grandes fluxos: do governo de Lacerda pós-1962 e da intervenção federal em 1968, com a CHISAM. Outra importante ponderação é que durante o governo de Negrão de Lima, embora não houvesse falas contrárias às remoções, seus funcionários seguiam a lógica da

⁶⁹ Como visto anteriormente, ambos tiveram alinhamentos distintos, em boa parte de suas carreiras políticas, sendo Lacerda um opositor das pautas nacional-desenvolvimentistas e Lima um representante deste bloco ideológico.

urbanização das favelas. Para facilitar o debate, iremos resgatar de forma sucinta a política de remoções da Secretária de Serviços Sociais (SSS) de Lacerda e Negrão Lima.

Ao longo do governo Lacerda houve três secretários de serviço social: José Arthur Rios, Sandra Cavalcanti e Luiz Carlos Vital. O destaque a estes secretários ganha realce, pois era esta pasta responsável por remoções ou melhorias nas favelas.

Rios ao ser escolhido em 1960 fica dois anos no cargo e teve uma gestão com a utilização da Serfha, órgão criado por Negrão de Lima em 1956, na prefeitura do Rio, que se tornou uma interface entre o governo da Guanabara e as associações de moradores. Desta maneira, a Serfha foi útil para organizar a Operação Mutirão que se constituiu num acordo que consistia no auxílio material do governo para fazer melhorias locais, que, em contrapartida, deveriam ser feitas pelos próprios moradores.

Pestana, nos lembra que Rios foi demitido em maio de 1962 por dois motivos. O primeiro, devido a ter uma gestão de diálogo com os moradores, o que ia em direção contrária aos anseios remocionistas de figuras como os secretários Raphael de Almeida Magalhães (chefe de Gabinete) e Hélio Beltrão (secretário do Interior) que tinham uma pulsão de atender a interesses imobiliários e; segundo, a mudança da política federal com a renúncia do presidente Jânio Quadros e da subida (turbulenta) de João Goulart à presidência, Lacerda por coerência política lógica⁷⁰ reorientou a sua intervenção urbana para as remoções de favelas.

Na oposição ao governo federal, Lacerda apresenta um duplo comportamento mediante a questão social do déficit habitacional no estado da Guanabara. Por um lado, beneficia-se do lucro político da Operação Mutirão, por outro, em rota de colisão com o governo Jango, ele consegue financiamentos para infraestrutura diretamente com o presidente estadunidense da época, John Kennedy através de instituições como Aliança para o Progresso e a USAID.

As críticas às remoções não tardaram, inclusive pelos próprios financiadores do projeto. [...], a Aliança para o Progresso chegou a declarar, em março de 1966, que era importante reconsiderar as políticas de construção em massa de conjuntos habitacionais [...]. A USAID, por sua vez, declarou, um pouco depois, que do ponto de vista financeiro a solução da urbanização parecia mais indicada, pois o custo de cada habitação reabilitada in loco estava estimado em quinhentos dólares, ao passo que o custo de cada habitação nova construída no âmbito da política de remoção estava estimado, na época, em um mil dólares [...]. O relatório Wagner, elaborado em 1966 por três especialistas

⁷⁰ Pois Lacerda foi não somente uma oposição carbonária a Getúlio Vargas, como a ponta de lança no fim daquele governo, por sua vez Jango não somente era afilhado político de Vargas, bem como representava o bloco político do nacional-reformismo, ou seja, polo oposto do então governador.

internacionais (Wagner, Macoy e Edwards), havia insistentemente aconselhado mudanças na política da USAID e do governo do estado da Guanabara, no que tange aos reassentamentos de favelas [...] (GONÇALVES; AMOROSO, 2014).

O que nos chama a atenção, é a coincidência de que no mês em que Rios é demitido, os fundos da USAID são liberados⁷¹ e após seis meses assume a pasta a deputada estadual pelo mesmo partido de Lacerda, Sandra Cavalcanti⁷² que muda radicalmente a atuação do órgão. No entanto, a mudança não ficou restrita somente aos nomes, mas também na estrutura. Entra a SSS no lugar da coordenação que até aquele momento tinha uma importância de segundo escalão no governo. Assim, a SSS irá dirigir o Departamento de Recuperação de Favelas (DRF), a Companhia de Habitação Popular (Cohab) e a Fundação Leão XIII. Ou seja, Sandra Cavalcanti torna-se uma figura de relevo, neste momento porque além de trabalhar nesta pasta em âmbito estadual foi alçada em pouco mais de 1 ano para comandar uma função correlata em nível federal.

A atuação de Cavalcanti concentrou-se na remoção de favelas da Zona Sul do Rio. Em entrevista aos pesquisadores Lúcia Lippi e Américo Freire, ela afirma que as remoções seguiam a lógica de beneficiamento de todos, pois naquelas regiões valorizadas, como o bairro de Botafogo e a favela do Pasmado, considerada o marco zero das remoções, a expulsão dos favelados abriria possibilidade de uma exploração do mercado imobiliário, o que possibilitaria uma maior arrecadação de impostos e consequentemente tais fundos seriam utilizados nas construções dos removidos (PESTANA, 2022, p. 117-118).

É importante salientar que este projeto de remoção carrega uma positividade ao menos no discurso, haja vista que os removidos seriam mobilizados em novos conjuntos habitacionais que alimentariam cinturões industriais. Em síntese, a narrativa não era um processo de gentrificação, mas de ampliação de probabilidades para o favelado deixar a favela e ter um horizonte social alargado com a perspectiva de se tornar operário, logo um trabalhador com direitos trabalhistas.

Neste momento queremos apresentar um novo momento da política de remoções,

⁷¹ Segundo, o estudo de Pestana foram liberados 1 bilhão de cruzeiros para 5 modalidades de intervenção, em ordem decrescente de valores: construção de um conjunto habitacional (254 milhões); construção de um centro de saúde em Madureira (200 milhões); urbanização completa da favela da Vila da Penha (187 milhões); ajuda social da Fundação Leão XIII às favelas não abarcadas pelos demais itens (155 milhões) e; financiamento para que os favelados realizassem, em sistema de cooperação, obras de melhoramentos locais (98 milhões).

⁷² A secretária fica na pasta até outubro de 1964 quando será convidada para assumir pelo general Castelo Branco para chefiar no governo federal o BNH.

que é a entrada do governo federal com a lei nº 4.380 que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH). Com uma estrutura organizacional e de poder em duas esferas (estadual e federal) as remoções foram feitas com sucesso, já que os favelados não tiveram a chance de se opor como vimos no capítulo anterior. Para termos uma melhor noção da “era das remoções”, disponibilizamos uma tabela abaixo.

Tabela 1 - Remoções de favelas entre os anos de 1962 e 1974

Período	Número de pessoas removidas
Lacerda: 1962-1965	41.958
Negrão de Lima: 1966-1967 (enchentes)	6.685
Negrão de Lima: maio/1968 – março/1970	63.910
Chagas Freitas: março/1970 – março/1974	26.665
Total	139.218

Fonte: retirado de Valladares, 1978. p. 39.

O BNH na gestão de Cavalcanti tinha dois objetivos: incorporar o mercado imobiliário privado no estrato de moradias populares e buscar maior legitimidade ao novo regime junto aos setores populares com geração de empregos nestas construções. De fato, a entrada do poder federal trouxe uma mudança de qualidade nas políticas públicas habitacionais em que as autoridades financiavam melhorias ou construções com dinheiro público, o BNH era uma empresa mista que junto ao Sistema Financeiro (SFH), a lei do inquilinato, de regulamentação dos condomínios e de estímulos à construção civil (PESTANA, 2022, p. 119). Do outro lado, os removidos ou futuros moradores dos conjuntos habitacionais teriam que aderir ao mecanismo de correção monetária para os contratos imobiliários que, no caso do chamado “mercado popular”, atrelava à variação máxima das prestações aos reajustes do salário-mínimo.

Por fim, neste capítulo convém analisar uma fala pública do penúltimo governador da Guanabara sobre a sua visão das favelas:

As favelas são habitadas por centenas e milhares de pessoas cuja população é constituída na sua quase unanimidade de gente boa, de gente que trabalha, de gente modesta e gente simples. A percentagem de marginais na favela é mínima, é quase nula. De modo que nós temos que tratar os favelados com tolerância, com humanidade, com espírito cristão. Remover compulsória e policialmente o favelado eu considero uma desumanidade. A remoção não pode ser compulsória. O favelado é gente não é animal (PESTANA, 2002. p. 123).

Como vimos anteriormente, a trajetória, a própria inclinação e a sua vitória eleitoral colocavam Negrão do lado oposto do regime federal, bem como o de Lacerda. No entanto, a solução das favelas fica nítida que não era a da urbanização, mas sim a da

remoção *soft* devido ao elevado número de remoções em seu mandato, que somou mais de 70 mil pessoas removidas.

Desta maneira, a política de remoções, no estado da Guanabara, teve um conluio de diferentes poderes nas esferas do Estado, como na citação abaixo:

A eleição de Negrão de Lima, em 1965, trouxe inicialmente um alento para o movimento favelado com a perspectiva de que o ritmo das remoções diminuiria. O novo governador criou inclusive a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (Codesco) com o objetivo de urbanizar favelas. A Codesco teve uma atuação limitada, tendo urbanizado integralmente somente a favela de Brás de Pina, onde o seu antecessor, Carlos Lacerda, teve a sua maior derrota política, quando não conseguiu remover essa favela diante da mobilização política da Fafeg (Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara) e da Igreja Católica, através da atuação local do padre Artola. No entanto, as chuvas dos verões de 1966/1967 recolocaram as remoções na ordem do dia, justificando a retomada das políticas de erradicação de favelas. Desse modo, foi criado, em 1968, a Chisam (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), autarquia do governo federal responsável pelo programa de remoções na Guanabara e Grande Rio. Como a Chisam dispunha de um grande número de terrenos de propriedade da União no Rio de Janeiro, ela pôde relançar o projeto de erradicação das favelas (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p. 213).

A concluir, os governos estaduais de Lacerda e Negrão de Lima e a esfera federal com a política habitacional do BNH teve como principal vetor a remoção de moradores de favelas de bairros da Zona Sul, seja pela questão da especulação imobiliária, seja por um projeto elitista de retirada de indesejados. Como Pestana (2022, p. 121) nos lembra, desde a criação do BNH⁷³, o projeto sofria com altas taxas de inadimplência (nas Cohabs) e redução de investimentos por parte do governo federal. Desta maneira, embora, os poderes trabalhassem em conluio nas remoções, os moradores destas favelas foram redirecionados para localidades muito afastadas das regiões oeste e norte da Guanabara com redes de serviços precárias (empregos, transporte, hospitais, escolas, lazer, entre outros), com a promessa da construção de fábricas, fato que não se comprovou na prática, ao menos, na proporção de absorção desta nova força de trabalho.

3.2 Da zona sul para a distante Jacarepaguá

Enquanto a política de remoções da CHISAM e dos governos estadual e federal era levada a cabo, é de importante destacar que este processo não teve oposição capaz evitá-las. Embora, os moradores das favelas tenham sido removidos, não seria coerente esquecermos de que houve resistência às remoções impostas pelos poderes constituídos.

⁷³ Pestana nos lembra que o sistema BNH receberá maiores recursos somente em 1967 com o direcionamento do FGTS.

Neste caso, entra em cena, o papel da FAFEG (Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara) que foi uma voz ativa contra as remoções.

A FAFEG (1963-1975) teve um importante papel político junto às favelas da Zona Sul do estado da Guanabara (VALLADARES, 1978; BRUM, 2006, 2011; MELLO, 2014). Para a pesquisa, iremos nos concentrar na remoção das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, a saber: Ilha das Dragas e Piraquê⁷⁴, a Praia do Pinto e a da Catacumba, processo iniciado em 1969, com destaque para as lideranças de Vicente Ferreira Mariano, José Maria Galdeano e Abdias José dos Santos. Estes líderes tentaram algumas táticas para evitar a remoção das três favelas em questão, como mobilização das comunidades, diálogo com autoridades, formulação de projetos de urbanização das favelas. O desfecho desta história será a prisão, por 20 dias, destas três lideranças. Desta maneira, os órgãos de repressão do governo federal e da CHISAM desarticularam este movimento. Assim, o êxito da remoção das três favelas se deu por duas ações do governo: na sedução de uma nova moradia em um conjunto habitacional, Cidade de Deus, e pela própria prisão dos líderes da FAFEG. O caso da Praia do Pinto foi o mais drástico, pois ocorreu após um incêndio em maio de 1969⁷⁵ e devido a estes eventos, a remoção dos moradores da favela serviu como um potente exemplo de aceitação da excisão. Em 1970, a favela da Catacumba será removida, sem resistências.

Como iremos ver no próximo ponto sobre como se deu a locação desta população nos conjuntos, queremos apresentar, ainda aqui, as primeiras divisões espaciais e como estas também carregam marcas simbólicas, nos primeiros anos da Cidade de Deus.

Três localidades serão configuradas nos primeiros anos do conjunto: Centro, Triagens e os Apês. O Centro é a localidade onde se encontra uma maior concentração de serviços como: posto de saúde, posto policial, comércio diversificado e rua larga. Originalmente é a região das casas planejadas e ocupadas pelos “inscritos” no sistema do COHAB, em especial a Rua Edgard Werneck e a Praça Pe. Júlio Groten.

As Triagens, simbolicamente, são as residências de moradores que sofrem com maior carga de preconceitos. São eles os “favelados”⁷⁶ descritos por Mello (2010). Estes

⁷⁴ Esta favela incomodava os sócios do clube Piraquê (MELLO, 2014, p. 75).

⁷⁵ Valladares, Brum e Mello apresentam fontes históricas quanto a dinâmica dos dias antes do incêndio e, que, com isto, paira uma dúvida razoável da possibilidade de que a combustão da favela tenha sido criminosa.

⁷⁶ Há de se destacar que num mapa, com definições mais atuais esta localidade, das “Triagens” corresponderia ao que hoje é chamado de Tijolinhos e o loteamento 13. Há de se lembrar que a tese é fruto de pesquisas de 2007, 2008, 2009 e defendida em setembro de 2010. Há de se destacar que no trabalho o Rio Grande é mencionado como um marco geográfico, especialmente para falar das triagens,

processos identitários encontram percurso nas disputas entre as facções dentro do bairro, o que estimulava a não transitoriedade dos moradores; outro episódio marcante deste processo foi as remoções da Linha Amarela⁷⁷, em 1995, no qual os moradores que não foram removidos sentem-se menosprezados pelo grupo dos “Apês” e ameaçados constantemente por agentes estatais.

“Apês”, ou Conjunto das Margaridas, encontra-se no final da Estrada do Gabinal em direção até a Avenida Ezequiel. O espaço diferencia-se das “Triagens”, pois conta com áreas de lazer e lojas comerciais.

Figura 5 - Localidades da cidade de Deus com divisões geográficas, simbólicas e históricas



Fonte: <http://ecorede.blogspot.com/2011/09/mapa-referencial-da-cidade-de-deus.html>.

No mapa acima, apenas de maneira instrumental, queremos demonstrar como o espaço da Cidade de Deus está ampliado, concentrado e descaracterizado do projeto original, haja vista, que a CDD nasce como um conjunto habitacional com planejamento urbano. Outro fator a se destacar é que, as primeiras divisões simbólicas serão completamente redesenhadas, mas basicamente, as localidades mais novas, bem como os

no entanto, o nome oficial do rio é Arroio Fundo.

⁷⁷ Os moradores que estiveram para serem removidos pela construção da linha Amarela sofreram uma forte pressão para serem removidos por moradores de outras localidades da Cidade de Deus, como da região dos Apês que entendiam que a remoção dos moradores das Triagens acarretaria numa maior valorização de seus imóveis.

seus moradores carregarão consigo aquele preconceito de “favelados”, por serem moradias rudimentares⁷⁸.

3.3 Cidade de Deus: Bairro, Conjunto, Comunidade ou Favela?

Como vimos anteriormente, a Cidade de Deus surgiu como um conjunto habitacional, em 1966, dentro de um projeto de acabar com favelas na zona sul do Rio de Janeiro. Podemos dizer que basicamente existiram dois projetos para as favelas: a remoção e a urbanização. No caso das favelas da zona sul, a intervenção do governo do estado da Guanabara e da CHISAM seguiu uma lógica remocionista.

Entretanto, podemos dizer que as remoções produziram um efeito de contradição interessante: este conjunto, no afastado bairro de Jacarepaguá, criado para acabar com favelas acabou passando por um processo de favelização e, em 1981, torna-se um bairro.

Esta contradição nos levou a pensar acerca das possibilidades distintas de identificações dos moradores com a localidade. Será que todos veem a Cidade de Deus como uma favela? Ou preferem o termo comunidade? Ou alguns a percebem ainda como um conjunto habitacional ou um bairro? Ademais, dependendo da localidade interna da região, esta percepção pode ser diferente?

Este debate acerca da categorização da favela apresenta uma literatura vasta. Podemos citar aqui Valladares (1978, 2005), Birman, (2007), Freire (2008) e Mello (2010). Desta maneira, não é o nosso objetivo esmiuçar as categorias “bairro”, “conjunto”, “comunidade” ou “favela”, mas apresentar alguns parâmetros de definição para nos ajudar a entender como moradores percebem o próprio lugar em que vivem.

A primeira contribuição que faremos uso é a de Valladares que é centrada na análise sobre o processo de remoção das favelas da zona Sul. Esta leitura discute como o projeto remocionista visou antes a proposta de desfavelizar áreas de valorização imobiliária, sem preocupação de atender as necessidades dos removidos. A socióloga destaca que a estrutura organizacional BNH-COHAB, CHISAM e Secretaria de Serviços Sociais não funcionava de forma ordenada. Além destas não se comunicarem, as suas funções acabavam por ficar confusas, o que demonstrou que o processo de remoção ocorria com uma relativa desorganização.

⁷⁸ Um exemplo é a localidade conhecida como “Brejo”, onde existem barracos de latões e esgoto a céu aberto.

Outra percepção do projeto remocionista, que está presente na contribuição de Valladares, baseada na análise de dados do censo do IBGE de 1970 e da Fundação Leão XIII, é de que a população favelada cresceu, mas em direção a áreas até então desocupadas. As explicações seriam: uma política remocionista que entendia que o problema das favelas é somente de ordem habitacional, mas não a da exploração da força trabalho. Desta maneira, o solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, processo controlado pelas classes dominantes.

O pensamento retrógrado e elitista não era vazio. Neste cenário, ele vinha acompanhado de outras questões, como a especulação imobiliária, a hipocrisia de setores médios da sociedade e a expansão do setor de construção civil.

No Rio de Janeiro, a especulação imobiliária há muito tempo era agressiva, devidos a fatores como: inflação alta, a topografia da cidade limitada por montanhas e águas, o sistema público de transporte deficitário e a paulatina verticalização, em especial aos bairros próximos ao Centro. Por conseguinte, as remoções tornam-se um eixo fulcral entre gentrificar e expandir os capitais imobiliários.

Valladares chama a atenção para o desconforto que as favelas causam na classe média carioca, o que, aos poucos, configura sobre elas uma forma identitária que tem como centralidade a violência. No entanto, percebe também a hipocrisia, pois, as favelas cresceram de forma desordenada em situações nas quais as autoridades públicas de fiscalização se corromperam. Sendo assim, as populações faveladas vegetam na promiscuidade de agentes públicos e do Estado.

A remoção dos “indesejáveis” teria que vir acompanhada de uma política de construção em larga escala de conjuntos habitacionais, isto num contexto em que o mercado da construção civil se encontrava estagnado, cenário invertido com o ano de 1968, quando o BNH recebe recursos do FGTS.

Por outro lado, as favelas tornam-se opções viáveis, no quesito financeiro, para alguns trabalhadores pelos custos e pela proximidade de seus trabalhos⁷⁹. Estas duas realidades não foram abarcadas nas políticas de remoção e com o passar dos anos, o efeito foi contrário: as favelas e as suas populações cresceram.

⁷⁹ Ao vivenciarmos em áreas de favelas sabemos que a falta de atenção às redes de serviços públicos por parte do Estado cria formas de sobrevivência de seus moradores como os “gatos” (gíria para ligações clandestinas de serviços de água e energia elétrica). Desta maneira, a favela torna-se um local viável economicamente para trabalhadores mal-remunerados.

O higienismo e a eugenia, pensamentos do início do século XX, observados nos escritos de Valladares, estão ainda presentes nas políticas remocionistas e seus resultados ecoam até a contemporaneidade. Ao menos é isto que observa Birman (2007) ao analisar as raízes do discurso do então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral⁸⁰, de que as favelas eram “verdadeiras fábricas de marginais”. O contexto da fala da autoridade em questão era a de uma operação do BOPE e da Guarda Nacional por sessenta dias na Vila Cruzeiro, com inúmeras mortes.

A contribuição de Birman nos ajuda a ampliar os conceitos de favela e comunidade para além das identidades, com foco nos processos de construção identitários. Em suas palavras, “perceber como e com quais intenções este termo (comunidade) é acionado nesse quadro de criminalização de territórios favelados”. (BIRMAN, 2007, p.5).

Birman, no percurso da compreensão dos processos identitários acerca da palavra “comunidade”, nos lembra que o Brasil tem uma construção ímpar relativa à cidadania. Ao entender que em países com passado de colonização e escravidão, a cidadania é ausente para grupos sociais subalternos, no nosso caso, os favelados. Desta maneira, os favelados⁸¹ tem direitos civis somente numa perspectiva formal, ou seja, num horizonte restrito. Por outro lado, os moradores de favelas são marcados pela exclusão no que tange, ao acesso à cidade. Desta maneira, a localidade e os seus moradores carregam o estigma da marginalidade.

Não obstante, a autora destaca que no cenário da criminalização das favelas surgem processos de identificação da população favelada. A palavra comunidade, assim, vai ganhar espaço nos discursos de autoridades governamentais para se afastar da identificação negativa, por um lado e, por outro, os moradores também farão uso da

⁸⁰ Em relação ao governador que gozou de um grande prestígio eleitoral e ao jogo político fluminense, não resistiu às denúncias de corrupção e atualmente encontra-se preso. Cf.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-de-oliveira-cabral-santos-filho>>.

⁸¹ Queremos nos utilizar de uma estrofe da música *Haiti*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, a fim de que poeticamente possamos compreender que em países como Brasil (de passado de colonização e escravidão) a população pobre e negra não goza da cidadania em sua plenitude, além de sofrer com os resquícios deste passado que ainda batem em seus corpos:

“Só pra mostrar aos outros quase pretos

(E são quase todos pretos)

Como é que pretos, pobres e mulatos

E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados”. HAITI. Intérpretes: Caetano Veloso e Gilberto Gil. Compositores: Caetano Veloso e Gilberto Gil. In: TROPICALIA 2. Autoria: Caetano Veloso e Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Polygram, 1993. 1 CD, faixa 1.

palavra como forma de não aceitar uma identidade “de fora”. Assim, a comunidade serviu para ressaltar os aspectos positivos (ou apagar os negativos?) do cotidiano das favelas.

Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial - uma caracterização ‘efetiva’, uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Goffman nos ajuda a compreender que o estigma ou processo de estigmatização numa sociedade tem por finalidade não só de categorizar, mas principalmente de qualificar ou ranquear os indivíduos numa escala de gradação positiva ou negativa. Sejam os favelados, vistos pelo “os de fora” da favela, sejam os moradores destas localidades, que estigmatizam outros mais pobres do que eles, os estigmas operam como uma desqualificação do outro.

Na esteira do pensamento Birman, a palavra comunidade presente nos discursos que se referem às favelas é ao menos perceptível em duas óticas: os moradores e os “de fora”. Desta maneira, a palavra comunidade carregará uma polissemia de sentidos. Para Birman ao menos quatro são encontrados: eufemismo; samba, respeito e tradição; relações face a face, histórias em comum e; contrapor identidades à identificação (?). Desta maneira, Pollak também nos ajuda a compreender este fenômeno identitário:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade [...] é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 5).⁸²

O eufemismo da “comunidade” pode ser entendido na medida em que esta palavra é uma tentativa de fugir da identidade negativa, sem, no entanto, confrontar ou desconstruir as razões da negatividade. A palavra comunidade localiza-se assim nas relações de cortesia. Em síntese, a expressão põe de lado os aspectos negativos, que, entretanto, ficam suspensos sem sustentação, indo ao chão ao se retirar ou colocar aspas na palavra comunidade.

⁸² O conceito de imagem de si, para si e para os outros tem potencial para a compreensão da percepção dos incluídos e excluídos numa favela perante uma classificação comportamental ou estética.

O segundo aspecto estaria inserido nas relações sociais e culturais cotidianas de matrizes católicas, bem como as afro-brasileiras que se misturam à ausência ou à baixa relação hierárquica nas favelas. Com isto, as relações de poder são mais horizontais de complementaridade, a favela-comunidade.

O terceiro, as relações face a face representam as histórias em comum que se amparam na proximidade das residências e espaços de convivência, tais como escolas, campos de futebol, praças, biroskas, entre outros. Estes espaços formam experiências em comum entre os moradores, o que permite que o trato interpessoal seja direto sem formalidades.

O último, contrapor identidades à identificação (?), resume-se como uma identificação que busca valorar as positivities da favela para contrapor a visão “de fora”. A interrogação está no fato de que esta proteção reside apenas no campo vocabular, pois não tem peso sobre as decisões de políticos e setores dominantes da sociedade.

A autora conclui que os processos identitários escapam da realidade, que abarca múltiplas realidades⁸³. Ao prosseguir, entende que o termo comunidade carrega contradições positivas e negativas: lugar de família e juventude desregrada; relações harmônicas entre moradores e a incivilidade. O termo comunidade não apaga o sentido dualista de dois blocos identitários.

A autora usa inclusão/exclusão como um par dialético, ou seja, a “exclusão” é, ao mesmo tempo, uma inclusão forçada de certo modo. O morador de favela é vinculado, muitas vezes, à ideia de que vive em outro espaço, onde as regras são diferentes e são aceitáveis certas práticas que no resto da cidade não seriam. É a mesma cidade, ao mesmo tempo em que não é.

Findada a contextualização sobre as políticas remocionistas, voltemo-nos a proposta diferente: da urbanização das favelas, como é o caso do projeto Favela-Bairro, da gestão do prefeito César Maia (1993-1997), no Parque Acari observado por Freire. A autora fará importantes inferências sobre a localidade, sejam históricas ou geográficas, mas o que nos interessa serão as fronteiras simbólicas.

⁸³ Birman procura fugir dos estereótipos e procurar encontrar outras formas de pensar esta problemática, como neste trecho: “Para as pessoas, contudo, que são constantemente objeto de identificações territoriais, destacar os pontos e contrapontos, enfileirar os estereótipos nas suas oposições e contradições aparentes não me parece evitar o essencial: o caráter totalizante deste vínculo não reclamado como forma de inclusão/exclusão do morador de comunidade/favela/periferia como habitante da cidade.” (BIRMAN, 2007, p. 15).

Freire, em seu artigo, busca os encontros, os nexos identitários de atores que interagem diretamente na favela. Um excelente ponto de partida é a configuração socioespacial de Acari que tem quatro localidades distintas: Conjunto Residencial Areal, as favelas Parque Acari, Vila Rica de Irajá e Vila Esperança, que à primeira vista não possui divisões físicas perceptíveis. No entanto, no campo simbólico, estas divisões se tornam nítidas. As separações simbólicas encontram-se na diferenciação de Parque Acari, conceituado por seus moradores como a zona Sul, a elite de Acari, com isto, cabe aos moradores de Vila Rica e Vila Esperança a hierarquização inferior de “favelados”. Vila Rica, o subúrbio, na classificação dos moradores e Vila Esperança, a zona oeste. Estas divisões dão-se pela composição social em que as últimas duas localidades apresentam moradias mais pobres.

Desta vez, os processos identitários em seus encontros podem ser conflitantes. De um lado, o choque de como engenheiros, arquitetos e autoridades públicas que entendem a favela como um espaço que deva ser preciso, como nas linhas retas cartesianas, nas leis municipais ou na Constituição Federal.

Por outro lado, para a população da favela Parque Acari, a percepção é diametralmente oposta aos discursos dos “de fora”. Ao observar a apropriação das ruas e lajes pelas diversas atividades dos moradores, nas ruas as atividades (brincadeiras de crianças, rodas de conversa, local de trabalho para ambulantes e traficantes, dos tiroteios entre a polícia e o tráfico) são uma extensão natural das casas. Por conseguinte, a percepção é a de que os conceitos de favela, bairro, público e privado são flutuantes.

A ocupação do espaço da favela demonstra uma identidade de marcos imprecisos quanto o público e o privado. Entretanto, quando é o momento da conceituação interna, as fronteiras são bem desenhadas e rígidas. No trabalho de campo de Freire, ela perceberá que nos discursos dos moradores há uma distinção entre favelados e pobres, onde o primeiro seria composto por pessoas que carregam os piores hábitos e costumes (como usuários de drogas, prostituição, mendicância, roubo, entre outros). Outro aspecto a ser apontado que o termo “favelado” é destacado para designar o outro. Em síntese, um sujeito fetichizado e estereotipado, pois este arquétipo não é encontrado de forma auto identitária não encontrado em nenhuma pessoa.

A estigmatização, neste caso negativa, que associa o morador de favela à violência, à marginalidade e à pobreza, geram barreiras para a realização destes

indivíduos nos mais variados campos da sociedade⁸⁴, o que impossibilitam, em algum grau, suas experiências. É aí, neste ponto, que a palavra “comunidade” é uma fuga para a estigmatização. Uma forma de pacto social onde atores estigmatizados e que reproduzem o estigma encontram uma “alternativa simbólica viável” (FREIRE, 2005, p. 109).

3.4 Raio-x da Cidade de Deus

Na entrevista que realizamos com Flávio, um morador da Cidade de Deus, acreditamos ser possível encontrar alguns elementos dos debates explicitados acima. Vejamos:

A Cidade de Deus cresceu muito. Da minha infância para a adolescência, a Cidade de Deus cresceu. Nós tivemos o aparecimento de áreas sem saneamento básico porque a Cidade de Deus é rodeada por uma área verde. E o que acontece? A população foi aumentando devido a vários problemas sociais. Vão vindo aí gravidez, e a população vai aumentando... E aí, foram invadindo essas áreas de mata e foram construindo barracos onde não tinha saneamento. E a Cidade de Deus foi aumentando... E aí, apareceram localidades novas como Tangará, que foi na minha adolescência. Ruas estreitas... Em algumas ruas só passam pessoas e carro não entra. Eu acho que essa foi uma mudança muito grande na localidade” (FLÁVIO).

No relato, podemos perceber a construção de uma noção de distinção social e territorial. O morador diferencia o lugar de onde mora, dos lugares “sem saneamento básico”, onde foram construídos “barracos”, de pessoas que invadiram “essas áreas de mata”. Embora o entrevistado não utilize as palavras “favela”, “bairro” ou “conjunto”, percebemos que ele cria identidades de distinção dentro do mesmo território. Para ele, é muito nítido que a localidade em que mora se diferencia por marcos que não se encontram nas novas áreas, como ordenamento espacial e de costumes.

Na entrevista, procuramos encontrar as divisões simbólicas e os processos de identificação. Perguntamos ao entrevistado sobre as diferentes localidades da Cidade de Deus. De forma interessante, o morador, em alguns momentos, tinha dificuldade de sair do seu espaço, como se este fosse estabelecido como central e as periféricas como espaços de pouca acessibilidade. É verdade que, durante os anos 1970 e 1980, a disputa entre facções internas de traficantes da favela criaram obstáculos da livre circulação pelo território e esta marca da experiência é presente até os nossos dias⁸⁵. Em suma, o morador

⁸⁴ A estigmatização que gera o preconceito está na dificuldade em conseguir empregos, na dificuldade em receber compras e correspondências, como nas mais diversas formas de interação social com pessoas de outros bairros.

⁸⁵ No presente, os moradores da Cidade de Deus podem circular por todo o território, pois o tráfico da favela encontrou um arranjo em que as disputas das “bocas” (gíria para as localidades de ponto de venda

ou moradora da localidade *Caratê* não é proibido(a) de ir ao *13*, mas não se sentem confortáveis de fazer esta locomoção. O entrevistado, em outra parte de seu relato, vai discorrer sobre a localidade denominada *Porta do Céu*, vejamos:

É. Aquilo ali foi formado um pouco depois. E até como criança eu notava um comportamento diferente. As pessoas lavavam roupa e secavam na rua, e penduravam a roupa na rua, coisa que a gente não via aqui dentro de casa. As pessoas pegavam prato de comida e iam sentar na rua para comer, entendeu? Coisas que a gente não fazia aqui. Era uma educação diferente [...]. Mas o que eu via de negativo no comportamento eram as brigas na rua, uma coisa que aqui é raro. Mas que lá acontecia bastante. Em outras partes assim acontecia bastante (FLÁVIO).

Podemos perceber que, além dos elementos territoriais destacados na primeira parte do relato, neste trecho, o entrevistado cria uma distinção temporal, onde identifica a sua experiência como a tradição e os lugares novos, como o estranho, o diferente. Ele não pertence àquele espaço. Isto fica claro, pois reiteradamente, o entrevistado usa a distinção territorial “aqui” para se referir ao local que mora e “lá” para estabelecer o espaço de diferença.

Para compreendermos melhor a CDD vamos buscar alguns dados sociais e geográficos. A localidade está inserida na 34ª Região Administrativa da Cidade de Deus e possui 36.515 habitantes, segundo os dados do Censo 2010 do IBGE. A mesma tem 19 sub-divisões, a saber: AP, AP da PM, Bloco Velho, Morrinho, Pantanal 1 e 2, Tijolinho, Triagem, 15, Lazer, Laminha, 14, Caratê, Tangará, Rocinha 2, Jardim do Amanhã 1 e 2, Barro Vermelho e o Brejo. No quesito da extensão territorial, encontramos duas mensurações, a primeira de Mello (2010, p. 32) de 290.153 metros quadrados, datada na formação da favela, já a segunda, baseada em dados do Censo do IBGE, de 2.099.531 m² (MENEZES, 2015, p. 59).

Segundo o estudo de Portela (2017), a Cidade de Deus apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,75 e encontra-se na posição de 113º lugar numa lista de 126 bairros da cidade do Rio de Janeiro, a título de comparação, a Gávea, é o primeiro com o número de 0,97.

Na questão demográfica, temos um problema, pois há algumas discrepâncias entre os órgãos governamentais, bem como entre os próprios moradores:

Oficialmente com base no Censo 2010 do IBGE a 34ª Região Administrativa Cidade de Deus possui 36.515 habitantes. Na base de dados do Rio como

de drogas, que tem uma chefatura e organização de poder única com disciplina e hierarquia), não mais existem conflitos entre elas, pois todas pertencem a somente uma facção: o Comando Vermelho.

Vamos são 37.148. A área da UPP que inclui além da 34ª Região Administrativa outras áreas seriam 47.795. No entanto, há uma controvérsia em relação a estes números já que pelo Programa de Saúde da Família seriam mais de 50 mil e para a população residente mais de 60 mil. (PORTELA, 2017, p.8).

Pensando a partir destes dados, podemos observar uma das dificuldades na utilização de dados oficiais acerca da Cidade de Deus: delimitar espacialmente o que é considerado ou não com parte da comunidade. O IBGE e a prefeitura do Rio de Janeiro possuem uma delimitação, já a UPP utiliza outra. O Programa de Saúde da família, por sua vez, tem uma percepção diferente, também distinta daquela da população residente. Este exemplo nos ajuda a perceber como a identificação do território e do próprio pertencimento das pessoas não seguem necessariamente demarcações estabelecidas por órgãos oficiais.

Na educação, a favela tem 26 Unidades Escolares⁸⁶ dentre estas destacamos 18, as públicas: Escola Municipal Joaquim Fontes, Escola Municipal Jose Clemente Pereira, Escola Municipal Professoranda Leila Barcellos de Carvalho, Escola Municipal Pedro Aleixo, Escola Municipal (CIEP) Joao Batista dos Santos, Escola Municipal (CIEP) Luiz Carlos Prestes, Colégio Estadual Pedro Aleixo, Escola Municipal Augusto Magne, Escola Municipal Alberto Rangel, Escola Municipal Alphonsus de Guimaraens, Escola Municipal Avertano Rocha, Creche Municipal Margarida Gabinal, Creche Municipal Sempre Vida Josué, Creche Municipal Luzes do Amanhã, Edi Maria Beralda, FAETEC Centro Vocacional Tecnológico Cidade de Deus, Edi Senhora Perciliana Pereira de Alvarenga e Edi Jardim do Amanhã.

Outros dados também são importantes para compreendermos a localidade, como a densidade demográfica, que na favela é de 3,23 (habitante x domicílio) e a da cidade a qual é de 2,94; a taxa de analfabetismo que chega a 14% entre crianças de 8 e 9 anos, enquanto em Jacarepaguá 7,8% e na cidade em 7,3. Em miúdos, números muito superiores à média do contexto local e da rede municipal. Tal disparidade mantém índices alarmantes na faixa etária entre 10 e 14 anos em que 4,1% da favela não se alfabetizaram plenamente contra 2% e 2,2% da cidade e do bairro de Jacarepaguá, respectivamente. Nos índices de reprovação, embora a localidade estudada seja classificada como *pior*, os números são próximos (CDD 13,69%, RJ 11,04%), como na evasão escola (CDD 3,02%,

⁸⁶ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/28/pesquisa-revela-bairros-do-rio-onde-estudantes-correm-mais-riscos.htm>.

RJ 2,01%), na distorção idade x série (CDD 29,26%, RJ 25,24%) e, por fim, no IDEB⁸⁷ (anos iniciais CDD 5, RJ 5,6; anos finais CDD 3,8 e 4,3).

Além disso os dados de gravidez em meninas com menos de 20 anos também apresentam números superiores à média da cidade. Enquanto na cidade do Rio de Janeiro aproximadamente 14% dos nascidos vivos tinham mães com até 20 anos, na Cidade de Deus esse número passa de 23%. Também destacamos os dados relacionados à violência contra crianças. Chegam a 25% os casos de internação de crianças de 0 a 12 anos com suspeita de agressão, enquanto o índice geral da cidade é de aproximadamente 9%.

Por outro lado, a coleta de lixo, acesso à energia elétrica e o de saneamento básico apresenta números semelhantes ou superiores à média da cidade. Não obstante, a pesquisa de Portela destaca que os números mensuram apenas quantidades e não a qualidade dos serviços.

⁸⁷ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. Extraído de: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> >

4 CIDADE DE DEUS: MEMÓRIAS E DEPOIMENTOS

Para compreender a construção identitária dos moradores da Cidade de Deus, foram realizadas entrevistas com dois moradores, investigando suas histórias, impressões e sentimento de pertencimento. A primeira entrevista foi realizada com Flávio Lima de Farias⁸⁸, nascido na Cidade de Deus em 1977, e morador há 42 anos. Já a segunda entrevista foi realizada com a moradora da Cidade de Deus, desde seu nascimento, em 1966, Iara Regina da Silva Oliveira⁸⁹.

Abaixo propomos alguns marcos temporais⁹⁰ da favela para nos balizar junto aos relatos da pesquisa:

- As remoções;
- A chegada dos removidos ou flagelados;
- A formação do tráfico;
- A formação do bairro em 1981;
- A unificação ou *détente* do tráfico;
- A enchente de 1996;
- A construção da Linha Amarela em 1997;
- O lançamento do filme Cidade de Deus, em 2002;
- Implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 2009;
- A visita do presidente estadunidense Barack Obama à CDD em 2011;
- Assentamentos ou casas como Tijolinho, Vila Nova Cruzada e Jardim do Amanhã;
- A desmobilização da política da UPP na Cidade de Deus em 2018.

Flávio foi escolhido porque além de ser morador da Cidade de Deus durante toda a sua vida, ele também estudou e trabalhou como professor na Escola Municipal José Clemente Pereira, que é o núcleo de nosso trabalho. Durante a entrevista, Flávio ainda era morador da favela e a fizemos em sua própria casa. Em 2022 ele se mudou, após apresentar muitas indagações se deveria buscar moradia em outro bairro. Professor das línguas inglesa e portuguesa, Flávio é uma pessoa que tem fortes vínculos sociais com a localidade, como veremos ao longo da entrevista. Além de ter lecionado na José Clemente

⁸⁸ Entrevista concedida em setembro de 2020.

⁸⁹ Entrevista concedida em outubro de 2020.

⁹⁰ Ao longo da entrevista os marcos aparecerão. No entanto, eles foram selecionados também pela convivência com alunos(as), moradores e muitos diálogos em diversos espaços da CDD.

Pereira, atualmente, ele trabalha nas escolas Avertano e Augusto Magne. Flávio também ministra aulas particulares de inglês. No momento da entrevista nós conseguimos fazê-la na sua residência, na localidade do Karatê. Casa que ele dividia com a sua mãe, uma irmã e mais dois sobrinhos.

Já Iara, 11 anos mais velha que Flávio, vivenciou momentos da fundação da favela e, por isso, tem uma memória relevante sobre aquele período. Além disto, ela tem um papel importante Cidade de Deus, pois organiza uma Organização não governamental (ONG) que atua junto a jovens da região, sendo ela uma militante política. A entrevista com Iara ocorreu de forma remota devido ao temor dela e de sua família do contágio da Covid-19⁹¹.

Dois motivos justificam o porquê da realização de entrevistas com estas duas pessoas. O primeiro deles é que o estudo tem como objetivo elaborar uma atividade pedagógica junto aos alunos, fato que pretende, além de dar protagonismo para a construção própria de sua história e da favela, proporcionar um novo campo de sentidos as aulas de história. Segundo, porque embora não seja o desejo da dissertação fazer uma história da Cidade de Deus, as entrevistas têm uma função de resgatar informações através de memórias da formação da Cidade de Deus. Pois, como já citamos anteriormente, ainda faltam mais trabalhos sobre a favela. Desta maneira, os relatos coletados nos ajudam também na formulação das atividades com os alunos.

Pollack (1989) afirma que a identificação de monumentos, tradições, paisagens, datas históricas e personagens são marcas que validam a memória coletiva, causando identificação e barreiras sócio-culturais. A memória coletiva, é atualmente questionada não em seus pontos de validação, mas sim pelos atores e interesses de sua construção, de modo que a voz dos excluídos e marginalizados visibiliza o caráter opressor da construção da memória coletiva nacional.

São os conflitos e as disputas de memórias que tornam reflexivo o exercício da investigação histórica, fazendo da memória dos excluídos um fator que rompe com a ideia de objetividade e continuidade conferido à memória. Dessa forma, as entrevistas revelam a história da Cidade de Deus sob a perspectiva de dois moradores que viveram no local observando diferentes mudanças sociais.

Flávio afirma que nunca morou em outro lugar, lembra-se da infância marcada pelas brincadeiras de rua com crianças de sua idade, enquanto sua mãe, sentada na entrada

⁹¹ Á época ainda não existia uma vacina que criasse imunidade nas pessoas e na sociedade.

da casa, conversava com as vizinhas. A infância de Flávio é pautada em suas próprias lembranças, pois, ele alega que nunca conversou com a mãe ou demais familiares sobre os acontecimentos de seus primeiros anos de vida. Aqui vale a lembrança de que ele, nascido em 1977, teve na sua infância os anos 1980, momento em que a favela ganhou notoriedade nas páginas policiais da imprensa pelos conflitos de traficantes entre si e contra a PM. Por outro lado, embora, ele afirme que não tenha lembrança de momentos anteriores à sua existência, a memória coletiva aparece quando perguntamos sobre os seus familiares de mais idade.

Nesse sentido, em seu relato, Flávio conta sobre as origens de sua família e como eles foram para a Cidade de Deus. Conta ainda que os avós têm origem paraibana, eram analfabetos e muito pobres, tendo ido para o bairro da Penha no Rio de Janeiro, local onde o avô conseguiu trabalho. Segundo ele, a ida para a Cidade de Deus ocorreu no contexto do projeto COHAB, o qual se inscrevem e foram chamados, passando a pagar parcelas pela nova moradia.

Iara revela que sua família morava em um cortiço perto do Maracanã, atualmente no local da Universidade Estadual do Rio de Janeiro⁹². Porém, ao serem vitimados por uma enchente, tornaram-se flagelados, sendo relocadas para dentro do Maracanã e depois, para a Cidade de Deus. De acordo com o depoimento de Iara, nesse momento sua mãe estava grávida e acompanhada de seus três irmãos, todas crianças pequenas.

Como surgiu em nossa pesquisa, a Cidade de Deus foi formada inicialmente pelos flagelados da enchente do verão de 1966 e dos removidos ou inscritos no projeto da COHAB. Pode-se ver que esta informação coincide com os dois relatos.

A mãe de Iara tem origem em Rio Bonito, filho de fazendeiro e indígena, conta que a história de seus avós ficou marcada pela opressão, pois o seu avô sequestrou sua avó e a prendeu em casa, engravidando-a. Ela tentou fugir com a filha, mas foi encontrada e trazida de volta, deixando sua filha com a fazendeira, a avó indígena de Iara fugiu para o mato e ninguém mais a perseguiu. Essa história deixou magoas na mãe de Iara, que na primeira oportunidade largou a fazenda de seu pai e foi para o Rio de Janeiro, local em que conheceu seu marido, pai de Iara. O pai de Iara era nordestino, trabalhava em obras no Rio de Janeiro e teve muitos problemas com a bebida. Segundo ela, uma das obras em que o seu pai trabalhou foi a construção do estádio Mário Filho, e por esse motivo a

⁹² Á época Favela do Esqueleto que surgiu junto a construção inacabada do hospital do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e que cresceu após a construção do estádio Mário Filho (popularmente, Maracanã).

família residia na favela do Esqueleto.

Neste primeiro momento, em que Flávio e Iara nos contam sobre os primeiros anos da Cidade de Deus, uma diferença interessante entre os dois pode ser notada: suas idades. Enquanto a Iara relembra-se, *a priori*, como memória coletiva do início do conjunto habitacional, pois nascera no mesmo ano da formação do conjunto habitacional. No caso de Flávio, recorre-se também a memória coletiva, mas apenas a partir da indagação do historiador que pergunta sobre as origens de seus progenitores.

Desta maneira, recorreremos às contribuições de Maurice Halbwachs (1990), nas quais afirma que a memória coletiva estabelece a continuidade entre o passado e o presente por meio de sua adaptação de fatos e tradições às necessidades contemporâneas, podendo ser complementar a memória histórica. Cabe, assim, a memória coletiva, qualificar e requalificar o passado para que esse permaneça vivo.

A mãe de Iara chegou na Cidade de Deus, sem documentos, com três filhos pequenos e grávida de Iara. O pai de Iara dormia nas obras em que trabalhava e não ficava em casa. A casa que entregaram para a família de Iara estava em fase de construção e ainda não contava com saneamento básico, água encanada e luz. Ademais, Iara relata que tudo era distante da Cidade de Deus, não havia ônibus e poucos eram os comércios que foram sendo construídos. Sua mãe, sem dinheiro para comprar alimentos, recebia assistência do programa Capemi. Com a alimentação fornecida pelo Capemi, a mãe de Iara passou a fazer bolos, café e outras comidas para vender nas obras que eram muitas na região. Nota-se que o fato de a CDD ter se formado no longínquo bairro de Jacarepaguá surge nesta etapa da entrevista, no entanto não veremos novamente este fato nas entrevistas.

Flávio afirma que sua mãe e seu pai se conheceram na Cidade de Deus, começaram a namorar, e compraram uma casa da COHAB de outra pessoa inscrita no programa, se estabelecendo ali. Segundo os relatos, seus avós eram analfabetos, tendo os seus pais estudado até o primeiro segmento do ensino fundamental.

Iara lembra da mãe como uma mulher de muita fibra, que sendo filha de indígena e criada na roça conseguia se virar com poucas coisas, e cozinhar à lenha comidas para vender. Porém, aos dez anos de idade, após o falecimento de sua mãe, Iara tornou-se órfã. Nesse momento seu pai teria sido mandado embora da Cidade de Deus, por vizinhos. Uma de suas irmãs, a essa altura, já tinha dois filhos, de modo que foi sugerido que Iara e seus irmãos menores de idade fossem mandados para um orfanato. Porém, com auxílio

de vizinhos e organizações sociais, eles foram criados na Cidade de Deus.

Retomando à infância, Flávio afirma que tudo era muito bom, calmo e tranquilo, apesar de que, ele relembra, já ocorressem tiroteios na região. Ainda assim, esses episódios não tinham a frequência atual. Ele diz: “era muito raro, você não via ninguém na rua com arma na mão. Você não via ninguém passar na rua usando droga. Eu não sabia como era maconha ou um pacotinho de cocaína. Eu não sabia de nada disso” (FLÁVIO).

A história oral como técnica e metodologia é uma ferramenta de grande valia para a História. A nossa pesquisa busca a oralidade para encontrar o micro, o cotidiano das pessoas, mas sem perder de foco o macro e os objetivos da pesquisa. As trajetórias de vida, em especial, nos primeiros anos de nossos entrevistados nos possibilitam compreender as múltiplas histórias da localidade que pesquisamos.

Na memória de Flávio, o bairro era tranquilo, não tinha violência, os “moleques” brincavam o dia inteiro na rua. A Cidade de Deus não era visto como uma comunidade, mas sim como um bairro qualquer. Tinha saneamento básico, as ruas eram asfaltadas, as pessoas se conheciam, de modo que se um “moleque” aprontasse, logo a mãe ficava sabendo, pois, as vizinhas contavam. Aqui nos chama a atenção que a localidade preserva aspectos de sociabilidade seja do tipo rural, da cidade pequena, mas também da favela onde o beco e as tias tornam-se um espaço ampliado da casa e como as mulheres zelam pelo cuidado de todas as crianças.

As memórias da infância de Iara ficaram marcadas pela figura do padre Júlio Groten que construiu a primeira Igreja. Sendo muito atuante na comunidade, ele auxiliava com a arrecadação de alimentos e a conscientização sobre a importância da organização dos moradores. Iara afirma que todos eram como família, cuidando uns dos outros, as casas não tinham muros e todos se conheciam.

Na Cidade de Deus, em seus primeiros anos, as casas não tinham banheiros, tanques para lavar roupas e chuveiros, logo todos estes equipamentos sanitários eram compartilhados. Iara conta que nas localidades do 14 e do 15 ficavam barracões com 10 banheiros, as pessoas faziam fila, tinham horário e todos se respeitavam muito, tinham também o sentimento de auxílio mútuo para a realização das tarefas. Iara afirma que na favela há afetividade e relação social, um vizinho ajuda o outro como se fosse da família, algo que ela não sente em relação ao bairro que reside atualmente, fora da Cidade de Deus.

Aqui nos vale um comentário tanto para Flávio quanto para a Iara, atributos sociais

positivos da comunidade se destacam mediante a qualquer intercorrência. No relato da Iara é mais notório, pois as menções ao padre Júlio⁹³ e a disciplina no uso dos banheiros das barracões demonstra um sentimento de comunidade e de fortes vínculos sociais.

Nora postula uma consciência de ruptura com o passado, uma quebra da continuidade, cujo efeito é esfacelar a memória, a qual dependeria da continuidade. Nesse sentido, o historiador francês fez diferenciações sobre o conceito que tiveram enorme importância para a historiografia: a memória é uma vivência do passado o qual é presentificado como continuidade. Ela desloca-se de maneira afetiva, quase mágica, entre a lembrança e o esquecimento, emergindo de um grupo social para manter seus vínculos. Sua característica fundamental é ser múltipla e desacelerada.

Os relatos de nossos entrevistados, como dissemos anteriormente, ressaltam e apagam determinados momentos na medida que lhes interessam. Flávio, por exemplo, ao falar de sua infância, diz que “o bairro era tranquilo, não tinha violência, os ‘moleques’ brincavam o dia inteiro na rua, não era visto como comunidade, mas sim um bairro como qualquer outro” (FLÁVIO). Seu relato, entretanto, é conflitivo com informações sobre a Cidade de Deus naquele período. Sabe-se que, já início dos anos 1980, a comunidade se encontrava em deflagração da disputa interna do tráfico. Tal fato foi apagado da memória do professor, seja pela construção positiva do seu passado, ou pela *presentificação* da memória, na qual entende que o momento atual é mais perigoso que o da sua infância.

Contrastam-se essas memórias, portanto, com a dureza da historiografia, a qual é uma reconstrução que não pertence a ninguém e cujo fim último é construir rupturas e relativizar a própria memória. Trata-se de uma operação de exorcismo do passado, pois ao inserir os objetos e o mundo na diferença temporal não deixa incólumes os laços afetivos e mágicos da memória (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 251).

O respeito das crianças pelos mais velhos é um dos aspectos lembrados por Flávio, contando que as crianças carregavam bolsas e sacolas das pessoas mais velhas. Porém, afirma que de uma área para outra já havia diferenciação, sendo que, em alguns locais as pessoas eram mais educadas e se tratavam com mais respeito, do que em outros, como a exemplo do local em que Flávio mora, *Karatê*. Esta parte da entrevista nos remete diretamente às contribuições de Birman (2007) e Goffman (1986) sobre a diferenciação interna e negativa entre moradores de favelas, bem como a estigmatização.

⁹³ Atualmente, a praça da Cidade de Deus em que termina a Estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes e se inicia a avenida Edgard Werneck, atualmente, homenageia o padre Júlio Groten.

Flávio, então, compara sua localidade, *Karatê*, com o *Treze*, *Porta do Céu*, revelando que esta foi formada um pouco depois. Sem apresentar julgamento de aprovação ou reprovação, ele recorda que as pessoas do *Treze* estendiam roupas na rua, sentavam-se na via para alimentar-se, diferente de sua área. Recorda, também, como ponto negativo que no local havia muitas brigas de rua, evento que era raro em sua região.

Como já destacamos, o estudo de Birman (2007) nos ajuda a compreender que as diferenciações internas de uma favela, por vezes são tão fortes, que emulam o estigma negativo entre *asfalto e morro*⁹⁴. Nesse sentido, nosso entrevistado reproduz com precisão os termos do estudo de Birman. A situação é tão interessante que Flávio entende que moradores de outras localidades da Cidade de Deus sejam os *favelados*.

Remetemos ao estudo da História Local, pois, em suas origens, a mesma ficava restrita aos nobres e letrados. Atualmente, no entanto, com a proliferação de revistas e programas de televisão, as publicações sobre História Local demonstram uma crescente valorização. Sendo assim a produção da História Local, seja por amadores ou profissionais, poderia estar cobrindo uma lacuna, participando desta necessidade de história/memória contemporânea (DONNER, 2012, p. 226).

Compreende-se assim que a história em nível local é um recorte popular da história, em detrimento da história contada de “cima”, pelas elites. Este ponto é muito rico, haja vista que para os transeuntes que passam pela favela todos ali são *favelados*. Contudo, ao escutarmos as narrativas dos moradores percebemos que há uma distinção interna muito bem demarcada. Ademais, a história local é capaz de aproximar o historiador ao objeto de sua pesquisa, dessa forma, a análise é norteadada, não mais, por roteiros distantes e inacessíveis, mas sim, por algo mais imediato e palpável (NORA, 1993).

A adolescência de Flávio, também na Cidade de Deus, foi junto aos amigos da infância, fase lembrada como tranquila. A pior coisa que se recorda dessa etapa foi a constância de mortes das pessoas mais velhas que fizeram parte de sua infância, pois, eram “senhorinhas” que, em sua adolescência morreram dada a idade avançada.

Já Iara recorda que desde seus 15 anos faz parte de movimentos sociais na Cidade de Deus, do Grupo Jovem da Igreja Católica, da Associação dos Moradores, a qual ela recorda pelas festas e o cinema que foi construído dentro da comunidade. Rememora a

⁹⁴ Na cidade do Rio de Janeiro, popularmente há uma distinção entre seus moradores que é *asfalto X morro*, em síntese, o asfalto representa os moradores do rio civilizado, ordeiro, da cidadania, enquanto, o morro representa o oposto dos adjetivos anteriores.

chegada de João Batista dos Santos, que lutou pela construção de escolas e do CIEP, posto de saúde e assistência social.

Iara conta que a família de Carlos, seu marido, estava muito envolvida nas lutas sociais para adquirir água, luz e saneamento para a população da Cidade de Deus. Conta da história de Zé Pequeno, cuja família morava na frente da mãe de Carlos, e que, como sua mãe trabalhava em casa de família, só podia vê-lo de 15 em 15 dias. O menino cresceu preso dentro de casa, e Iara recorda que sua primeira briga foi com o Zé Galinha por causa de uma garota. Em sua infância não havia delitos, Iara recorda que tudo era paz, com as crianças passando de um quintal para o outro. Até que, por volta dos 12 ou 13 anos, começaram a roubar roupas no varal e galinhas e até mesmo a televisão da senhora Mercedes, a única do bairro.

A descrição da adolescência de Iara entra em conflito com a memória da infância de Flávio, embora a infância do último tenha sido nos anos 1980 e a adolescência da militante política tenha sido no final dos anos 1970, ela recorda que durante a sua juventude já existiam casos de furtos, ou seja, a região não era tão segura quanto o professor imagina.

Outra memória forte da infância de Iara é a relação com a natureza. Ela afirma que a *Porta do Céu* era uma área verde, cheia de árvores frutíferas, e que dona Mercedes levava as crianças até o local e as ensinava sobre a natureza. Em seu relato o Rio Grande era limpo e as pessoas podiam nadar. O rompimento dessa relação ocorreu somente pelas brigas do tráfico, com divisão de grupos e comando de áreas. Iara, também, conta que havia muitos terreiros de umbanda e candomblé e apenas uma Igreja Católica.

Quando pensa na Cidade de Deus de sua infância e de sua adolescência, Flávio afirma que o local passou por um intenso crescimento, o que gerou a criação de áreas que não contavam com saneamento básico, pois as áreas da mata foram invadidas para a construção de barracos, dado o aumento populacional. Uma dessas localidades foi o *Tangará*, com ruas estreitas, somente permitindo a passagem de pessoas, sem saneamento básico, construída pela invasão da área da mata, com impacto no aumento de movimento em outras áreas, como a Santa Efigênia.

Posteriormente, na vida adulta de Flávio, surgiram outras regiões de invasão, como o *Brejo*. Flávio relata que a expansão de localidades de modo precário, contribuiu para que aumentasse a violência, o tráfico de drogas e a entrada de jovens para o crime. O tráfico, a violência já faziam parte da história da Cidade de Deus, porém, Flávio recorda

que na infância inteira viu apenas um corpo jogado na rua, vítima de tiroteio, já, atualmente, vê, ao menos, um por semana.

Iara afirma que todo o desenvolvimento inicial da Cidade de Deus foi realizado pela luta dos primeiros moradores, pessoal que foi desde o início ajudou no calçamento das ruas, nos serviços públicos e na construção de áreas lazer. Havia patrulhas de fuscas que levavam as pessoas para o hospital, além parteiras e pessoas que rezavam pelos mortos no bairro. Iara conta nasceu em casa pelo trabalho de uma parteira, e lembra com pavor dos velórios que ocorriam nas casas das pessoas, com o morto em cima da mesa “E eu ficava com medo de ir à casa da pessoa durante muitos dias, porque colocavam as pessoas para fazer o velório dentro de casa. Aí, você vai lá para comer e a pessoa está em cima da mesa!” (IARA).

É notório que a percepção sobre a favela tem diferenças interessantes entre os nossos dois moradores. O ponto em questão para nossa análise é a de que, enquanto, Flávio tem uma visão direcionada para o sensível, ao seu indivíduo e a seus familiares, Iara apresenta uma acuidade mais coletiva, fato que pode ser explicado por sua atuação política na luta por melhores condições de vida para moradores da Cidade de Deus, como também por seu trabalho social e educativo junto a jovens das diferentes regiões.

Direcionando a conversa para a compreensão sobre a escolaridade de Flávio, profissão e identificação de suas formações com a Cidade de Deus, foi perguntado seu nível de escolaridade. Flávio atribuiu sua formação à figura do pai, que lhe proporcionou condições de estudar até o grau que desejasse. Flávio revelou que cursou o ensino médio completo e um curso de formação profissional na escola “Cultura Inglesa”, iniciado com 12 ou 13 anos de idade, o que lhe auxiliou na carreira de professor de inglês.

Flávio revela ainda que o pai pagava quase um salário-mínimo de mensalidade para que ele pudesse frequentar o curso de inglês. Posteriormente, pela sua dedicação ao curso, foi convidado a dar aulas na própria Instituição de ensino. Com 18 anos cursou faculdade de Letras e passou a se responsabilizar pelo pagamento das mensalidades.

Para Flávio, o bairro não criou nenhuma dificuldade de estudo, pois nunca participou de programas do governo, frequentou a escola pública e o pai pagava por cursos extracurriculares. Ele também afirma que nunca teve problemas para estudar no ensino regular por morar na Cidade de Deus, por seus pais serem pobres ou por residirem na favela. Já na Cultura Inglesa, afirma que foi vítima de preconceitos, pois os estudantes, em sua maioria, eram de classe média e classe média alta, logo que ouviam sobre ele

morar na Cidade de Deus, se afastavam.

Flávio afirma que esse tipo de preconceito não abalava sua autoconfiança e nem o causou vergonha por morar na Cidade de Deus, de forma que não omitia onde morava e nem se importava se as pessoas queriam se afastar por isso. Flávio não se sentiu e não se sente diminuído por morar na Cidade de Deus, afirma que as pessoas é que “fazem o lugar”, porém, sabe que sofre preconceito por isso até os dias atuais, pois quando tenta se relacionar com alguém, a revelação de que ele mora na Cidade de Deus, ainda, faz com que muitos se afastem.

Iara, também, afirma que sofreu e sofre preconceitos quando diz que é da Cidade de Deus. Ela relata que ao dar palestras acaba tendo que provar que sabe o que vai dizer, além das pessoas ficarem surpresas ao ouvir Cidade de Deus, esperando o que ela irá falar.

Então, essa diferenciação de onde eu nasci, eu fui ver depois, quando eu já tinha uma vida social fora. Quem faz essa diferenciação é quem está fora e não quem está dentro. Ai, quando o jovem já começa a sair, aí ele já começa a falar “ele”. Então, essa juventude de hoje já começa a falar “eles”. “Ah! Aquele pessoal da Rocinha 2 não quer nada! Aquelas meninas só querem ter filho”. Então, esse jovem de hoje, essa juventude de hoje da Cidade de Deus – ou das outras favelas também – começa a ver o outro como estranho. Antes, eles viam como iguais. Agora, eles têm um pouco mais de conhecimento. Quanto mais conhecimento as pessoas têm, mais elas começam a diferenciar os grupos (IARA).

Sobre a diferenciação externa aos moradores da Cidade de Deus, agora iremos explorar a mesma visão sob a perspectiva interna. Em síntese, o preconceito entre os próprios moradores, característica presente desde os primórdios da formação do conjunto. Iara revela que há diferenças entre as “triagens”, os “removidos” e os “inscritos”. Vivendo na “triagem” com o filho pequeno, ela afirma que ali foi um espaço provisório, de forma que havia menor liberdade do que morar nas casas.

De uma família com 4 filhos, Flávio foi o único a concluir o ensino superior, fato que corrobora para a sua afirmação de que, o local não é determinante para as condições de vida das pessoas, pois, para ele, seus três irmãos tiveram as mesmas oportunidades e nenhum deles se interessou em prosseguir com os estudos: “Se fosse a Cidade de Deus, os quatro estariam sem Ensino Fundamental, sem Ensino Médio...” (FLÁVIO).

Para Iara houve muitas construções de escolas na Cidade de Deus. Ela lembra da primeira escola, o Augusto Magne, depois o Jardim de Infância, Monsenhor Cordioli e outras escolas como o Frederico Eyer e o Avertano Rocha. Sua vida escolar teve início

aos 9 anos de idade, dada as responsabilidades com os cuidados de irmão e sobrinhos, além de cuidados com a casa. Sua madrinha incentivou a sua escolarização, mas dada à morte de sua mãe, Iara e seu irmão passaram a contar com maior apoio das professoras da escola Frederico Eyer, Vera Arruda e Maria das Graças. Nesse período, Iara relatou que sua família passou fome, pegando comida no lixão e restos na feira para sobreviver. À tarde, na escola, tinha aulas de recuperação com as professoras.

Estudando em dois turnos para recuperar o tempo de atraso, Iara afirma que não se lembra da adolescência junto com jovens, mas sim, com pessoas mais velhas que ela, em volta de fogueiras contando histórias de lutas e sobre a família. Passou a trabalhar na casa de uma professora, com 11 anos, ajudando a mãe dela, uma senhora que precisava de cuidados. Iara, então, só ia para casa de 15 em 15 dias.

Aos 17 anos, Iara já estava casada com Carlos e grávida de seu primeiro filho, mas continuou com a sua vida dividida entre os estudos e o trabalho, formou-se professora no ano de 1996. Nesse meio tempo, não deixou de participar dos movimentos sociais. Iara foi questionada sobre sua relação com os movimentos sociais, a sua adolescência, ali com outras pessoas na luta para conquistar condições melhores para a comunidade, fato que ela afirma ser natural dela, pois desde sempre dividiu pertences com seus irmãos, onde compreendeu que o “ser” era muito maior do que o “ter”.

O Alfazendo é um dos projetos sociais que nasceu da dedicação de Iara às causas sociais. Junto aos seus familiares e amigos, dedicaram-se a alfabetização de adultos, a inscrição de negros e carentes em vestibulares. Pela concepção de Iara, no início eram “um grupo de professores malucos e um pessoal da área de saúde. Mas a grande maioria era de professor maluco”.

o Alfazendo nasce com os alunos. O nome Alfazendo foi construído pelos alunos. A logomarca foi construída pelos alunos. Os meus amigos, os meus companheiros de construção do Alfazendo são os meus alunos. Os meus alunos, para mim, são a relação social que eu tenho na Educação. De entender o ser humano como um ser de conhecimento, que troca conhecimento. Eu sempre entendi, desde muito nova, que ninguém precisa ser alguém quando entra na Escola formal. As pessoas já são alguém quando elas estão no útero da mãe. Então, essa construção de conhecimento formal se dá porque a gente vive no país dos títulos, não é? (IARA).

A adolescência de Iara e sua vida adulta entrelaçou-se com as questões da comunidade. Como professora no Alfazendo, junto ao seu marido, dividiu-se entre alfabetização e pré-vestibular, que tem como ideia ultrapassar a favela da Cidade de Deus, de ocupar a cidade, o mundo: “Não é uma obrigação o cara ter que ficar na favela para

que ele lute pelas lutas de justiça social” (IARA).

Para Iara, a intervenção social com a juventude na Cidade de Deus deve seguir a filosofia de Paulo Freire, de educar para a autonomia e emancipação do indivíduo. Portanto, deve-se conhecer a pessoa, sua história, seu contexto familiar, a identificação com o local. E, nesse sentido, Iara revela que era feita uma construção coletiva de humanidade, em que o jovem é ensinado a ser verdadeiramente independente por meio da responsabilização de seus atos, com início nas pequenas coisas, como lavar suas roupas, sua louça etc.

Flávio, em sua adolescência, passou pela descoberta e revelação de sua de sexualidade e da relação com a Cidade de Deus. Ele afirma que compreendeu que era diferente, logo no início da puberdade. Porém, nos anos de 1980, sexualidade e, ainda mais, a homossexualidade, era muito reprimida, um assunto sobre o qual não se falava. Logo, ele agia normalmente com as mesmas atitudes e comportamentos comuns que os outros meninos de sua idade faziam. No entanto, a sua sexualidade, que já estava esclarecida naquela altura, somente foi revelada a partir da fase adulta, para seus amigos.

Além do tabu da temática, Flávio afirma que silenciou sua sexualidade na puberdade e na adolescência, não por medo de sofrer preconceito e/ou ser excluído, mas por não ter certeza de como viver a diferença a qual estava a assumir. Em seu convívio social, afirma que nunca presenciou violência física por preconceito, nem por raça e nem por sexualidade, no máximo ocorriam piadas na escola, com apelidos pejorativos ao sujeito homossexual, porém, também, nunca aconteceu com ele.

Atribui, novamente, uma figura positiva à Cidade de Deus, afirma que não há preconceito, homofobia na Cidade de Deus: “Você não tem caso de homofobia ou agressão a homossexuais em uma comunidade igual a Cidade de Deus. Nós não temos. Não pode. Eu não sei se é somente por saber que... Até o tráfico no local, ele impõe isso” (FLÁVIO).

Flávio explica que o tráfico impede a disseminação de preconceitos porque não deseja que haja violência de uma pessoa para outra dentro da comunidade. O mesmo ocorre com a tolerância religiosa que existe entre a comunidade que vive na Cidade de Deus, fazendo com que haja a afirmação de Flávio sobre a não interferência negativa do local sobre sua decisão em assumir ou guardar para si sua sexualidade.

Flávio revela que mesmo nenhum amigo ter expressado reação negativa, nenhum deles imaginava que ele era homossexual, pois a homossexualidade estaria relacionada

aos estereótipos. Ao rememorar os lugares de sua infância na Cidade de Deus, Flávio mencionou a importância da escola. Relatou também que não podia ir a praças e parques, por conta do perigo da ocorrência de tiroteios, tendo permissão de sua mãe para brincar apenas em frente ao portão de casa quando ela estava a olhar⁹⁵.

Nesse ponto, Flávio menciona que a tradição de Cosme e Damião era algo marcante em sua infância e confirmava a tolerância religiosa que existia na comunidade. Ele lembra ainda que seu pai era pastor evangélico, mas aceitava os doces de Cosme e Damião, bem como, a sua mãe auxiliava a vizinha, mãe de Santo, levando panelas pesadas para o preparo das comidas de Santos.

Iara menciona que a questão do respeito, da ética e da transparência é muito considerado entre os jovens da Cidade de Deus que frequentam o Alfazendo. Segundo ela, naquele grupo quando um erra considera-se um erro da equipe, e quando há entrada de dinheiro público para financiamento das ações, eles se sentam, pensam quais são as prioridades, pois o dinheiro é de todos.

Iara relata diversas de suas lutas, como pelas casas da Rocinha junto ao seu marido, foram 624 casas para 3 mil pessoas, para que vivessem em melhor condição, com água, com luz. Conviver com o tráfico, os tiroteios, o uso de drogas, faz Iara refletir sobre a posição de que, quem está de fora, acha que todos ali são coniventes, que mantém amizade com os traficantes. Entretanto, ela afirma que não existe conivência, apenas a consciência de que esse é um fracasso da sociedade. Iara revela que conhece meninos que estão envolvidos com o tráfico, que sabe da dor das mães e de seu sofrimento para criá-los. Na realidade, os próprios traficantes têm restrição aos serviços sociais, pois não querem que ação dos professores junto à comunidade sejam relacionados ao tráfico.

Na rua do Botafogo, na Cidade de Deus, há diversas comemorações e festas, reunindo a comunidade. Flávio afirma que as reuniões são realizadas sem violência e com muita tolerância às diferenças. Porém, as praças, que são muitas, na visão de Flávio, já foram melhores, já que em sua infância elas contavam com brinquedos que, posteriormente, foram destruídos.

⁹⁵ Neste ponto, a entrevista do professor encaminha-se para uma direção não prevista. Nós queremos ressaltar que Flávio teve uma postura muito franca e aberta, fato que possibilitou abordar uma temática que ganha espaço em vários setores da sociedade: a sexualidade. E, como, o nosso trabalho pretende que os discentes pensem nas suas experiências, é importante que as entrevistas, ministradas pelos próprios, possam lhes servir para o decorrer de suas vidas. Desta maneira, estas não podem seguir o roteiro de forma mecânica, com uma expectativa já delineada, de modo que não impossibilite captar histórias e memórias auxiliares ao tema abordado.

Ao mencionar a divisão da Linha Amarela, antiga divisão pelo rio, Flávio afirma que antes esta era a demarcação de facções rivais, havendo troca de tiros entre facções de um lado e outro do rio, fato que tornava o cotidiano da população perigoso. Estes confrontos, nas palavras de Flávio, tiveram fim após uma única facção dominar toda a Cidade de Deus. Assim a divisão do rio tornou-se apenas geográfica.

Já Iara demonstra, em sua memória, que não havia problemas entre passar de um lado para outro da Cidade de Deus. Para ela as diferenças entre a população foram trazidas por pessoas de fora, que começaram a segregar os moradores das “casinhas” como os de elite e da Rocinha como pessoas sem educação e sujas.

Como um dos fatos marcantes vivenciados na Cidade de Deus, Flávio mencionou a criação da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP. Esta ação do governo impactou significativamente nos problemas da comunidade, reduzindo o tráfico e a violência. Ele diz: “Parecia que iam ser resgatados valores que vinham se perdendo aqui na Cidade de Deus, valores como família, respeito ao outro... Prepararam orientação para crianças e jovens” (FLÁVIO).

Outro fato negativamente marcante para Flávio foi a enchente ocorrida em 1996, famosa por causar grandes danos e perdas para a população da Cidade de Deus. Neste episódio muitas famílias perderam seus pertences, seus carros, casas e a própria vida. Flávio, na época com 19 anos, recorda que ficou com a família no andar de cima de sua casa, pois o andar de baixo estava todo inundado pela água. No dia seguinte, muitos corpos foram retirados da lama, e conforme as pessoas lavavam os corpos com mangueira viam crianças, animais e pessoas que não faziam parte da vizinhança, mas que foram arrastadas de outros locais, pela forte chuva. Na associação de moradores, os corpos foram empilhados, comparado ao Holocausto, como mencionado por Flávio.

Iara também comenta sobre o episódio da enchente, afirmando que as cenas foram muito fortes, e que somente quase dois meses depois o auxílio chegou à comunidade. Mais uma vez, o sentimento de construção coletiva foi posto à prova na região, pois, vizinhos se auxiliaram durante a reconstrução pós-enchente.

Na comparação entre a década de 1980 com os dias atuais, Flávio afirma que tudo mudou na Cidade de Deus, pois as pessoas prezavam muito pelo respeito e pela família, os vizinhos educavam as crianças e eram respeitados como se fossem pais. Nos dias atuais, Flávio afirma que não existe mais valores relacionados à família, as pessoas, cada vez mais jovens, abandonam a escola e são “educadas” pelo baile funk, pela rua, fazendo

com que as adolescentes engravidem cada vez mais cedo, com 14, 16 anos, o que geraria famílias desestruturadas.

As mudanças ocorreram em todos os sentidos, como relata Flávio, o tráfico feito por adultos mantinha uma relação de respeito com os moradores, já o tráfico realizado por moleques de 13, 15 anos encara o morador com autoritarismo, o que gera conflitos. A associação de moradores já não é atuante como antes e as escolas, que antes não tinha preocupações com a educação familiar da criança, agora se ocupam dos cuidados gerais com a criança com o professor indo até a casa do aluno para levá-lo até a escola.

Flávio enumera diversos fatores que em sua concepção estão a contribuir para a deterioração da comunidade, como a falta de respeito entre moradores, com gritos, palavrões e brigas, uso de droga na porta de moradores, bailes realizados em horários que atrapalham o fluxo de pessoas e carros no bairro, ameaça de traficantes menores de idade, situações que fazem com que Flávio queira sair da comunidade:

Eu não posso mais andar na rua porque, a qualquer momento, explode um tiroteio. A vizinhança... São gritos e palavrões. É uma falta de educação o dia inteiro. Eu não posso mais parar o meu carro na porta da minha casa, porque a rua está fechada para fazer baile, para fazer festa, para construir oficina mecânica no meio da rua, para colocar piscina no meio da rua, entendeu? Está se perdendo aquela coisa de bairro. Está virando terra de ninguém e, assim, eu não estou tendo mais tranquilidade. Então, buscando a minha tranquilidade, eu prefiro sair (FLÁVIO).

O entrevistado demonstra que a Cidade de Deus é querida por ele, lá foi construída a sua identidade e sentimento de pertencimento, porém, ao refletir sobre as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, avalia que o bairro virou uma cidade à parte, cujas regras não são realizadas com base nos valores da família e do respeito ao outro. Entretanto, ao reviver suas memórias, Flávio notou que sua história se atrelava à vida da Cidade de Deus, assim afirma que se houvesse mudanças positivas em relação ao comportamento das pessoas no bairro, com certeza ele ficaria, moraria perto de sua família e vizinhos.

Essa relação de identidade e afeto entre as pessoas da Cidade de Deus, é demonstrada a todo momento, também por Iara. Iara afirma que além de seu trabalho na Alfazendo, ela militou politicamente no Partido dos Trabalhadores - PT, auxiliando na construção do primeiro núcleo do PT na Cidade de Deus, atuando em comícios com venda de cachorros-quentes com a intenção de arrecadar dinheiro para camisetas *silkadas* de campanha. Porém, no ano de 2002, seu filho de 18 anos faleceu e ela se isolou, sendo os seus alunos da Alfazendo responsáveis pela sua volta à atuação, pois como ela revelou, eles foram até a sua casa com um bolo enorme e a pediram para que a professora não

desistisse deles. No ano de 2005 ela ficou grávida e ganhou a sua filha Gabriele, que a acompanha em todos os locais de militância e atuação social.

Pollack (1989) afirma que em entrevistas que se rememora os acontecimentos, voltando aos fatos, nota-se a veracidade até pela entonação do entrevistado. É o fio condutor para a história de vida, que guia a entrevista. Nas falas de Flávio e Iara, nota-se a presença muito forte da relação social e auxílio mútuo entre as pessoas da Cidade de Deus. Percebe-se que essa foi uma característica do local que marcou as vidas tanto de Flávio, quanto de Iara.

Seguindo seu caminho com a Alfazendo, Iara afirma que acredita na valorização profissional dos jovens, no apoio mútuo das comunidades da Cidade de Deus. Disse ainda que somente registrou o nome da organização para captar o mínimo de recursos para manter os jovens, mas que acredita que eles irão trilhar o seu caminho, de modo que a Alfazendo não precise existir mais.

Iara afirma que na Cidade de Deus são muitos os locais e expressões culturais que apresentam toda a identidade da comunidade, como a Igreja Católica e a Anglicana, a Escola de Samba, os bailes funk, as rodas de *slam*, as praças e as escolas. Iara afirma que as famílias trabalhavam longe, as mães que ficavam em casa cuidavam de seus filhos e dos filhos dos vizinhos. As lutas sociais são inúmeras, o que faz com que Iara relacione os inúmeros “gatos de luz” e encanamentos clandestinos à falta de assistência dos serviços de saneamento básico para a comunidade. Afirma também que em sua casa mesmo e na Alfazendo as pessoas construíram toda a encanação, da casa até a estrada.

Neste ponto do relato de Iara, percebemos a complexidade das relações sociais dentro da Cidade de Deus. A história local nos possibilita compreender o sentimento de pertencimento, o que faz com que cresçam o interesse e produção de histórias locais. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender aspectos que revelam algumas lacunas inscritas na história, pois se tem mais fontes e meios de compreender aspectos da vida e desenvolvimento das sociedades no tempo.

Leal e Farias (2015) explicam que quando o historiador lida com termos e regiões em documentos do passado acabam por não questionar o contexto geral daquilo que entram em contato, numa aceitação natural. Porém, ao se deparar com a menção de uma região deve-se compreender seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos e como essa se enquadra no contexto geral ou se torna singular naquele processo.

Quando o historiador consulta a documentação oficial e assume acriticamente a

divisão territorial, as identidades espaciais que a organizam e atribui à ela dados sentidos, como, por exemplo, a de serem expressões de identidade nacional, regional ou local. O historiador pode ser capturado pela rede de poderes e de interesses que levaram à guarda e à organização daquela documentação a partir de uma dada divisão espacial, quando esta pode ser apenas aquela divisão que os grupos sociais dominantes quiseram impor como sendo a divisão espacial. Nesse sentido, é preciso considerar como determinada divisão que poderia ter sido, naquele momento, objeto de questionamento por outras forças sociais.

Os arquivos oficiais não silenciam ou se omitem apenas quando se trata de dados eventos ou personagens, mas também a respeito de dadas configurações espaciais que fugiram ou que se tornaram contrárias a certos discursos identitários, de unidade e de homogeneidade territorial (LEAL; FARIAS, 2015, p. 48). Ou seja, nas duas memórias dos entrevistados percebemos diferenças nas percepções sociais das divisões territoriais da Cidade de Deus, enquanto Flávio encontra positividade apenas na sua área (*Karatê*), Iara entende que a favela, através de espaços comunitários carrega diferentes expressões culturais e, por isso, tem uma visão mais espalhada das relações sociais em diferentes localidades da favela.

Iara afirma que saiu da Cidade de Deus, construindo uma casa na Freguesia, pois seu filho, então adolescente não conseguia ter vida social, eles moravam de frente para um ponto de venda de drogas, era muita violência, muita gente morta na rua. A UPP, na visão de Iara agravou a situação dos favelados, pois com a ocupação, as crianças não vão à escola, jovens morrem cada vez mais e o sentimento de casa, de pertencimento vai se perdendo com toda a supervisão do Estado e a repressão da Polícia que podem invadir as casas a qualquer momento:

Quem mora em favela, mora em um presídio a céu aberto. Uma hora está dominado pelo Estado, e outra hora... O Estado está sempre presente. As pessoas têm a ideia de que o Estado não está presente. O Estado está sempre presente, mesmo com a questão dos bandidos. Ele está sempre presente, ele está sempre na repressão. Então, mesmo que você pague a sua casa, você não é dono da sua casa em uma favela, porque você nunca pode negar que o cara pode meter o pé na sua porta a qualquer hora, e que você vai entrar em casa e você pode acordar outro dia sem vida, porque alguém deu tiro em alguém.
(IARA)

Neste ponto queremos abrir uma discussão. O relato de Iara sobre o impacto das UPPs na CDD e em especial na educação é interessante, porque para ela essa política trouxe muitos malefícios para a favela. No entanto, como a pesquisa busca o choque entre

as narrativas e outras informações, para realizar os defeitos de memória como apontados por Heymann e Albuquerque Júnior, buscamos a literatura de análise sobre as UPPs e há uma diferença entre esta e a memória/análise da nossa entrevistada. Os estudos de Butelli (2012), Cano et al. (2012), Prestes (2016) e Ribeiro (2013) analisaram as UPPs. Embora, cada escrito tenha as suas particularidades, em todos eles, as unidades policiais tiveram os seguintes impactos nas favelas: deslocamento dos crimes e alteração dos níveis educacionais.

As UPPs conseguiram reduzir taxas de criminalidade como assassinato, por outro lado, números como furtos e estupros cresceram. Na questão educacional os índices baseados nas avaliações externas tiveram melhorias. Obviamente, que as análises tomam a realidade de várias favelas, no entanto, a experiência desta política pública, guardadas as suas críticas, conseguiu reduzir sensivelmente as operações policiais violentas, bem como os confrontos entre as facções criminosas, fato que impossibilitava a livre circulação de estudantes, pais, funcionários e professores.

De maneira alguma, este choque deve ter a função de descredenciar a experiência de Iara. A sua vivência tem a importância em nos ajudar a compreender a trajetória dela e os modos de viver da favela, isto é, as memórias são fundamentais. No entanto, o que desejamos reforçar é que memória e história não possuem as mesmas territorialidades. Por isso o historiador precisa demarcar os limites das memórias.

Assim como Flávio, Iara afirma que houve um grande retrocesso na Cidade de Deus, o qual ela atribui ao governo Bolsonaro, ao prefeito Crivella, governador Wilson Witzel e aos vereadores do Rio de Janeiro. Ela defende que na época de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da República havia muito incentivo financeiro para as ONGs e movimentos sociais. Segundo ela os ministros iam na Cidade de Deus e pagavam passagens de avião para as lideranças comunitárias irem à Brasília discutir as questões da comunidade. Agora não, Iara afirma que não há quase financiamento de ONGs, as pessoas estão passando necessidades e há falta de emprego. Afirma, ainda, que quem pede ditadura deveria morar na favela, pois a favela nunca conseguiu sair da ditadura.

Então, o que eu mudaria hoje na Cidade de Deus e na minha vida é ter menos luto. Chorar menos pelas pessoas que estão morrendo. Eu não consigo pensar em uma pandemia, com pessoas morrendo aqui no Brasil e no mundo inteiro, e não pensar nessas coisas que a gente está perdendo e que a gente não recupera nunca mais. Então, se eu pudesse mudar alguma coisa hoje na Cidade de Deus, eu mudaria a questão do luto, para a gente não perder tantos jovens de mortes tão violentas. Isso é o que eu mudaria na Cidade de Deus (IARA).

Para Iara, a luta do governo contra as drogas é demagogia para eliminar negros e pobres que somente poderá ter fim pela resistência de professores, profissionais da saúde e da assistência social que estão inseridos na realidade da Cidade de Deus. Iara, como uma grande ativista e professora da Cidade de Deus, conhecendo o bairro desde o seu nascimento, afirma que os novos professores das escolas públicas do local são a locomotiva que renova a esperança dos jovens da Cidade de Deus. Iara afirma que dá aulas como convidada em universidades, mesmo somente tendo a formação primária. Para ela a experiência a direcionou para esse caminho, ainda que ela não se veja em bancos de universidades para uma formação superior. Apesar disso, ela defende que os jovens devem estar onde o conhecimento estiver, no caso, nas universidades.

Nota-se, na fala dos entrevistados todas as nuances da Cidade de Deus ocultadas pela história oficial, que narra o local por meio da apresentação de sua violência e criminalidade. A memória é construída por modos conscientes e inconscientes, individuais e coletivos, pois todo o processo de recalque, de exclusão e lembrança se faz por certa organização. A memória constitui o sentimento de identidade, individual e coletiva, levando a coerência da percepção e reconstrução do grupo. A identidade, assim, é formada a partir da referência do outro.

A memória e a identidade são disputadas em conflitos sociais, políticos e grupais. Porém, quando a memória e a identidade estão suficientemente construídas, os questionamentos externos não provocam a necessidade de rearrumações, pois memória e identidade trabalham por si só nesses casos.

No fim dos relatos, percebemos congruências de que a noção temporal do presente e o futuro estão de alguma maneira em suspenso, como se ambos tivessem a mesma expectativa, que no caso é de negatividade e incerteza. Percepção muito distinta sobre as suas memórias do passado, então carregadas de sobressaltos com relativização, não queremos aqui abrir um extenuante debate acerca da teoria da História, mas é de se salientar que as contribuições de Nora (1993) e Huyssen (2000) reforçam que o tempo presente está hipertrofiado ou que vivemos uma musealização. Enquanto, o historiador francês entende o futuro marcado por uma horizontalidade de incerteza⁹⁶, o presentismo seria uma hipótese de um novo regime de historicidade. Já para o crítico alemão, a cultura da memória criou uma monumentalização do presente, o que resultaria no achatamento

⁹⁶ Em especial, com a queda do regime histórico da Modernidade, no qual, o futuro era marcado pelo progresso.

do passado e do presente, mas com preponderância à última temporalidade, logo o futuro é um tempo em que a sociedade contemporânea ocidental busca evitar.

A seguir, é importante reforçar que memória não é história. Através da oralidade, o campo de nossa ciência encontra uma poderosa fonte, mas que sem a análise do historiador, tornam-se apenas entrevistas. Isso é, sem o recorte temporal e o embate com outras fontes, estes relatos não se adequam a ciência histórica. Sobre este aspecto, Ferreira (2006) faz esta delimitação:

E nesse sentido é que se devem entender os embates próprios do campo da memória. A todo momento, indivíduos e grupos tomam posições diante dos acontecimentos e, ao fazerem isso, utilizam-se de memórias e reelaboram o passado recente. Como já foi dito, essas memórias em circulação, expressas por exemplo nos projetos testemunhais, não são boas ou más em si mesmas. Sobretudo, cabe dizer que essas memórias, mais do que possibilitarem uma compreensão do passado, atuam no tempo presente. E, nesse terreno da atualidade, é importante estar atento ao papel que cabe ao historiador. O historiador faz a história. O compromisso do historiador com o presente no exercício do seu ofício não deveria estar associado a uma militância em prol de uma memória social específica. Através dos instrumentos da história, poder-se-ia propor uma mudança de perspectiva do dever de memória para o trabalho com a memória. O historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas ele detém os instrumentos para lidar com a pluralidade e a fragmentação da memória. É certo que a análise sobre os fatos ocorridos, a identificação dos episódios e a reflexão sobre esse passado recente será resultado de um esforço de escrita da história. Um trabalho sobre o terreno da memória, mas próprio à história (FERREIRA, 2006, p. 206).

Por fim, Flávio e Iara mesmo com as suas diferenças de idade, sexo e experiência de vida, encontram um fio condutor: de como a vida antigamente na Cidade de Deus era boa, mesmo com os contratempos. Um exemplo que nos chamou a atenção é a de que uma das características históricas da formação da favela era a sua distância dos bairros da zona Sul ou do centro do Rio de Janeiro. No entanto este fato não apareceu nos relatos de nossos entrevistados, não ao menos como algo relevante. Logo, o ofício do historiador é encontrar este contato entre as fontes.

O historiador contemporâneo é aquele que penteia as histórias oficiais a contrapelo, tal como aconselhava Walter Benjamin (1996). A história, nos dias de hoje, tem consciência de que seu jogo se faz entre a lembrança e o esquecimento. A história serve para que se produza o esquecimento de dadas versões do passado, de dadas memórias: a história lembra também para produzir o esquecimento. O historiador de hoje não se dedica a cultivar as memórias. Sabe que deve ter com elas uma relação mediada pela problematização, pela interrogação, pelo questionamento. O historiador desfaz as memórias e as refaz usando o aparato conceitual aprendido em sua formação. As memórias são desfeitas para serem refeitas no discurso do historiador, discurso conceitual, competente e legitimado socialmente para violar as memórias e fazê-las falar, muitas vezes, aquilo que não quiseram dizer, pelo menos, conscientemente. O historiador não é aquele que se deleita

com a beleza das memórias, mas aquele que se fascina quando essas adoecem, quando entram em estado febril e deliram, quando emergem com os sentidos alterados, quando advém como fala outra. A história faz as memórias entrarem em crise para que partajem novos sentidos e novos significados. O historiador é aquele que infunde novas vidas àquelas memórias, àquelas narrativas do passado que ameaçam morrer por repetição, recorrência e cristalização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 37).

5 ENSINANDO HISTÓRIA NA CIDADE DE DEUS

O capítulo destina-se a apresentar a proposta de atividade pedagógica com os(as) alunos(as) da escola municipal José Clemente Pereira, do segundo segmento do ensino fundamental⁹⁷. Seriam necessários 8 (oito) aulas de 50 minutos para executá-la. É preciso destacar que a sugestão de atividade não é para ser realizada de forma consecutiva. Em síntese, o(a) profissional de educação que for realizá-la deve estender por um semestre ou durante todo o ano letivo. E por que deste prazo? Entendemos que a atividade precisa dar tempo aos discentes para que eles consigam não somente fazer as entrevistas e confeccionar os seus vídeos com calma, mas também que sirva que eles compreendam a relevância da atividade, no qual o compromisso na execução seja um dos objetivos.

A atividade seguirá etapas que levem a culminância em que os discentes produzirão um documentário em mídia digital sobre as suas vidas e a história da Cidade de Deus.

As etapas seriam as seguintes:

- Roda de conversa sobre a história dos(as) alunos(as) e a sua importância (2 tempos de aula);
- Entrevista com os discentes sobre a história deles e da favela (2 tempos de aula);
- Nova de roda de conversa em que cruzamos informações das entrevistas (1 tempo de aula);
- Formulação coletiva de um questionário para os discentes entrevistarem parentes que residam há muito tempo na Cidade de Deus ou antigos moradores (1 tempo de aula);
- Coleta de informações das entrevistas que os discentes fizeram (2 tempos de aula);
- Produção de um vídeo sobre a experiência pedagógica.

Como no início do trabalho em que utilizamos um trecho da música *Miséria no Japão*, as entrevistas têm o objetivo de potencializar as trajetórias de vidas dos moradores da favela. Desta maneira, também potencializar a localidade com relatos vívidos, mesmo que em alguns momentos carreguem narrativas tristes, mas sempre com a compreensão

⁹⁷ Novamente ressaltamos que não foi possível realizar a atividade pedagógica. Assim, utilizamos aqui o termo proposta. Como foi explicado na introdução, contratempos de ordem pessoal e as restrições devido a pandemia da Covid-19 provocaram mudanças no projeto.

de que aquela favela possui positivities.

Dessa forma, para que possa ser dada a voz aos silenciados, é necessário ressignificar as aulas de História rompendo com a hierarquização de saberes, contemplando os conhecimentos eruditos, as experiências políticas e sociais e os valores contemporâneos. Coletar as informações sobre a história de vida dos alunos, coloca a história sob um novo ponto de partida: as inquietações cotidianas. Coloca-se, assim, o aluno na História.

1ª Etapa: roda de conversa sobre a história dos (as) alunos (as) e a sua importância

Nessa primeira etapa da atividade pedagógica, o projeto será apresentado aos alunos e na sequência, abriremos um momento de sensibilização pedagógica e emocional sobre a vida deles e a favela, por meio de conversas em que eles relatem o que significa a favela e morar nela.

Para o ensino de História, deve-se atentar aos reducionismos ou favorecimentos, abordando a experiência da humanidade de forma a contemplar os diversos aspectos e complexidades das relações e dos indivíduos. Fochi (2015) explica que a interpretação da história requer coerência teórico-metodológica comprometendo-se com a problemática do tempo presente.

O conhecimento histórico deve atuar pela preservação ambiental, pela paz, pelo reconhecimento e valorização dos Direitos Humanos, fomentando a valorização da vida, da dignidade humana e da harmonia entre os povos. Para tanto, deve considerar o contexto em que os(as) alunos(as) se inserem para que haja a contextualização dos saberes do currículo à realidade sociocultural tornando a aprendizagem significativa:

No que tange o papel do ensino de história na educação básica, os objetivos se mostram articulados a importância para a formação de identidades, que leve em conta aspectos locais e globais do mundo contemporâneo, conduzindo a uma formação cidadã. A história, vista nesta perspectiva passa a assumir um caráter de conhecimento, experiência e prática social (BUENO; CAMPOS; PORTO, 2020, p.267).

O conhecimento prévio é a base para que a criança possa processar a nova informação recebida, com o cruzamento ao que já se sabe, pois, o novo conhecimento fará sentido no impacto na efetivação da aprendizagem (MELLO; ALMEIDA NETO; PETRILLO, 2019).

Para tanto, o docente deve compreender que o aluno leva o seu conhecimento prévio para a aula de forma natural. Porém, é por meio da mediação pedagógica que este

conhecimento será contextualizado com o conteúdo a ser transmitido. Portanto, é necessário que se rompa com o tradicional e se adote metodologias de ensino que priorizem o protagonismo do aluno diante de sua aprendizagem (BUENO; CAMPOS; PORTO, 2020).

É na exploração dos inúmeros recursos e linguagens que o ensino de História se torna significativo, pois propicia o desenvolvimento da reflexão sobre a construção da História e não como um produto pronto. Por esse caminho, o aluno adquire as ferramentas necessárias para a interpretação das inúmeras fontes disponíveis, bem como, abordagens e objetos de análise, que permitam que ele possa ampliar sua visão sobre a condição humana, contemplando a diversidade e os problemas vivenciados por cada época e sociedade.

Nota-se, assim, que o trabalho da História é, também, compreender sistematicamente como se deu a construção do discurso histórico, atividade possível a partir do uso de documentos em sala de aula. É necessário, então, partir da mediação docente para compreender os elementos que se apresentam nas novas fontes para a historiografia.

2ª Etapa: Entrevista com os discentes sobre a história deles e da favela

A entrevista com os alunos e moradores, assim, tem o poder de enriquecer a interpretação das fontes documentais. O roteiro de entrevista com os alunos seguirá o mesmo modelo principal já experimentado na entrevista com moradores, pois, foi notado que as perguntas abrem possibilidades para a exploração de diversos aspectos da vivência pessoal do sujeito entrevistado, que interligue a sua memória e identificação com a Cidade de Deus. O roteiro de perguntas para a entrevista com os alunos foi assim definido:

- 1- Meu nome
- 2- Minha idade
- 3- Nome dos meus pais
- 4- Meus e minhas avós
- 5- Onde nasci e onde moro atualmente
- 6- E os meus pais vieram de onde
- 7- Os meus avós e minhas avós vieram de que local
- 8- Agora nos conte suas primeiras memórias de Cidade de Deus
- 9- O que você sabe sobre a História da Cidade de Deus

10- Quais são as principais localidades da Cidade de Deus

Tal roteiro foi pensado a partir da intencionalidade do questionamento e problematização das histórias individuais e coletivas que estão inscritas em sala de aula e na Cidade de Deus. Para Branco e Fagundes (2020), os alunos são sujeitos históricos, de forma que por meio da entrevista conseguem se enxergar inseridos nos processos políticos, econômicos e sociais e, também, como agente de transformação da realidade.

O teor dos depoimentos coletados transparece a visão individual sobre os processos históricos coletivos. Dessa forma, a recuperação de informações que não estão inscritas em documentos é possibilidade pelo entrecruzamento de informações dos personagens entrevistados no contexto da história oral.

Delgado (2003) se refere às inúmeras potencialidades que a coleta de dados pelas entrevistas da história oral possibilita ao pesquisador, como a formulação de hipóteses inovadoras sobre processos sociais e históricos a partir de versões paralelas que se entrecruzam aos registros da história oficial, bem como, a construção de evidências que terão a validação de sua veracidade por meio da amostra de depoimentos que confirmam o levantamento de informações.

Possibilita, também, registrar a versão dos “vencidos”, dos marginalizados, dos excluídos, que foram invisibilizados pela história oficial, que busque sempre refutar ou preencher as lacunas deixadas na recuperação histórica. É necessário associar os acontecimentos da vida pública aos da vida privada, fato que confere riqueza de detalhes na compreensão do pesquisador (DELGADO, 2003).

Entretanto, Delgado (2003) ressalta que há limites na história oral, que assim como suas potencialidades, devem ser contemplados:

Os desafios da história oral relacionam-se em grande parte a esses limites que são principalmente os seguintes: aplicabilidade do método somente em épocas contemporâneas, a história do tempo presente; predomínio da subjetividade [...] possível influência, mesmo que involuntária, do transcritor da entrevista no conteúdo do documento escrito [...] influência na conjuntura do documento produzido [...] dificuldades de expressar emoções e expressões do rosto no documento escrito (DELGADO, 2003, p.26).

3ª Etapa: Nova de roda de conversa em que cruzamos informações das entrevistas

Nesta fase, a proposta é que de forma lúdica consigamos cruzar as informações coletadas, que seriam os dados de suas experiências de vida e impressões, memórias e identidade na Cidade de Deus. Desta maneira, mesmo com diferenças nas suas narrativas e histórias também seria estimulado pontos em comum entre estas.

Todos esses desafios fazem parte da organização e seleção dos depoimentos, e devem ser observados na transcrição dos depoimentos, na construção de um documento registrado de literatura. A memória ocorre com a invocação das lembranças para a criação do significado presente. Para a sua reconstrução, a memória e a autobiografia utilizam a interrelação com fatos sociais vivenciados e personagens que legitimam os acontecimentos lembrados (POLLACK, 1992).

Pollack (1992) afirma que a história, em uma perspectiva local, se desdobra pela construção da memória dos sujeitos que se inserem em determinada realidade, o que os liga a história geral. O historiador é responsável pela escolha das memórias as quais irá trabalhar, de forma que se nota que as memórias não são construídas pela neutralidade, mas sim, são discursos que evidenciam interesses de determinados grupos sociais em contraposição a outros.

Dessa forma, a partir do roteiro estrutural, o docente fará um trabalho individual com os alunos que queiram participar da atividade pedagógica, na condução a entrevista de modo que o entrevistado fique à vontade para revelar suas histórias de vida, com respostas objetivas ou não as perguntas feitas pelo docente.

4ª Etapa: Formulação coletiva de um questionário para os discentes entrevistarem

Neste momento, a atividade abre espaço para a autonomia discente. Após as primeiras três etapas, os(as) estudantes serão estimulados(as) a terem uma percepção sobre a Cidade de Deus para além de suas individualidades.

Bertoldo et al. (2017) elucidam que para estimular a reflexão crítica não basta organizar os alunos em uma roda de conversa, mas sim, estimular a participação por meio de questionamentos que instiguem a curiosidade e motivem a participação dos sujeitos. Os autores elaboraram indicadores de qualidade para classificar as perguntas realizadas pelo mediador ou docente em rodas de conversa. Eles informam ainda que as perguntas condutoras da roda de conversa devem ser em tom de informação, do tipo que identifica o conhecimento que o aluno já possui sobre o tema debatido.

Assim, através destas análises eles(as) estarão com maior propriedade da metodologia, bem como do objetivo do trabalho. Neste diálogo entre nós formularemos um questionário para entrevistar familiares que morem há muito tempo na favela ou com moradores antigos. Como exemplo, nós queremos deixar um modelo de questionário, que

não deve ser imposto⁹⁸, mas apresentado para ser alterado, acrescentado ou até mesmo recusado, da forma que o coletivo quiser:

- 1- Qual é o seu nome completo?
- 2- Onde você nasceu?
- 3- Qual a data do seu nascimento?
- 4- Os seus pais lhe contaram sobre os seus primeiros anos de vida?
- 5- Quais são (vamos falar sobre) as origens de seus pais e avós?
- 6- Como foi (conte para nós sobre) a sua infância na Cidade de Deus?
- 7- Como foi a sua adolescência na Cidade de Deus?
- 8- Conte-nos um pouco da sua formação escolar e como a Cidade de Deus ajudou ou dificultou este processo.

Agora podemos falar um pouco mais sobre a CDD?

- 9- Qual a sua memória ou de um parente e/ou amigo sobre as remoções?
- 10- Qual a sua memória ou de um parente e/ou amigo sobre o primeiro ano de CDD?
- 11- Para você qual seria o momento mais marcante da CDD? E por quê?
 - A- As remoções;
 - B- A chegada;
 - C- A formação do tráfico;
 - D- A criação do bairro Cidade de Deus em 1981;
 - E- O fim dos conflitos entre os próprios traficantes;
 - F- A enchente de 1996;
 - G- A construção da Linha Amarela concluída em 1997;
 - H- O lançamento do filme Cidade de Deus, em 2002;
 - I- A implantação da Unidade de Polícia Pacificadora em 2009;
 - J- A visita do presidente dos EUA, Barack Obama à CDD, em 2011;
 - K- Assentamentos ou casas como Tijolinho, Vila Nova Cruzada e Jardim do Amanhã.
- 12- Para você qual é o local mais importante da CDD?
- 13- Você conseguiria falar sobre 3 pessoas de destaque na CDD, vivas ou falecidas?

⁹⁸ Aqui haveria uma conversa com a intenção de rememorar a 1ª etapa na apresentação da atividade. Assim o docente lembraria que esta proposta é fruto de uma pesquisa sobre a Cidade de Deus.

- 14- Para você quais são os lugares de maior importância da favela e por quê?
- 15- E para as pessoas que você convive, quais seriam os lugares de maior referência ou importância?
- 16- Para você quais seriam os principais pontos positivos de morar na CDD?
- 17- Para você quais seriam os principais pontos negativos de morar na CDD?
- 18- O que os moradores poderiam fazer para melhorar o bairro?
- 19- O que os governos poderiam fazer para melhorar o bairro?
- 20- Para você CDD é conjunto habitacional, bairro ou favela? Por quê?
- 21- Como você enxerga o futuro da Cidade de Deus?
- 22- O que você mudaria na história da sua vida?
- 23- O que você achou da experiência da entrevista e de contar a sua história?

A execução da tarefa será organizada pelo professor, a fim de orientar os discentes quanto a seguir alguns critérios, como: ambientais, técnicos e a condução da entrevista. A transcrição será de responsabilidade docente.

5ª Etapa: Coleta de informações das entrevistas que os discentes fizeram

A coleta de dados pelas fontes orais pode enriquecer a visão histórica que se tem, com o preenchimento e compreensão das lacunas e discursos oficiais da macro-história. As estratégias da roda de conversa são utilizadas em metodologias de ensino ou pesquisa que objetivam a participação ativa dos sujeitos na construção do objeto. As rodas de conversa participam de princípios de educadores como Paulo Freire, que defendem que o princípio reflexivo sobre si mesmo e o mundo faz com que haja a perfeita comunicação e entendimento mútuo.

Caso neste momento da atividade, os discentes e o docente percebam que o resultado não foi satisfatório, pode-se buscar outras vozes, com a visitas às associações e ONGs que realizem trabalhos relevantes na Cidade de Deus, que busque entrevistar lideranças políticas, militantes, ativistas e religiosas, na busca da compreensão do passado, presente e da perspectiva para o futuro do local. É interessante que todos os alunos que puderem, participem ativamente do processo, que acompanhem a entrevista e adicionem informações sempre que possível.

A história contada pelos personagens reais, que vivenciam o cotidiano da Cidade de Deus é capaz de demonstrar os tesouros da favela, em contraposição, apenas ao cenário de violência e drogas, o qual, comumente estão associados.

Santhiago e Magalhães (2017) atentam que a entrevista dá acesso a um material multifacetado frutos do objeto complexo da memória. Recordar não é tão simples, pois a memória não é como um mecanismo computacional que expõe os fatos exatamente do modo e na ordem em que foram vividos, mas sim por meio de filtros e reelaborações a partir das referências do presente.

O tempo presente infere na forma que as lembranças aparecem, o que torna as memórias construções do passado e não o próprio fato que aconteceu. A memória, assim, é um processo e não é fixa. Pollack (1982) explica que a memória redireciona a atenção ao passado, porém, de modo interligado ao presente.

Nesse sentido, Santhiago e Magalhães (2017) afirmam que todos os docentes podem inserir as fontes orais no contexto do ensino. As fontes orais podem ser extraídas de relatos dos alunos, da comunidade escolar ou em múltiplas fontes, como vídeos, depoimentos e reportagens. Os depoimentos dos moradores da comunidade dão aporte a aula de história, validando ou refutando passagens sobre os acontecimentos históricos e contextos sociais e culturais que são divulgados em livros didáticos, literatura e cinema.

Um exemplo de sucesso da inserção da metodologia da história oral para o ensino, é a iniciativa dos pesquisadores Verena Alberti e Amílcar Pereira que coletaram depoimentos orais de militantes do movimento negro e produziram um livro sobre o Movimento Negro no Brasil em 2007, na união de fontes documentais e a história oral.

Nenhuma fonte histórica é capaz de realizar afirmações por si mesma, mas somente revelar fatos por meio dos questionamentos de seu pesquisador. Dessa forma, ao tomar contato com as experiências relatadas, os estudantes e o pesquisador, devem retornar seu olhar ao contexto analítico geral, pois nenhum relato se constitui na verdade por si mesmo, mas é parte de um processo reconstrutivo que direciona o olhar do pesquisador para as diversas nuances que se apresentam na história de uma sociedade (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2017).

A etapa seria concluída em aula na qual os discentes encontrariam semelhanças e diferenças nos relatos e, desta maneira, a seleção não visaria eliminar nenhuma informação. Eles encontrariam fatos e interpretações mais importantes, pois neste momento construiremos uma narrativa da história da Cidade de Deus.

6ª Etapa: Produção de um vídeo sobre a experiência pedagógica.

Na última etapa, os discentes produziram um vídeo sobre o estudo deles acerca

da Cidade de Deus e, por conseguinte, eles e elas construiriam de forma autônoma um relato de como a atividade lhes ajudou a compreender a favela em que vivem.

Queremos salientar que nesta etapa não há a necessidade de uma aula para a produção do conteúdo virtual, pois como uma das propostas é de dar protagonismo aos alunos, eles confeccionariam de maneira individual ou coletiva entre eles mesmos.

Nessa etapa de seleção e organização do material para a produção do vídeo, os(as) alunos(as) irão experimentar toda a vivência do projeto desde a primeira etapa, pois ao tomarem contato novamente com todos os dados coletados selecionariam os mais significativos para a composição do material final sobre suas vidas e de seu bairro. Há de se destacar que a proposta pedagógica também poderia ser executada em *podcasts* ou canais em mídias sociais. Amiúde, o formato pode ser alterado sem mudanças no conteúdo.

A seleção de material deve seguir critérios de organização, que priorizem o recorte espacial e temporal de acordo com os inúmeros depoimentos coletados, associado às imagens recuperadas de arquivos pessoais de moradores e das fotografias tiradas pelos docentes e alunos da Cidade de Deus no presente. A identidade e cultura da Cidade de Deus devem estar presentes em boa parte do vídeo que eles irão produzir, fato que possa conferir a autenticidade histórica da narração de dentro, dos moradores sobre a sua história e sobre seu bairro.

Nesse sentido, poderão ser coletadas maiores contribuições dos alunos, na motivação, ainda, mais às suas participações, por meio de poemas e ilustrações. Isso porque a história contada por seus personagens pode adquirir uma riqueza cultural subjetiva que expressa toda a identidade do local, pelo sentimento de pertencimento dos moradores. Alberti (2012) elucida que os entrevistados que constroem a história pela oralidade, a fazem a partir da organização dos sentidos que as narrativas expressam. Dessa forma, a cada olhar para um acontecimento poderão ser observadas suas múltiplas faces.

O entrecruzamento entre os documentos oficiais, a literatura histórica, as entrevistas, depoimentos e a arte tornam a atividade enriquecida de significado, que valorize a vivência dos participantes, sua cultura, saberes e história de vida.

Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades

culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder. Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua na modificação ou na reafirmação do significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado (DELGADO, 2003, p.10).

Justamente, nessa sintonia entre passado, presente e perspectivas futuras é que se pretende construir o vídeo das histórias de vida dos moradores da Cidade de Deus sobre a Cidade de Deus, em um contexto pedagógico, de reafirmação identitária e cultural.

A nossa proposta pedagógica não foi executada pois nos anos de 2020 e 2021⁹⁹ a pandemia da Covid-19 impossibilitou estabelecer contatos de proximidade pessoal, haja vista que a atividade é baseada em entrevistas e rodas de conversa, que até poderiam ser feitas de forma remota. No entanto, não teriam a proximidade e a construção de vínculos pessoais e sociais, as quais desejamos tanto para que os discentes construam novas histórias e identidades mais robustas. Neste quesito, a vivência de sala de aula é fundante para a atividade. Em 2022, eu precisei sair da unidade escolar devido à distância da minha residência¹⁰⁰ e ao surgimento de outras tarefas de órbita pessoal. No nosso pensar, este afastamento não impede ou descredencia o trabalho, pois lecionei na unidade escolar por mais de 7 anos, tendo vínculos com os alunos, responsáveis, moradores e organizações sociais da favela. Por outro lado, como a pesquisa estava em curso não haveria sentido em abandoná-la. Por mais que o ano letivo de 2022 não tenha tido as restrições sanitárias dos anos anteriores, não haveria coerência em executar uma pesquisa e uma proposta pedagógica pensada para a realidade de uma escola da Cidade de Deus em outra comunidade.

Por fim, queremos deixar esta proposta pedagógica não somente para que seja trabalhada na escola municipal José Clemente Pereira, como para todas as 26 escolas da Cidade de Deus. Após a nossa pesquisa temos condições de indicar esta atividade pedagógica, com alterações específicas, a ser utilizada em escolas de favelas que tiveram a sua formação baseada nas remoções entre os anos 1962 e 1973, período definido por Brum (2012) como “era das remoções”.

⁹⁹ Em 2021, as aulas voltaram no mês de maio no sistema híbrido, divididas entre aulas virtuais e presencias. Desta maneira, as restrições sanitárias, a fim de conter a disseminação da doença, limitavam o número de alunos por sala através de rodízio, no qual 10 alunos frequentavam as aulas por semana divididos em 3 grupos. Somente em novembro é que o sistema híbrido e de rodízio foi encerrado.

¹⁰⁰ A distância entre minha residência e a escola é de cerca de 30 km, o que causava um deslocamento mínimo de 50 minutos ou até de 90 minutos.

PLANO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Quadro 1 - Plano da proposta pedagógica

Etapas	Conteúdo	Objetivos	Desenvolvimento	Avaliação	Recursos Didáticos
1ª	Roda de conversa sobre a história dos (as) alunos(as) e a sua importância (2 tempos de aula)	Conquistar o corpo discente quanto a importância da proposta pedagógica.	Estimular que os (as) alunos (as) fiquem na sala “U”. Através de imagens antigas da favela e uma setlist musical.	Divisão de tarefas entre os discentes para as próximas etapas da atividade.	Debate Audiovisuais.
2ª	Entrevista com os discentes sobre a história deles e da favela (2 tempos de aula)	Estimular que alunos (as) respondam a entrevista de forma franca	Organização de duplas ou pequenos grupos de alunos (as), por volta de 3 ou 4, em que eles mesmos entrevistem-se.	Produção de mural com imagens da atividade e trechos das entrevistas dos(as) alunos(as).	Cartolinas Ou Aplicativos virtuais.
3ª	Nova de roda de conversa em que cruzamos informações das entrevistas (1 tempo de aula);	Construir uma percepção crítica acerca das semelhanças e diferenças entre os próprios relatos dos discentes.	Roda de conversa descontraída, em que eles(as) compreendam que a atividade seja divertida.	Construção coletiva em sala de aula de um texto das impressões.	Produção textual livre.
4ª	Formulação coletiva de um questionário (1 tempo de aula);	Formulação de um questionário através da experiência da 3ª Etapa para antigos moradores da favela.	Apresentação de modelos de entrevistas propostas e executadas na dissertação.	Confecção de um modelo de perguntas para a entrevista.	Leitura coletiva.
5ª	Coleta de informações das entrevistas que os discentes fizeram (2 tempos de aula);	Estimular um processo de curadoria nas entrevistas realizadas.	Apresentação tópica (resumida) do estudo sobre a Cidade de Deus feito na	Organização das entrevistas.	Leitura coletiva.

		Cruzar as informações da dissertação com os relatos dos(as) moradores(as).	presente dissertação.		
6ª	Produção de um vídeo sobre a experiência pedagógica.	Organizar um relato audiovisual da experiência da atividade, como da percepção de memória e identidade e memória do(a) aluno e da sua percepção quanto a Cidade de Deus.	Produção autônoma dos discentes em suas residências ou num espaço escolar, com ou sem a presença do(a) professor(a).	Culminância de todas as etapas da atividade em um vídeo sobre a atividade e da memória individual e coletiva da Cidade de Deus.	Recursos audiovisuais.

Fonte: elaborado pelo autor.

CONCLUSÃO

O nosso trabalho surgiu com uma inquietação: como ensinar história para alunos com problemas sociais tão agudos? A problemática pode ser respondida não somente pela pesquisa sobre a Cidade de Deus, bem como pela atividade pedagógica que busca instrumentalizar e materializar a resposta da inquietação do docente.

Compreendemos que uma chave para abrir a porta da questão da pesquisa passa pelo o entendimento do passado antes dos educandos. Assim, como Marx definiu muito bem: “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 1)¹⁰¹. Por conseguinte, o pensamento histórico dos(as) alunos(as) pode ser estendido para além de sua história vivida, sensível e buscar junto aos residentes da favela mais antigos que tem uma memória coletiva. Ou seja, a história da Cidade de Deus, como discutimos, pode ter ponto de partida nas origens de Jacarepaguá ou na construção do conjunto habitacional que surgiu através da violência de remover pessoas de suas moradias contra as suas opiniões, vontades e desejos. Processo que não teve consulta e que os afastou de espaços de convivência e sociabilidade de parentes, de vizinhos, do comércio local, dos postos de trabalho.

Em síntese, as remoções na história do Rio de Janeiro são uma tradição de desrespeito aos moradores pobres e de elitismo, em que se pretende expulsar os primeiros de seus bairros. Também não podemos esquecer que a Cidade de Deus foi formada por 63 favelas, ou seja, um processo que amontou pessoas como coisas. Uma série de moradores com identidades e vivências diferentes foram obrigadas a morar numa mesma localidade, em que o único vínculo social que eles tinham em comum, era sofrer uma violência do Estado.

Por conseguinte, como já discutimos, o espaço da Cidade de Deus pode ser compreendido por diversas definições, como: bairro, conjunto habitacional, comunidade ou favela.

Novamente, em toda a pesquisa utilizamos o termo *favela*, por compreender que o termo não é um pejorativo, mas antes deve ser lembrado por sua potência histórica, que por mais que remeta-se ao preconceito aos indesejados do início do século XX e ao longo dos anos como também localidade de criminosos, a favela existe e reexiste como potência, da cultura musical; de trabalho que fornece para a manutenção e da geração de riqueza

¹⁰¹ MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

para a cidade do Rio; da vontade de viver mesmo com as violentas incursões policiais que rotineiramente ceifam vidas, que não distinguem criminosos ou cidadãos honestos e; seja pelo o encarceramento¹⁰² que inviabiliza os moradores da Cidade de Deus a usufruir plenamente da cidade do Rio de Janeiro.

Falar das localidades é descrever a construção histórica da Cidade de Deus. Assim, a favela carrega na sua espacialidade a sua história, por exemplo, nos bairros do *13*, *14* e *15* que remontam à sua formação que era dividida em loteamentos do então novo conjunto habitacional, mas também destacam-se as localidades mais recentes como o *Tijolinho*, que surge após a construção da via expressa Linha Amarela, bem como do *Brejo*, região mais pobre e recente da Cidade de Deus, sem acesso a rede de esgotos e constituída de barracos de latão. Por outro lado, a localidade *Caratê*, segundo os moradores, tem este nome, devido aos próprios marcarem para resolverem as suas desavenças pessoas em brigas físicas, logo uma alusão ao nome da arte marcial japonesa marcada por chutes e socos.

Mas o debate sobre a definição da Cidade de Deus é uma presença marcante na identidade de seus moradores, pois como vimos, mesmo internamente, há uma distinção marcada pelo preconceito e o estigma negativo daqueles que são mais pobres ou destituídos de regulamentação social. Inclusive esta diferenciação interna dificulta a percepção de todos serem moradores da Cidade de Deus, pois os residentes que se colocam em um nível superior, por vezes entendem que residem em outro bairro, mas não na favela. Por conseguinte, compreendemos que esta contenda seja uma importante

¹⁰² Não queremos na conclusão do trabalho abrir um debate longo e denso sobre o encarceramento em massa, no entanto, o debate deve ser apresentado, haja vista que um dos casos que mexeu muito comigo, foi a história da aluna que foi visitar o pai no presídio e uma colega da turma naturalizou com o relato de que uma parte considerável da classe tem familiares detidos no sistema prisional brasileiro. O sociólogo francês Lóic Wacquant tem vigorosos trabalhos sobre a tendência de alguns países redirecionarem investimentos em áreas de assistência social para o sistema carcerário, como do endurecimento do sistema judiciário, não somente em prisões de crimes e delitos de baixa periculosidade, que antes, os condenados eram somente advertidos ou tinham penas como serviço comunitário, como aumento de penas feito instituído pelo poder Legislativo. No Brasil, atualmente são 909.061 presos, destes 44,51% em situação provisória, ou seja, pessoas que ainda estão à espera de um julgamento. Em síntese, os sistemas judiciário e prisional brasileiros aprisionam um elevado número de pessoas sem ter a certeza se são criminosos ou cidadãos inocentes.

Por outro lado, o encarceramento não é somente institucional, mas também em que moradores das favelas e, no nosso caso, a Cidade De Deus, é dificultado o livre trânsito pela cidade, seja pelo preconceito em espaços como shoppings, entrega de correspondências e compras ou na busca por um emprego. E pensar que os principais equipamentos públicos esportivos, históricos e culturais concentram-se no Centro do Rio de Janeiro ou na zona Sul demonstram como este encarceramento é poderoso e não somente institucional.

Os dados sobre a população carcerária do Brasil obtivemos da seguinte fonte:
<https://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira/>.

oportunidade para que a pesquisa e a atividade pedagógica proposta possa construir uma identidade que respeita as diferenças seja sociais, econômicas ou espaciais dentro da favela.

Por fim, a atividade pedagógica busca, em um primeiro momento, através da memória e da identidade dos discentes, ampliar o horizonte deles acerca de suas próprias histórias, como também da Cidade de Deus e, posteriormente, mergulhar nas memórias dos moradores mais antigos da favela. Este movimento pretende potencializar a disciplina História como um conteúdo e uma ferramenta de compreensão dos(as) alunos(as) de si e do mundo a sua volta. A busca por uma visão histórica mais ampliada dos discentes pode conectar o passado ao presente deles. Quanto a matéria escolar História, nosso estudo ao fazer a história da Cidade de Deus desde a sua origem que pertencia ao bairro de Jacarepaguá, possibilita que a atividade pedagógica esteja ancorada em qualquer assunto do conteúdo programático da História do Brasil, seja na Colônia (1500-1808), Império (1822-1889); Brasil República (1889- dias atuais). Desta maneira, a solução da questão motivadora da pesquisa, no fundo, está voltada na transformação social dos discentes em compreenderem que eles podem ser sujeitos de transformação da sua história, como também da favela. E, quem sabe, como Belerofonte¹⁰³ deixem de ser criminosos ou possíveis, para se tornarem reis e rainhas de suas vidas e da Cidade de Deus.

¹⁰³ Belerofonte (aquele que matou Belero), na mitologia grega, nascido como Hipónoo é condenado pela morte de Belero (que há uma divergência de quem era Belero, a primeira era o irmão de Hipónoo, a outra a de que era um temível ladrão) e, por isto, foi expulso de Corinto. Belerofonte é recebido pelo rei Preto (Proteu) de Tirinto. No entanto, o criminoso logo será acusado de tentativa de estupro da rainha Estenebéia (Antéia). Após esta acusação o rei Preto, que não podia matá-lo, pois como hóspede, Belerofonte não poderia ser morto pelo hospedeiro. Desta forma, Preto envia Belerofonte a cidade de Lícia, do rei Ióbates. Como o último era pai de Estenebéia e também não poderia executar Belerofonte, pelo mesmo motivo do rei Preto, envia-o a tarefas (Quimera, Sólimos e Amazonas) que nenhum mortal poderia fazer. No entanto, Belerofonte as conclui e torna-se rei da Lícia, após se casar com Filonoé, filha de Ióbates.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ªed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. Trabalho apresentado na mesa redonda “Questões metodológicas”, no **XI Encontro Nacional de História Oral “Memória, Democracia e Justiça”**, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Instituto de História, de 10 a 13 de julho de 2012.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o **II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese Doutorado em Geografia. 2016.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A Ressignificação do Mito de Origem da Favela Pela Arte de Maurício Hora. **Espaço e cultura (UERJ)**, v. 46, p. 45-60, 2019.

ANTONIO, Mariana Dias. A “Operação mata-mendigos” (Rio de Janeiro, 1962-1963) às margens de alguns livros. **Simbiótica**. Vitória, v. 7, n. 2, p. 163-180, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/32598/21536>>.

AZEVEDO, Cecília. Essa Pobre Moça Indefesa estátua da liberdade da Vila Kennedy. In.: **Cidade Vaidosa - Imagens Urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

BARROS, C. H. **Ensino de História, memória e história local**. Revista de História da UEG, v. 2, n. 1, p. 301-321, 2013.

BASTIAN, E. **O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo**. Estud. Econ., v. 43, n. 1, jan./mar. 2013.

BELCHIOR, Elysio. **Estácio de Sá e a fundação do Rio de Janeiro**. História (São Paulo), vol. 27, núm. 1, 2008.

BERTÉ, Isabela. Os usos da memória no ensino de história. O aluno atuando como historiador a partir da história oral. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, v. 4, p. 783, 2012.

BERTOLDO, Tássia Alexandre Teixeira *et al.* Notas sobre a elaboração e implementação da roda de conversa a partir de capacidades de pensamento crítico. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: Machado da Silva, Luiz Antônio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHI, Caio César. O sentido da História. In: **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. 5. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, André (2001). Cientificismo à brasileira: notas sobre a questão racial no pensamento social brasileiro. **Achegas Net Revista de Ciência Política**, v. 1, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. Ed. Em. E ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

BRANCO, Janaina Piron; FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. A autobiografia no ensino de História. **XVII Encontro Regional de História da ANPUH**, nov. 2020.

BUENO, André; CAMPOS, Carlos Eduardo; PORTO, Dilza. **Ensino de história: teorias e metodologias**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

BUTELLI, P. H. **O impacto das UPPs sobre a performance escolar no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

BRUM, Mario Sergio. **“O povo acredita na gente”**: Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de Mestrado em História Social Niterói: PPGH/UFF, 2006.

BRUM, Mario Sergio. **“Irregular, ilegal e anormais”**: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº. 4, 2010.

BRUM, Mario Sergio. **Cidade Alta**: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social/PPGHUFF. Niterói, 2011.

BRUM, Mario Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as ‘utilidades’ para os favelados (1968-1973). **XIV Encontro Regional da ANPUH**. Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ, 2012.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. (Orgs.). **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LAV;Uerj, 2012.

CARNEIRO, Michael George Costa. **Equipamentos Históricos, Culturais e Naturais da Baixada de Jacarepaguá**. Rio de Janeiro, 2015. Não publicado.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. **O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte portuguesa**: planos, intenções e intervenções no século XXI. In: I Seminário Internacional de História do Brasil no século XIX, 2013.

CASCO, ANA CARMEN AMORIM JARA. Rio de Janeiro - uma cidade tra(duz)ida pelos mapas. **URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 10, p. 371-400, 2019.

CAVALCANTI, E. **História e história local**: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 13, p. 272-292, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão, Editoria, 1988.

CÔRREA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, n. 146, 2012.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Ed. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1936.

COSTA, R. G. ‘Esses elementos que enfeiam a cidade’ - Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956-1960). **Temporalidades**. Edição 33, Vol. 12, Número 2, 2020.

COSTA, Richard Santiago. O último tamoio, o último indianismo. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL “BRASIL NO SÉCULO XIX”**, 1., 2013, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2013. p. 1-22.

DA CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda. “Remoção de favelas durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965): Propriedade para os pobres ou favorecimento aos ricos?”, **Revista Convergência Crítica**, 12 (2017), 130-147.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v.6, p. 9-25, 2003.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática: o histórico das produções no Brasil. **XI Encontro Estadual de História**, RS, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, Flávio. **Depoimento [out. 2020]**. Entrevista concedida a Gustavo Mattos. Rio de Janeiro, 2020. Entrevista transcrita realizada presencialmente para pesquisa sobre a Cidade de Deus.

FOCHI, Graciela Márcia. **Metodologia do ensino de história**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

FANNON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Violência, medo e estigma**: efeitos socioespaciais da ‘atualização’ do ‘mito da marginalidade’ no Rio de Janeiro. 2009. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.14, nº 28, p.74-100, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**, [S. I.], n. 15, p. 157-164, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). **História e linguagens**: Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 195-203.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente, História Oral e ensino de História. In: Carla Simone Rodeghero; Lúcia Grinberg; Méri Frotscher. (Org.). **História Oral e Práticas Educacionais**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, v. 1, p. 123-135.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Memória como direito à cidade: dicionário de favelas Marielle Franco. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 35, n. 76, p. 309-335, maio/ago. 2022.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, p. 95-114, out-dez, 2008.

GASPARINI, Carlos Alberto. **Carlos Lacerda e o golpe militar de 1964**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 619-623, dez. 2004.

- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GONÇALVES, R. S.; AMOROSO, M. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 209–226, 2014.
- GUARIZA, Nádia Maria. **A História Oral e o Ensino de História**: A discussão atual em revistas acadêmicas brasileiras. Os desafios da Escola Pública Paranaense da perspectiva do professor. PDE. Paraná, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HEYMANN, Luciana Quillet. “O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. GOMES, Ângela de Castro (org.). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura, Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 15-43.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- IVO, Isnara P.; JESUS, Robson Gomes de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. Dimensões - **Revista de História da UFES**, v. 43, p. 28-62, 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACERDA, Carlos. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Acessado em 20/11/2022.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira. **História regional e local**: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino. Salvador – BA: EDUNEB, 2015.
- LE GOFF. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.
- LIMA, E. F. W. **Avenida Presidente Vargas**: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1990.
- LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.
- LOTIERZO, Tatiana H. P. **Contornos do (in)visível**: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos. Dissertação de mestrado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-18122013-134956/en.php> >. Acesso: 02/02/2022.

LOTIERZO, T.; SCHWARCZ, L. K. M. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de Modesto Brocos. **Artelogie**, nº 5, Outubro, 2013. Disponível em: < <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254> >. Acesso: 02/02/2023.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O Governo dos Engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)**. Tese de Doutorado em História. Seropédica: UFRRJ, 2020.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências. 1ed. Curitiba: **Appris**, 2019.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **A Confederação dos Tamoyos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864.

MAGALHÃES, Rodrigo Silva. Uma “nova” Maré no Ensino de História: o local como território e a (re) afirmação da cidadania, memórias, identidades e sujeitos históricos. **ANPUH, 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MASTROMAURO, G. C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do final século XIX e início do XX. São Paulo. XVI **Congresso Nacional de História**, 2011.

MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro** (São Paulo), v. 21, p. 171-190, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Cleyson Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna (coord.). **Metodologias Ativas**: Desafios contemporâneos e aprendizagem inovadora. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

MELLO, Edir Figueiredo de Oliveira TEIXEIRA de. **“Luz, câmera, ação**: Cidade de Deus, entre histórias e memórias”. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. **Urbanização Sim, Remoção Não**: A Atuação Da Associação De Favelas Do Estado Da Guanabara. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2014.

MELLO NETO, David Maciel. ‘Esquadrão da morte’ uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Dilemas**: Revista de Estudos de

Conflito e Controle Social, v. 10, n. 1, jan./abr. 2017.

MENDES, José Teles. O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.116-127, dezembro. 2012.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. **O Rio de Janeiro da Pacificação**. Franceses e portugueses na disputa colonial. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991.

MENEZES, Palloma. “Os rumores da ‘pacificação’: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus”. **Dilemas**, 7: 665-683. 2014.

MENEZES, Palloma. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Rio de Janeiro, tese de doutorado em sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

MONTEIRO, A. M. F.C. Ensino de História: entre História e Memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). **História e Educação**: territórios em convergência. 1ed.Vitória(ES): GM/PPGHIS/UFES, 2007, v. 1, p. 59-80.

MONTEIRO, M. C.; SOUSA, A. C. Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

NÓBREGA, Felipe; SOLDERA, Lisiane. A história oral como prática no ensino de história. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 126 a 136, jan./jun. 2009.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.

OLIVEIRA, Iara Regina. **Depoimento [dez. 2020]**. Entrevista concedida a Gustavo Mattos. Rio de Janeiro, 2020. Entrevista transcrita realizada por videoconferência para pesquisa sobre a Cidade de Deus.

OLIVEIRA, M. Da Glória. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. **Ouro Preto**: História e historiografia, n. 13, dezembro 2013, p. 130-143.

OLIVEIRA, Maria Fátima Rodrigues de; NICOLINO, Talita Medeiros. A Cidade de Deus, morada do estigma e do preconceito. **REGRAD, UNIVEM/Marília-SP**, v. 12, n. 1, p. 207 - 218, novembro de 2019.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine**: Histoire & Mémoire, v.29, 2015.

OLIVEIRA, Rogério e FERNANDEZ, Annelise. **Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade**, org. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. **Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGHIS (Dissertação de Mestrado), 2014.

PAIVA, Ângela Randolpho. Cidadania e formas de solidariedade na favela. In.: **A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas Editora, 2009

PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido**. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

PECHMAN, Robert Moses. Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. **Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, 1987.

PEIXOTO, S.A. **JACAREPAGUÁ, A “PLANÍCIE DOS MUITOS ENGENHOS”**: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2019.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil**. Niterói: Tese de doutorado. UFF, 2010.

PERLMAN, Janice. Marginalidade: do mito à realidade nas favelas de Rio de Janeiro (1969-2002), publicado em Rio Estudos Nº102, maio de 2003.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. **Mana**, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, 2010.

PESTANA, Marco Marques. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957-1973**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezy *et al.* (orgs.). **Fontes históricas**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

PONTES, C. J. de F. O uso da história oral no ensino de história: uma experiência no Colégio Aplicação (CAP) da Universidade federal do Acre (UFAC). **XIII encontro nacional de história oral**. Rio Grande do Sul, 2016.

PORTELA, Jacob Augusto Santos. Diagnóstico Cidade de Deus. In: **Roda De Conversa “Olhares Sobre A Cidade De Deus No Contexto De Crescimento Da Violência”**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Farmanguinhos, 2017. 54 p.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Memória da destruição. Rio uma história que se perdeu (1889-1965)**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2002.

PRESTES, Gabriela Alvarenga. **UPP e Rio Mais Social: Política Pública para Favelas Cariocas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2016. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3842/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%20Gabriela%20Prestes.pdf>> Acesso: 15/03/2020.

QUEIROZ, Márcia; Barros, Eva. História Oral como alternativa para o ensino de história. **IV encontro de pesquisa educacional em Pernambuco**, 2012.

RANZI, Serlei M. F. Fontes orais e o ensino de história. In: I Congresso brasileiro de história da educação, 2000, RIO DE JANEIRO. **Educação no Brasil: História e Historiografia**, 2000, p. 1-10.

RIBEIRO, E. Impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora: explorando efeitos sobre fluxo docente. **Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 27-52, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa. Tomo I**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. São Paulo: UNICAMP, 2007.

ROLKOUSKI, E. SILVA, Heloisa da. As Vozes do Passado - História Oral: Paul Thompson x Philippe Joutard. In: **II Seminário Internacional de Pesquisa Qualitativa**, 2004, Bauru, 2004. v. Único.

SALOMONE, Renata. Entre o universal e o particular: o desafio da práxis pedagógica em escolas de meios populares. In.: **A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas Editora, 2009.

RUDGE, Raul Telles. **As Sesmarias de Jacarepaguá**. São Paulo: Kosmos, 1983.

SANTOS, J. J. M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9 (1): 105-24, jan.-abr. 2002.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral na sala de aula**. São Paulo: Autêntica, 2017.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares da memória ao Patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, jan.- abr. 2015.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Cada qual no seu lugar**. A constituição do espaço rural na cidade do Rio de Janeiro, 1890- 1940. Niteroi: UFF. Tese Doutorado em História. 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Mara Ferreira Ventura e. **Reflexões Sobre O Trânsito Do Bairro Do Pechincha e Adjacências, cidade do Rio de Janeiro**. Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Engenharia Urbana) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Marcelo Penna. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2018.

SILVA, Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da. **(Entre)laços e bordados**: família, legitimidade e estratégias matrimoniais na freguesia de Jacarepaguá (c. 1701-c.1800). Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

SILVA, P. S. Avenida Presidente Vargas: a Fúria Demolidora da Reforma Urbana do Estado Novo na Cidade do Rio de Janeiro (1938-1945). **CANTAREIRA (UFF)**, v. jul-dez 18, p. 147-158, 2018.

SILVA, P. S. **O governo Dodsworth**: administração e intervenção urbana no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

SILVA, P. S.. Construindo um novo espaço urbano no Estado Novo: a participação das empreiteiras cariocas nas obras da gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945). 2017. **Fases de Clio**. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora. V.3 Nº 6, p. 151-173.

SILVA, T. F. D. Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Plano Piloto: O projeto Lúcio Costa e suas alterações urbanísticas ao longo de quase 45 anos. In: CONPEDI e UFSC. (Org.). **Direito e Sustentabilidade I**. 1ª ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v., p. 437-460.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck. **As intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro e o governo Carlos Lacerda no recém-criado estado da Guanabara (1960/65)**. Monografia (Bacharelado em Economia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. Nos atalhos da Memória Monumento a Zumbi. In: **Cidade Vaidosa** :Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

SOUSA, Carolina Araújo e COSTA, Daniel Henrique Sitônio. Políticas de Desenvolvimento Industrial No Brasil Baseadas Nas Propostas Desenvolvimentistas Da Cepal. **R. Bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 166-182, jan./jul. 2014.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.

TELLES, Sarah da Silva. Pobreza e desigualdade na escola da favela. In.: **A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas Editora, 2009.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**, In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.) Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de La Memoria**. SALAZAR, Miguel (trad.). Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibéricas S.A., 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa:** análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Zahar. 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, 2000.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1920). **Populações meridionaes do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

WACQUANT, Löic. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

WANDERLEY, Sônia. Memória, história e ensino. **Revista Vozes em diálogo** (CEH/UERJ) - nº4, jul-dez/2009.